

**1**  
EDUCAÇÃO INTEGRAL,  
TÉCNICA E PROFISSIONAL  
PARA A VIDA

**2**  
PARÁ  
EMPREENDEDOR  
FORTE

**3**  
PARÁ  
MINERAL  
LEGAL

**4**  
PARÁ  
MINERAL  
2040

**5**  
PARQUE  
DE  
CARAJÁS

**6**  
PLANTAR  
O FUTURO 2.0  
/ PERP PARÁ

**7**  
PARÁ  
MORADIA DIGNA  
E CIDADES  
COMPLETAS

DESENVOLVIMENTO    OPORTUNIDADE    QUALIDADE DE VIDA    SEGURANÇA PÚBLICA

PLANO DE  
**MODERNIZAÇÃO**  
DO **PARÁ**

7 programas. 1 direção. **Futuro com resultado.**

## Apresentação à população do Estado do Pará

À população do Estado do Pará, apresento este Plano de Modernização como meu plano de trabalho parlamentar: uma contribuição técnica, política e propositiva para uma agenda de Estado. O documento reúne sete programas estratégicos, todos organizados para dialogar com políticas públicas, governança, financiamento, indicadores e resultados concretos.

A proposta parte de uma convicção simples: o Pará precisa transformar potencial em planejamento, planejamento em projetos, projetos em execução e execução em melhoria real na vida das pessoas. Cada programa aqui apresentado pode ser debatido, ajustado e aperfeiçoado com a população, com os municípios, com os setores produtivos, com as universidades, com as comunidades e com os órgãos públicos responsáveis.

O objetivo deste caderno é apresentar uma carteira organizada de soluções para orientar minha atuação como deputado estadual: educação integral e técnica, empreendedorismo, mineração legal, industrialização mineral 2040, turismo e legado de Carajás, desenvolvimento territorial pelo PERP Pará e moradia digna com cidades completas.

**O Pará não precisa apenas de boas intenções. Precisa de método, carteira de projetos, decisão política, articulação federativa, controle público e execução acompanhada por indicadores.**

TESE CENTRAL



# SEGURANÇA PÚBLICA POR CONSEQUÊNCIA

Se o plano for implementado de forma integrada, a segurança melhora porque o Estado chega antes: escola, trabalho, moradia, legalidade e desenvolvimento.



### 01 Educação Integral

jovem na escola, projeto de vida e formação técnica



### 02 Renda e Empreendedorismo

crédito, pequeno negócio e economia local



### 03 Legalidade

mineração rastreada, menos conflito e mais transparência



### 04 Indústria 2040

emprego qualificado e fornecedores locais



### 05 Turismo e Bioeconomia

cidade movimentada e novos serviços



### 06 Produção Territorial

cadeias regionais, renda no interior e inclusão



### 07 Moradia e Cidade

bairro urbanizado, saneado e com presença do Estado

## RESULTADO ESPERADO



## SEGURANÇA PÚBLICA

prevenção social + ordem urbana + presença do Estado

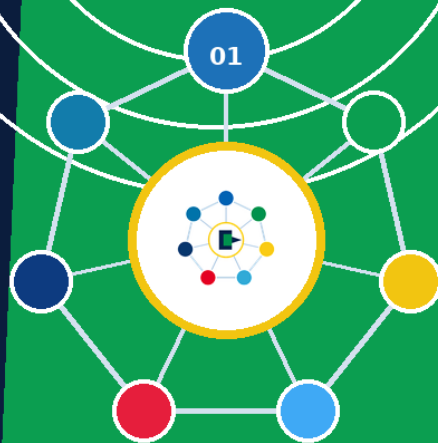
Tese central: quando educação, renda, legalidade, industrialização, turismo, produção territorial e moradia caminham juntas, o Estado chega antes - e a segurança pública melhora por consequência.

Junior do Macre | Plano de trabalho parlamentar

PROGRAMA 01

# Educação Integral, Técnica e Profissional para a Vida

aprendizagem, futuro e formação técnica



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“Mais tempo na escola só vale se virar aprendizagem, autonomia e projeto de vida.”*

## 01 Educação Integral

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

# 01. Educação Integral, Técnica e Profissional para a Vida

*Mais tempo na escola só vale se virar aprendizagem, autonomia e projeto de vida.*

## PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, TÉCNICA E PROFISSIONAL PARA A VIDA

Política pública estadual integrada

Estado do Pará | Ensino Fundamental em Tempo Integral + Ensino Médio com Formação Técnica Complementar

Versão técnica consolidada - Abril de 2026

O programa estadual de educação integral, técnica e profissional para a vida organiza a escola como base de aprendizagem, cidadania, projeto de vida, formação para o trabalho digno, empreendedorismo e autonomia. A universidade continua sendo caminho possível; o trabalho digno, o empreendedorismo e a autonomia também.

Documento estruturado como proposta estadual integrada para o Pará, com alinhamento à legislação educacional, às diretrizes de Educação Profissional e Tecnológica e às diferentes realidades territoriais do estado.

### Sumário do programa

- 1. Visão estadual do programa
- 2. Diagnóstico técnico da política
- 3. Justificativa estadual
- 4. Diagnóstico e premissas
- 5. Marco legal e alinhamento estratégico
- 6. Objetivos
- 7. Modelo pedagógico por etapa
- 8. Ensino Fundamental: base para a vida
- 9. Ensino Médio: formação técnica complementar
- 10. Eixos de oficinas e laboratórios
- 11. Governança estadual e regime de colaboração
- 12. Etapas estratégicas de estruturação
- 13. Financiamento e sustentabilidade
- 14. Indicadores, riscos e transparência
- 15. Prioridades iniciais
- 16. Texto-base para apresentação pública
- 17. Referências

### 1. Visão estadual do programa

A proposta nasce como política pública estadual para alcançar as diferentes realidades do Pará, respeitando o regime de colaboração entre Estado e municípios e organizando a educação como base de aprendizagem, cidadania, trabalho e projeto de vida.

A mudança principal é de lógica: o projeto não deve começar pelo prédio, pela obra ou pela contratação de oficinas. Ele deve começar pelo desenho pedagógico, pelo pacto federativo, pela matriz curricular, pela formação dos profissionais, pelo diagnóstico de infraestrutura e pela sustentabilidade financeira. Sem isso, vira inauguração bonita e execução torta.

Item	Definição proposta
Base de partida	Política estadual voltada à educação integral, aprendizagem, formação para a vida e articulação federativa.
Estrutura proposta	Programa estadual decenal, com implantação progressiva em todos os territórios, começando pelo Ensino Fundamental e avançando para o Ensino Médio com formação técnica complementar.
Ponto de partida	Ensino Fundamental: alfabetização, recomposição de aprendizagem, matemática, ciências, cultura digital, cidadania, esporte, arte e iniciação prática para a vida.
Segundo movimento	Ensino Médio: base comum forte, projeto de vida, itinerários formativos, cursos FIC, oficinas técnicas e cursos técnicos integrados ou concomitantes.
Resultado esperado	Jovens com melhor aprendizagem, autonomia, noção de trabalho, cidadania, capacidade de empreender, condições de seguir para universidade ou entrar no mundo produtivo com mais preparo.

## 2. Diagnóstico técnico da política

A ampliação da jornada escolar e a conexão da educação com a vida real exigem engenharia pública: governança, custo, prioridade, currículo, professores, laboratórios, segurança, transporte, alimentação, manutenção e indicadores.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Escala	Uma lógica municipal não se sustenta automaticamente em 144 municípios e realidades amazônicas distintas.	Criar programa estadual por Regiões de Integração, com pactuação municipal e polos regionais.
Currículo	Oficinas podem virar atividades soltas, sem conexão com aprendizagem.	Organizar matriz curricular por etapa: base, recomposição, projetos, vida prática e formação profissional.
Fundamental	Profissionalização precoce pode enfraquecer alfabetização e matemática.	No Fundamental, priorizar base acadêmica e iniciação prática, sem substituir aprendizagem essencial.
Ensino Médio	Curso complementar sem certificação pode ser apenas "aula extra".	Ofertar FIC, itinerários técnicos e cursos técnicos conforme CNCT e instituições credenciadas.
Infraestrutura	Montar oficina sem manutenção e segurança vira passivo.	Definir padrões mínimos de laboratório, manutenção, EPI, supervisão e seguro.
Pessoas	Não há oficina boa sem instrutor bom.	Criar programa estadual de formação docente, contratação de instrutores e parceria com IFPA, Sistema S, universidades e setor produtivo.
Financiamento	Obra sem custeio mata o programa no segundo ano.	Separar investimento inicial, custeio anual, manutenção, reposição de insumos e atualização tecnológica.
Avaliação	Sem indicador, cada escola vira uma ilha.	Criar painel estadual com metas de aprendizagem, permanência, certificação, infraestrutura e inserção produtiva.

## 3. Justificativa estadual

O Pará precisa de uma educação que prepare para leitura, matemática, ciência, cidadania, tecnologia, trabalho, empreendedorismo e convivência comunitária. O estudante deve sair da escola sabendo interpretar um texto, resolver problemas, usar tecnologia, cuidar do próprio dinheiro, entender direitos e deveres, trabalhar em equipe, executar projetos e decidir seu caminho com mais consciência.

A proposta não reduz a escola a treinamento de mão de obra. Esse é um erro clássico. A ideia correta é formar gente inteira: estudante que pode ir para a universidade, abrir um negócio, ingressar em um curso técnico, trabalhar em uma empresa, participar de uma cooperativa, produzir na comunidade ou seguir para a pesquisa e inovação.

**Mensagem política do projeto Nem todo jovem chegará à universidade. Mas todo jovem deve sair da escola preparado para a vida. E quem chegar à universidade deve chegar mais forte, mais maduro e mais capaz.**

## 4. Diagnóstico e premissas para o Estado do Pará

O programa deve partir de um diagnóstico estadual atualizado, utilizando Censo Escolar, Novo PAR, dados da SEDUC, informações municipais e levantamento de infraestrutura por escola. Como premissa inicial, o Pará deve ser tratado por território, e não por uma régua única.

Premissa	Aplicação prática no projeto
Território extenso e diverso	Organizar a implantação pelas 12 Regiões de Integração e por polos, com soluções diferentes para região metropolitana, interior, campo, águas, florestas, áreas indígenas e quilombolas.
144 municípios	A expansão no Ensino Fundamental depende de pacto Estado-municípios, pois grande parte dessa etapa está nas redes municipais.
Baixa cobertura histórica de tempo integral	O Pará saiu de 6,6% para 13,2% das matrículas públicas em tempo integral entre 2022 e 2024, ainda abaixo da meta nacional do novo PNE.
Ensino Médio como responsabilidade estadual direta	A fase profissionalizante deve ser liderada diretamente pelo Estado, com polos técnicos regionais e parcerias certificadoras.
Desigualdades territoriais	Priorizar escolas em vulnerabilidade social, baixo desempenho, maior evasão, distorção idade-série, áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, respeitando especificidades culturais.
Mundo produtivo regional	Conectar os eixos técnicos aos arranjos produtivos locais: bioeconomia, logística, administração pública, serviços, construção civil, energia, madeira/móveis, alimentação, turismo, tecnologia, agroecologia, pesca e aquicultura.

Dados oficiais e públicos apontam a necessidade de atualização permanente: em 2025 o Inep informou que a matrícula pública em tempo integral no Brasil alcançou 25,8%; no Pará, o dado oficial regionalizado mais útil para este projeto deve ser extraído do Censo Escolar 2025 e dos painéis do Novo PAR, que passaram a incorporar informações de matrículas, etapas, infraestrutura e profissionais.

## 5. Marco legal e alinhamento estratégico

A proposta está alinhada aos marcos normativos nacionais mais importantes. Isso dá segurança jurídica e evita uma proposta bonita no papel, mas frágil na execução.

Marco	O que exige ou permite	Como o projeto responde
Lei nº 15.388/2026 - Novo PNE	Define metas nacionais para educação integral, planos decenais estaduais e municipais, governança, monitoramento, infraestrutura e educação profissional.	Alinha o programa a metas até o quinto ano e ao final do decênio, com painel de monitoramento e plano estadual.
Objetivo 6 do PNE	Educação integral em tempo integral com jornada mínima de 7h diárias ou 35h semanais, com qualidade e intencionalidade pedagógica.	Define jornada mínima de 7h, preferencialmente em turno único, com currículo integrado e não apenas "mais tempo na escola".
Objetivos 12 e 13 do PNE	Expansão da educação profissional técnica, qualidade da EPT, articulação com mundo do trabalho e acompanhamento de egressos.	Estrutura Ensino Médio com trilhas técnicas, FIC, cursos técnicos e indicadores de certificação, conclusão e inserção produtiva.
Lei nº 14.640/2023 - Escola em Tempo Integral	Prevê assistência técnica e financeira para matrículas de tempo integral na educação básica, priorizando vulnerabilidade e BNCC.	Usa a lei como base de fomento, pactuação e prioridade para escolas de maior vulnerabilidade.
Lei nº 14.945/2024 - Ensino Médio	Reorganiza a formação geral básica, os itinerários formativos e a formação técnica e profissional.	Integra formação geral, projeto de vida, itinerários e formação profissional sem sacrificar a base acadêmica.
CNCT/MEC	Referência para organização de cursos técnicos, eixos tecnológicos, perfil profissional e carga horária.	Cursos técnicos do médio devem seguir o CNCT; oficinas do fundamental podem ser iniciação prática, sem falsa certificação.
BNCC e LDB	Asseguram direitos de aprendizagem, formação geral e organização da educação básica.	Base comum forte continua sendo obrigação. Oficina não substitui português, matemática, ciências, história, geografia e demais componentes.

## 6. Objetivos do programa

### Objetivo geral

Implantar uma política estadual de educação integral, técnica e profissional para a vida, iniciando pelo Ensino Fundamental em regime de colaboração com os municípios e avançando para o Ensino Médio com formação técnica complementar, cursos FIC, oficinas práticas, laboratórios e itinerários profissionalizantes conectados aos territórios do Pará.

### Objetivos específicos

- Ampliar progressivamente a jornada escolar para, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais, com qualidade e intencionalidade pedagógica.
- Fortalecer alfabetização, leitura, escrita, matemática, ciências, cultura digital e recomposição de aprendizagem no Ensino Fundamental.
- Introduzir oficinas de vida prática no Ensino Fundamental, sem antecipar profissionalização rígida.
- Ofertar, no Ensino Médio, formação técnica complementar, cursos FIC e cursos técnicos integrados ou concomitantes, conforme vocações regionais e normas do CNCT.
- Equipar escolas-polo com laboratórios e oficinas de mecânica, elétrica, marcenaria, construção civil, informática, administração, gastronomia, cooperativismo, empreendedorismo e outras áreas de uso cotidiano.
- Criar rotas reais para universidade, trabalho, empreendedorismo, cooperativismo e continuidade na educação profissional e tecnológica.
- Reduzir evasão, reprovação, distorção idade-série e desigualdades de aprendizagem.
- Criar governança estadual, indicadores públicos, transparência e acompanhamento de egressos.

## 7. Modelo pedagógico por etapa

A expansão deve respeitar a idade, a maturidade e o direito de aprendizagem de cada etapa. O Fundamental prepara a base e desperta capacidades; o Médio aprofunda escolhas e oferece certificações.

Etapa	Foco pedagógico	Oficinas e práticas	Resultado esperado
1º ao 5º ano	Alfabetização, leitura, matemática, ciências, artes, movimento, convivência, cultura digital inicial.	Horta escolar, alimentação saudável, iniciação financeira, robótica lúdica, leitura, jogos matemáticos, arte, música, esporte, cuidado com o ambiente.	Criança alfabetizada, curiosa, participativa, com hábitos de estudo e convivência.
6º ao 9º ano	Consolidação da base, pensamento científico, projeto de vida, cidadania, tecnologia e iniciação ao mundo do trabalho.	Oficinas rotativas de informática, manutenção básica, marcenaria leve, construção de maquetes, empreendedorismo, cooperativismo, comunicação, educação ambiental.	Adolescente com base acadêmica, noção de profissão, capacidade de projeto e escolha mais consciente para o Ensino Médio.
Ensino Médio	Formação geral básica, projeto de vida, itinerários formativos, formação técnica e profissional, pesquisa e inovação.	Laboratórios técnicos, cursos FIC, cursos técnicos integrados/concomitantes, estágio supervisionado quando cabível, empresa pedagógica, cooperativa escolar, feiras e desafios.	Jovem preparado para universidade, trabalho, negócio próprio, cooperativa, curso técnico avançado ou continuidade em EPT.
EJA e juventudes fora da idade regular	Correção de trajetória, formação para trabalho, certificação e recomposição de aprendizagem.	Cursos FIC, informática, administração, serviços, manutenção, alimentação, empreendedorismo e cooperativismo.	Retorno e permanência na escola, certificação e reinserção produtiva.

## 8. Ensino Fundamental: base para a vida

O projeto deve começar pelo Ensino Fundamental, mas com uma regra clara: nessa etapa, oficina é meio, não fim. A prioridade é garantir que todos aprendam a ler, escrever, calcular, argumentar, pesquisar, conviver e resolver problemas. Sem isso, qualquer curso técnico depois vira maquiagem.

### Estrutura mínima da jornada

Bloco	Carga sugerida	Conteúdo
Base curricular obrigatória	Manhã ou tarde, conforme organização da rede	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, Língua Inglesa quando aplicável e demais componentes da BNCC.
Recomposição e aprofundamento	Diário ou 3 vezes por semana	Leitura orientada, escrita, raciocínio lógico, resolução de problemas, laboratório de ciências, tutoria e acompanhamento individual.
Oficinas de vida prática	2 a 4 módulos semanais	Informática, educação financeira, comunicação, projetos maker, meio ambiente, alimentação, manutenção básica, cooperativismo, empreendedorismo e cidadania.
Cultura, esporte e convivência	Semanal	Esporte, música, dança, teatro, cultura local, mediação de conflitos, participação estudantil e vínculo comunitário.
Projeto integrador	Bimestral ou trimestral	Produto concreto por turma: feira, protótipo, horta, jornal escolar, cooperativa simulada, solução comunitária ou exposição científica.

**Cuidado essencial No Ensino Fundamental, nada de vender a ilusão de “profissionalizar” criança. O correto é desenvolver competências, curiosidade, autonomia, disciplina, convivência, raciocínio e contato seguro com o mundo real.**

## 9. Ensino Médio: formação técnica complementar e profissionalizante

No Ensino Médio, o projeto ganha sua parte mais produtiva: formação geral forte, projeto de vida, itinerários formativos e educação profissional. Aqui entram cursos FIC, módulos técnicos e cursos técnicos integrados ou concomitantes, com certificação real e alinhamento ao CNCT.

Modelo de oferta	Quando usar	Exemplo
FIC - Formação Inicial e Continuada	Para qualificação modular, mais rápida, integrada ao projeto de vida e à preparação para o trabalho.	Informática básica e aplicada, atendimento administrativo, auxiliar de cozinha, noções de eletricidade residencial supervisionada, manutenção básica, empreendedorismo.
Trilha técnica complementar	Para escolas que ainda não têm estrutura completa de curso técnico, mas possuem laboratório e parceiro formador.	Trilha de manutenção predial, trilha de gestão e negócios, trilha de tecnologia, trilha de alimentação e serviços.
Curso técnico concomitante	Para estudante cursar o médio regular e, em turno articulado, formação técnica em instituição parceira.	Técnico em Administração, Informática, Edificações, Eletrotécnica, Gastronomia, Agroecologia, Logística.
Curso técnico integrado	Para escolas-polo com infraestrutura, professores e matriz aprovada.	Ensino Médio integrado ao Técnico em Administração, Informática, Agroecologia, Edificações ou Desenvolvimento de Sistemas.
Polo regional técnico	Para municípios pequenos ou territórios com escolas sem escala para laboratório completo.	Um polo atende estudantes de várias escolas, com transporte, calendário integrado e laboratórios compartilhados.
Laboratório móvel	Para áreas rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso.	Unidades móveis de tecnologia, ciências, informática, manutenção leve, empreendedorismo e educação ambiental.

## 10. Eixos de oficinas, cursos e laboratórios

Os eixos abaixo organizam as áreas citadas na proposta e acrescentam temas essenciais do cotidiano. A escolha de cada escola deve depender do território, da demanda dos estudantes, da infraestrutura, da segurança, da disponibilidade de instrutores e do potencial produtivo local.

Eixo	Oficinas no Fundamental	Formação no Médio	Infraestrutura recomendada
Mecânica e manutenção	Noções de ferramentas, medidas, desenho, manutenção simples e segurança.	Mecânica básica, manutenção de equipamentos, manutenção de bicicletas/motores didáticos, metrologia, desenho técnico.	Oficina mecânica didática, bancadas, ferramentas supervisionadas, EPIs, motores didáticos, almoxarifado.
Elétrica, energia e manutenção predial	Circuitos simples, segurança, energia, consumo consciente.	Eletricidade básica supervisionada, energia solar, manutenção predial, eficiência energética.	Bancadas elétricas didáticas de baixa tensão, kits solares, multímetros didáticos, EPIs, dispositivos de segurança.
Marcenaria, móveis e design	Medidas, desenho, maquetes, reaproveitamento de materiais.	Marcenaria didática, design de móveis, acabamento, pequenos projetos, economia criativa.	Bancadas, ferramentas supervisionadas, exaustão/ventilação, EPIs, área de acabamento.

Eixo	Oficinas no Fundamental	Formação no Médio	Infraestrutura recomendada
<b>Construção civil e infraestrutura</b>	Maquetes, leitura de plantas simples, sustentabilidade, saneamento.	Edificações, desenho de construção civil, manutenção predial, materiais, orçamento de obra.	Laboratório de construção, kits de medição, maquetes, ferramentas didáticas, EPIs.
<b>Administração e gestão</b>	Educação financeira, organização, comunicação, trabalho em equipe.	Administração, logística, atendimento, finanças, contabilidade básica, serviços públicos.	Laboratório de gestão com computadores, softwares, simulação de empresa e cooperativa escolar.
Gastronomia, alimentação e serviços de cozinha	Alimentação saudável, higiene, cultura alimentar, horta e aproveitamento.	Gastronomia, panificação, confeitaria, serviços de restaurante, boas práticas, empreendedorismo alimentar.	Cozinha didática, utensílios, bancada, armazenamento, normas sanitárias, EPIs.
Empreendedorismo, cooperativismo e associativismo	Feira escolar, projeto de turma, economia solidária, cidadania.	Plano de negócios, cooperativa escolar, associativismo comunitário, marketing, vendas, finanças, formalização.	Sala de projetos, laboratório de gestão, mentoria, parcerias com SEBRAE, cooperativas e associações locais.
<b>Informática, tecnologia e cultura digital</b>	Informática básica, segurança digital, pensamento computacional, robótica lúdica.	Informática, redes, manutenção e suporte, desenvolvimento de sistemas, dados, automação simples.	Laboratório de informática com internet, rede local, kits de robótica/automação, manutenção e atualização.
Agroecologia, recursos naturais e bioeconomia	Horta, compostagem, água, solo, plantas, alimentação.	Agroecologia, agroindústria, aquicultura, pesca, florestas, produtos da sociobiodiversidade.	Horta/laboratório vivo, viveiro, laboratório de alimentos, área experimental e parcerias territoriais.
<b>Vida cidadã e cotidiana</b>	Comunicação, saúde, direitos, deveres, mobilidade, convivência, cultura de paz.	Projeto de vida, direitos trabalhistas, cidadania fiscal, comunicação profissional, preparação para processos seletivos.	Sala multiuso, biblioteca ativa, laboratório de mídia, ambientes de convivência e apoio psicossocial.

## 11. Padrões de infraestrutura e segurança

Oficina escolar não é depósito de ferramenta. Precisa de projeto pedagógico, profissional habilitado, manutenção, seguro, normas de segurança, controle de insumos, supervisão e adequação à idade dos estudantes.

Padrão	Descrição
<b>Escola Integral Básica</b>	Ambientes de leitura, reforço, arte, esporte, informática básica, ciências e sala multiuso para oficinas leves.
<b>Escola Integral com Oficina</b>	Inclui laboratório maker, horta, cozinha pedagógica ou oficina de manutenção leve, conforme segurança e maturidade dos estudantes.
<b>Escola Polo de Ensino Médio Técnico</b>	Laboratórios técnicos por eixo, biblioteca, internet, oficina equipada, instrutores, almoxarifado, manutenção e matriz aprovada.
<b>Centro Regional de Vida e Trabalho</b>	Equipamento regional compartilhado para formação técnica, FIC, certificação, feiras, incubação de projetos e atendimento a várias escolas.
<b>Laboratório Móvel</b>	Solução itinerante para territórios rurais, ribeirinhos e de baixa escala, com calendário regional e equipe técnica.

**Regra de ouro Aula prática sem segurança não é inovação; é problema esperando data para acontecer. Toda oficina deve ter supervisão, EPI, protocolo, manutenção e adequação à faixa etária.**

## 12. Governança estadual e regime de colaboração

Como o projeto começa pelo Ensino Fundamental, a governança precisa ser pactuada. O Estado deve liderar a política, financiar parte da expansão, dar assistência técnica, padronizar indicadores e organizar polos; os municípios aderem e executam a etapa fundamental conforme pacto, diagnóstico e capacidade.

Ator	Responsabilidade proposta
<b>Governo do Estado</b>	Instituir o programa por lei, coordenar metas, financiamento, formação, monitoramento e polos regionais.
<b>Secretaria Estadual de Educação</b>	Definir matriz estadual, apoiar redes, executar Ensino Médio, formar equipes e monitorar resultados.
<b>Municípios</b>	Implantar o Ensino Fundamental em tempo integral nas redes municipais aderentes, com apoio técnico e financeiro pactuado.
<b>Conselhos de Educação</b>	Normatizar, autorizar matrizes, acompanhar qualidade e assegurar controle social.
IFPA, UEPA, UFPA e demais instituições públicas	Apoiar formação docente, certificação, pesquisa, extensão, laboratórios e desenho dos cursos.
<b>Sistema S e instituições credenciadas</b>	Ofertar cursos FIC, formação técnica, instrutores, certificação e integração com setor produtivo.
<b>SEBRAE, cooperativas e associações</b>	Apoiar empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, economia solidária e projetos de negócios escolares.
<b>Setor produtivo regional</b>	Informar demandas, apoiar visitas técnicas, mentorias, equipamentos, estágio quando legalmente cabível e oportunidades de aprendizagem.
<b>Comunidade escolar</b>	Participar do projeto político-pedagógico, avaliação, controle social e escolha de eixos coerentes com o território.

### 13. Etapas estratégicas de estruturação

A implantação deve ser decenal e alinhada ao PNE 2026-2036. A pressa errada custa caro. O desenho abaixo permite começar rápido sem atropelar o essencial.

Fase	Período sugerido	Entrega principal
Fase 0 - Organização legal e diagnóstico	2026-2027	Lei estadual do programa, decreto, comitê, pacto com municípios, diagnóstico por escola, mapa de vocações regionais, matriz curricular e plano financeiro.
Fase 1 - Pilotos territoriais no Fundamental	2027-2028	Implantação em escolas municipais e estaduais aderentes, priorizando vulnerabilidade, baixo desempenho e capacidade mínima de operação.
Fase 2 - Polos regionais de Ensino Médio	2028-2030	Criação de polos técnicos regionais, cursos FIC, laboratórios e trilhas profissionalizantes no Ensino Médio.
Fase 3 - Expansão coordenada	2030-2033	Ampliação para mais municípios, consolidação de laboratórios, formação continuada e início do acompanhamento de egressos.
Fase 4 - Universalização progressiva e qualidade	2033-2036	Alinhamento às metas do PNE: 65% das escolas públicas com oferta de tempo integral e 50% dos estudantes da educação básica atendidos até o fim do decênio, conforme pactuação e viabilidade financeira.

### 14. Matriz curricular de referência

A matriz final deve ser aprovada pelos órgãos competentes. Abaixo está uma referência técnica para organizar a proposta sem engessar as redes.

Núcleo	Fundamental	Ensino Médio
Base comum	BNCC, alfabetização, português, matemática, ciências, humanas, artes, educação física, cultura digital.	Formação geral básica conforme legislação vigente, com aprofundamento em áreas do conhecimento.
Recomposição	Leitura, escrita, matemática, tutoria e acompanhamento individual.	Reforço em português, matemática, ciências da natureza e preparação para Enem, processos seletivos e EPT.
Projeto de vida	Autoconhecimento, convivência, disciplina, comunidade, sonhos e escolhas.	Projeto de vida, orientação profissional, universidade, trabalho, empreendedorismo e cidadania.
Oficinas práticas	Rotativas, exploratórias, seguras e sem falsa certificação.	Técnicas, com carga horária, produto final, avaliação e possibilidade de certificação.
Formação profissional	Iniciação ao mundo do trabalho e competências de vida.	FIC, trilhas técnicas, cursos técnicos integrados/concomitantes e práticas supervisionadas.
Território	Projetos comunitários e cultura local.	Arranjos produtivos locais, inovação, cooperativismo, associativismo, sustentabilidade e bioeconomia.

### 15. Financiamento e sustentabilidade

O programa deve separar investimento de implantação e custeio permanente. Misturar tudo é o atalho para faltar merenda, quebrar laboratório e perder professor. A proposta financeira deve ser construída por escola, região e etapa.

Fonte ou mecanismo	Uso sugerido
Fundeb e regra de tempo integral	Criação e manutenção de matrículas em tempo integral, conforme regras vigentes e pactuação federativa.
Programa Escola em Tempo Integral	Apoio à expansão de matrículas, assistência técnica e transição até financiamento regular.
Programa Nacional de Infraestrutura Escolar	Reformas, adequações, modernização e expansão da infraestrutura escolar.
Orçamento estadual	Custeio contínuo, pessoal, alimentação, transporte, manutenção, laboratórios, formação e tecnologia.
Emendas parlamentares e transferências voluntárias	Equipamentos, laboratórios, ônibus, climatização, conectividade e obras pactuadas no PAR.
Parcerias públicas e institucionais	Formação, certificação, mentoria, doação de equipamentos, projetos de extensão e visitas técnicas, preservado o controle público.
Setor produtivo e cooperativo	Apoio a projetos, feiras, desafios, incubação escolar, estágios quando permitidos e mentorias.
Fundo estadual ou linha orçamentária específica	Garantir previsibilidade e evitar que o programa dependa de verba "sobrando", porque verba sobrando em governo é quase folclore.

Centro de custo	O que deve entrar no orçamento
Pessoal	Professores, coordenadores, instrutores, monitores, técnicos de laboratório, equipe de apoio e formação continuada.
Alimentação	Refeições compatíveis com jornada ampliada, logística, armazenamento e controle nutricional.

Centro de custo	O que deve entrar no orçamento
Transporte	Rotas ampliadas, territórios rurais e ribeirinhos, integração com polos regionais.
Infraestrutura	Reforma, acessibilidade, banheiros, refeitório, biblioteca, quadra, laboratórios, energia, água e internet.
Equipamentos	Computadores, bancadas, kits didáticos, ferramentas supervisionadas, EPIs, mobiliário e softwares.
Manutenção	Reposição de insumos, conserto de equipamentos, calibração, limpeza técnica e renovação tecnológica.
Avaliação e dados	Painel, sistemas de frequência, aprendizagem, certificação, infraestrutura e acompanhamento de egressos.

## 16. Indicadores, monitoramento e transparência

O programa precisa de um Painel Estadual de Educação Integral e Profissional para a Vida, com dados por escola, município, região, etapa e público prioritário. Transparência não é enfeite: é seguro contra imprevisto.

Dimensão	Indicadores principais
Acesso	Percentual de escolas com tempo integral; matrículas integrais; vagas por região; adesão municipal; cobertura por etapa.
Permanência	Frequência, evasão, abandono, reprovação, distorção idade-série e conclusão.
Aprendizagem	Alfabetização, Saeb/Ideb, avaliações diagnósticas, evolução em português e matemática.
Formação técnica	Cursos ofertados, estudantes certificados, carga horária cumprida, conclusão, qualidade da prática e satisfação.
Infraestrutura	Laboratórios implantados, equipamentos funcionando, internet, alimentação, transporte, manutenção e segurança.
Equidade	Atendimento por território, raça/cor, sexo, deficiência, campo, águas, florestas, indígenas, quilombolas e nível socioeconômico.
Egressos	Continuidade nos estudos, ingresso no ensino superior/EPT, empregabilidade, empreendedorismo, renda e participação em cooperativas/associações.
Gestão	Execução orçamentária, cumprimento de contratos, formação de profissionais, ouvidoria, auditorias e relatórios públicos.

## 17. Matriz de riscos e medidas preventivas

Risco	Impacto	Prevenção
Expansão rápida demais	Queda de qualidade e desperdício.	Fases, pilotos, critérios de prontidão e auditoria de implantação.
Conflito Estado-municípios	Baixa adesão no Fundamental.	Pacto formal, incentivos, cofinanciamento, assistência técnica e governança bipartite.
Falta de professores e instrutores	Oficinas viram imprevisto.	Formação antecipada, cadastro de instrutores, parcerias e carreira atrativa.
Laboratórios sem manutenção	Equipamento quebrado e custo perdido.	Contrato de manutenção, almoxarifado, inventário e reposição anual.
Currículo inchado	Muito conteúdo, pouca aprendizagem.	Matriz enxuta, blocos integrados e foco em resultados.
Estigma de "escola para pobre trabalhar cedo"	Desigualdade e rejeição social.	Base acadêmica forte, acesso à universidade, cursos de qualidade e livre escolha do estudante.
Segurança nas oficinas	Acidentes e interrupção do programa.	EPIs, supervisão, protocolos, adequação etária, seguro e controle técnico.
Baixa conectividade	Tecnologia subutilizada.	Internet, rede wi-fi, manutenção e alternativas offline para territórios remotos.
Transporte insuficiente	Faltas e evasão.	Revisão de rotas, polos regionais planejados e calendário compatível.
Falta de dados	Decisão no escuro.	Painel estadual, Censo, PAR, avaliações e relatórios semestrais.

## 18. Prioridades iniciais de articulação e estruturação

Criar Grupo Executivo Estadual com SEDUC, planejamento, finanças, infraestrutura, ciência e tecnologia, conselhos, municípios e parceiros técnicos.

Elaborar minuta de Lei Estadual do Programa e decreto de governança, com previsão de comitê estadual, instância bipartite e painel público.

Atualizar diagnóstico com Censo Escolar 2025, Novo PAR, dados municipais, infraestrutura, docentes, transporte, alimentação e vulnerabilidade.

Mapear vocações por Região de Integração: serviços, construção, tecnologia, bioeconomia, pesca, agroecologia, turismo, administração, logística e indústria.

Selecionar escolas-piloto do Fundamental em municípios aderentes, com prioridade para vulnerabilidade e capacidade mínima de implantação.

Selecionar escolas-polo do Ensino Médio para laboratórios técnicos regionais.

Definir matriz curricular estadual de referência e cadernos pedagógicos por etapa.

Firmar protocolos com IFPA, Sistema S, universidades, SEBRAE, cooperativas e instituições certificadoras.

Criar plano de formação de professores, gestores, instrutores e técnicos de laboratório.

Modelar orçamento por escola e por polo, separando investimento, custeio, manutenção e pessoal.

Publicar edital de adesão municipal e critérios transparentes de priorização.

Implantar painel de monitoramento com metas, indicadores e prestação de contas.

## 19. Produtos institucionais do programa

Produto	Finalidade
<b>Lei Estadual do Programa</b>	Instituir a política pública, suas metas, governança, financiamento e responsabilidades.
Plano Estadual Decenal de Educação Integral e Profissional	Alinhar a política ao PNE 2026-2036 e aos diretrizes territoriais.
<b>Caderno de Implantação do Fundamental</b>	Orientar jornada, currículo, oficinas de vida, recomposição e gestão escolar.
<b>Caderno do Ensino Médio Técnico Complementar</b>	Orientar trilhas, FIC, cursos técnicos, parcerias, certificação e laboratórios.
<b>Mapa Estadual de Vocações e Oportunidades</b>	Vincular formação aos territórios e arranjos produtivos locais.
<b>Manual de Laboratórios e Segurança</b>	Padronizar infraestrutura, manutenção, EPIs, supervisão e adequação à faixa etária.
<b>Painel Estadual de Monitoramento</b>	Acompanhar acesso, aprendizagem, infraestrutura, permanência, certificação e egressos.
Programa de Formação de Educadores e Instrutores	Preparar as equipes para a nova matriz, oficinas e ensino técnico.
<b>Edital de Adesão Municipal</b>	Formalizar participação dos municípios na etapa do Ensino Fundamental.
<b>Relatório Anual de Resultados</b>	Prestar contas à sociedade e corrigir rumos.

## 20. Texto-base para apresentação pública

O Programa Estadual de Educação Integral, Técnica e Profissional para a Vida nasce para preparar crianças e jovens do Pará para aprender mais, viver melhor, trabalhar com dignidade, empreender, cooperar e seguir estudando. A proposta começa pelo Ensino Fundamental, com jornada ampliada, reforço de aprendizagem, leitura, matemática, ciências, cultura digital, esporte, arte e oficinas de vida prática. Depois avança para o Ensino Médio, com formação técnica complementar, cursos profissionalizantes, laboratórios, oficinas práticas e teóricas em áreas como mecânica, elétrica, marcenaria, construção civil, administração, gastronomia, informática, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo. O objetivo é simples e profundo: formar jovens preparados para a vida. Quem escolher a universidade chegará mais forte. Quem escolher o trabalho, o curso técnico, o negócio próprio ou a cooperativa também terá mais ferramentas para vencer. A escola pública precisa ser lugar de conhecimento, oportunidade e futuro. Mais tempo na escola só vale se esse tempo virar aprendizagem, autonomia e projeto de vida.

## 21. Conclusão técnica

A ideia é forte e tem apelo social real. Para virar política estadual, precisa de três cuidados: começar pela base, certificar de verdade no Ensino Médio e governar com dados. O caminho recomendado é implantar primeiro o Ensino Fundamental em tempo integral com iniciação prática e recomposição de aprendizagem; em seguida, estruturar polos de Ensino Médio com formação profissional, laboratórios e cursos certificados. O jovem não precisa escolher entre vida, trabalho e universidade. Uma escola bem desenhada prepara para os três.

## 22. Referências normativas e fontes consultadas

- Lei nº 15.388/2026 - Plano Nacional de Educação 2026-2036: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15388-14-abril-2026-798950-norma-15388-pl.html>
- Lei nº 14.640/2023 - Programa Escola em Tempo Integral: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14640-31-julho-2023-794485-publicacaooriginal-168598-pl.html>
- Lei nº 14.945/2024 - Reorganização do Ensino Médio: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>
- Inep - Censo Escolar 2025 e crescimento do tempo integral: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/crescimento-do-ensino-em-tempo-integral-coloca-em-evidencia-avancos-da-rede-publica>

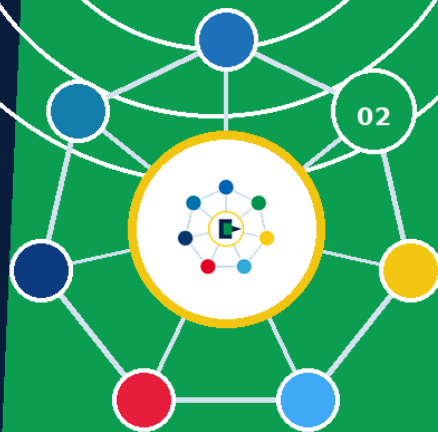
- SECOM/MEC - Matrículas em tempo integral no Pará entre 2022 e 2024: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/tempo-integral/matriculas-tempo-integral-2024/no-para-matriculas-tempo-integral-saltam-de-6-6-em-2022-para-13-2-em-2024>
- FNDE - Novo PAR com dados do Censo Escolar 2025: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/mec-atualiza-paineis-do-novo-par-com-dados-do-censo-2025>
- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT/MEC: <https://cnct.mec.gov.br/>
- Governo do Pará - Regiões de Integração e 144 municípios: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-aco-es-governamentais>

PROGRAMA 02

# Pará Empreendedor Forte

crédito, gestão, mercado e renda local

MODERNIZA  
PARÁ  
7 PROGRAMAS • 1 FUTURO



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“Dinheiro solto vira inadimplência; crédito com acompanhamento vira desenvolvimento.”*

**02** Empreendedor Forte

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

## 02. Pará Empreendedor Forte

*Dinheiro solto vira inadimplência; crédito com acompanhamento vira desenvolvimento.*

### PARÁ EMPREENDEDOR FORTE

Política pública estadual para microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, feirantes, economia popular e prestadores de serviço

Operação financeira proposta: Banpará, com integração ao Sebrae/FAMPE, municípios e rede estadual de atendimento

**Síntese da tese O Pará deve tratar os pequenos negócios como infraestrutura econômica: eles estão em todos os municípios, geram emprego rápido, seguram a renda das famílias e transformam crédito pequeno em circulação local. O programa propõe crédito orientado, garantia, qualificação, compras públicas e mercado. Dinheiro solto vira inadimplência; crédito com acompanhamento vira desenvolvimento.**

Versão técnica consolidada - abril de 2026

### 1. Sumário executivo

Este projeto estrutura uma política pública estadual permanente do Governo do Pará para fortalecer microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, feirantes, trabalhadores da economia popular, prestadores de serviço e empreendedores em rota de formalização.

A proposta se estrutura em cinco decisões centrais:

- Usar o Banpará como agente financeiro operador, aproveitando e ampliando linhas já existentes de microcrédito, capital de giro, turismo, bioeconomia, mulheres, juventude e pequenos negócios.
- Criar um Fundo Estadual Garantidor e de Equalização de Juros para reduzir exigência de garantias, subsidiar parcialmente juros e premiar bom pagador.
- Vincular crédito a assistência técnica, capacitação curta e acompanhamento, evitando o erro clássico de entregar dinheiro sem gestão.
- Ativar mercado para os pequenos negócios por meio de compras públicas, feiras, plataforma digital estadual e rodadas de negócio por região.
- Organizar governança com metas, dados, transparência, agentes de crédito nos municípios e integração com Sebrae, Jucepa, Banpará, secretarias estaduais e prefeituras.

**Resultado esperado em linguagem direta Mais MEIs virando microempresas, mais microempresas contratando, mais feirantes vendendo com dignidade, mais prestadores de serviço formalizados, menos dependência de grandes ciclos econômicos e mais dinheiro circulando dentro dos municípios paraenses.**

### 2. Base do projeto e justificativa

A política estadual de micro e pequenos empreendedores prevê formação técnica, acesso a crédito, fundo de apoio, infraestrutura de comercialização, digitalização, plataforma local, governança e Carta de Aptidão. A versão estadual mantém essa espinha dorsal, mas troca a lógica municipal por uma política de alcance para os 144 municípios do Pará, com Banpará como operador financeiro e coordenação estadual.

#### 2.1. Por que priorizar os pequenos negócios

- No Brasil, o Mapa de Empresas do Governo Federal registrou 23.205.843 empresas ativas ao final do 1º quadrimestre de 2025, sendo 12.551.697 MEIs ativos. Os MEIs representaram 54,1% das empresas ativas e 75,85% das novas empresas abertas no período.
- No Pará, a Jucepa informou que, em janeiro de 2025, o estado possuía 650.296 empresas ativas, das quais 331.190 eram MEIs. Em janeiro de 2025, foram 11.743 novos negócios, alta de 68% sobre janeiro de 2023.
- Dados do Sebrae/PA apontam que, de janeiro a novembro de 2025, as MPEs no Pará tiveram saldo positivo de 48.523 empregos e foram o único segmento com saldo positivo em todos os meses analisados.
- O Governo do Pará e o Sebrae/PA informaram que os pequenos negócios representam 97% das empresas do estado e foram responsáveis por 94% dos empregos formais gerados no Pará em 2025.

Conclusão: fortalecer pequenos negócios não é política lateral. É política de emprego, renda, arrecadação, interiorização do desenvolvimento e estabilidade social. O pequeno negócio é a economia com CPF, CNPJ, família e boleto vencendo todo mês.

### 3. Diagnóstico: principais gargalos no Pará

Gargalo	Leitura técnica
Crédito caro ou inacessível	Muitos MEIs, microempresas e informais não têm garantias, histórico bancário ou contabilidade organizada. Resultado: dependem de crédito caro, fornecedor ou informalidade financeira.

Gargalo	Leitura técnica
Baixa gestão financeira	O empreendedor mistura caixa da casa com caixa do negócio, não calcula margem, compra mal, vende fiado sem controle e não sabe se está lucrando.
Formalização incompleta	Muitos têm CNPJ, mas não emitem nota, não usam conta PJ, não conhecem obrigações, não acessam compras públicas e não conseguem crescer.
Pouco acesso a mercado	O problema não é só crédito. Pequeno empreendedor precisa vender: para consumidor, empresas, governo, turismo, eventos, plataformas digitais e cadeias produtivas.
Feiras e economia popular desassistidas	Feirantes, ambulantes e vendedores populares precisam de infraestrutura, higiene, padronização, crédito para equipamentos e reconhecimento produtivo.
Interiorização fraca	A política estadual precisa chegar a todos os municípios, com agentes de crédito, Salas do Empreendedor, mutirões e atendimento digital.
Programas pulverizados	O Pará já tem instrumentos relevantes, mas precisa integrá-los em uma trilha única: diagnóstico, capacitação, crédito, acompanhamento e mercado.

## 4. Pesquisa comparada: exemplos aproveitáveis

A pesquisa comparada mostra que os programas mais fortes não se limitam a juros baixos. Eles combinam crédito, garantia, orientação, agentes locais, progressão de limite, capacitação prática, acompanhamento e acesso a mercado.

Exemplo	O que faz	Como aproveitar no Pará
Banpará - Microcrédito	Linhas para Banpará Comunidade, mototaxista, taxista, batedor de aço, Empodera, Qualifica Pará, CredTurismo e Jovem Empreendedor. Atende formais e informais, MEI e ME.	Usar como base operacional e criar uma trilha estadual unificada, com metas e segmentação por público.
Banpará + Sebrae - CredCOP/FAMPE	Capital de giro para MEI, ME e EPP, com garantia FAMPE, limites de até R\$ 100 mil para MEI, R\$ 400 mil para ME e R\$ 700 mil para EPP.	Escalar a parceria Banpará-Sebrae para além da COP 30, transformando em política permanente de crescimento dos pequenos negócios.
São Paulo - Banco do Povo Paulista	Microcrédito produtivo orientado, executado em parceria com municípios, para formais, informais e produtores rurais. Linhas como Empreenda Rápido, Mulher e Afro, com capacitação.	Criar rede de agentes municipais e condicionar crédito a capacitação curta, sem burocratizar até matar o negócio.
Paraná - Fomento Paraná	Microcrédito Fácil para informal, MEI e microempresa até R\$ 360 mil/ano, com agentes em prefeituras, Agências do Trabalhador, Salas do Empreendedor e canal online. Banco do Empreendedor financia MPE até R\$ 100 mil.	Adotar atendimento híbrido: presencial local + plataforma digital + correspondentes/parceiros credenciados.
Bahia - CrediBahia	Microcrédito com primeiro empréstimo pequeno e renovação progressiva até R\$ 21 mil para empreendedores com CNPJ, com condições diferenciadas para mulheres.	Criar limite progressivo: quem paga em dia, comprova uso produtivo e participa do acompanhamento sobe de faixa.
Banco do Nordeste - Crediamigo	Programa de microcrédito produtivo orientado em larga escala; em 2025 aplicou R\$ 13,42 bilhões, fez mais de 4 milhões de operações e tinha 2,2 milhões de clientes ativos.	Lição de escala: agente de crédito, recorrência, ticket adequado e orientação prática valem mais que edital bonito.
EUA - SBA Microloan	A SBA financia intermediários comunitários sem fins lucrativos, que emprestam até US\$ 50 mil e oferecem assistência técnica e gerencial.	Credenciar instituições locais como braço técnico, sem centralizar tudo em Belém.
Reino Unido - Start Up Loans	Empréstimos governamentais de até £25 mil, taxa fixa, prazo de 1 a 5 anos, mentoria gratuita por Expansão inicial e apoio em plano de negócios e fluxo de caixa.	Todo crédito de maior risco deve vir com mentoria obrigatória no primeiro ano.
Chile - Sercotec Capital Semilla e Crece	Fundos concursáveis combinam gestão empresarial, formalização e investimento; o Crece apoia micro e pequenas empresas e cooperativas com plano de trabalho.	Criar editais de subvenção econômica para investimento produtivo estratégico, junto com crédito reembolsável.
OCDE - garantias de crédito	Esquemas de garantia de crédito são ferramenta amplamente usada para facilitar o financiamento de pequenas empresas.	O Pará precisa de fundo garantidor/igualizador; só pedir avalista é condenar o pequeno a ficar de fora.

## 5. Nome, missão e objetivos

### 5.1. Nome sugerido

Programa Estadual Pará Empreendedor Forte - Crédito, Mercado e Gestão para Pequenos Negócios

### 5.2. Missão

Fortalecer os pequenos negócios paraenses como principal base de geração de emprego, renda, inclusão produtiva, arrecadação e desenvolvimento regional, com crédito produtivo operado pelo Banpará, garantia pública, capacitação prática, assistência técnica, compras públicas e abertura de mercado.

### 5.3. Objetivos específicos

- Ampliar o acesso a crédito produtivo para MEI, ME, EPP, feirantes, ambulantes autorizados, prestadores de serviço, economia criativa, turismo, alimentação, bioeconomia e empreendedores em rota de formalização.
- Reduzir a mortalidade dos pequenos negócios por meio de acompanhamento técnico e educação financeira aplicada.
- Transformar MEIs viáveis em microempresas empregadoras, sem forçar crescimento artificial.
- Interiorizar o atendimento em todos os municípios com agentes de crédito, Salas do Empreendedor, Jucepa, Sebrae, prefeituras e atendimento digital.
- Usar compras públicas e grandes eventos como mercado para pequenos negócios locais.
- Promover inclusão de mulheres, jovens adultos, comunidades tradicionais, feirantes, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e empreendedores de baixa renda.
- Criar uma trilha de formalização inteligente, sem empurrar CNPJ para quem ainda não tem estrutura mínima.

## 6. Público-alvo estadual

Grupo	Descrição
MEI	Microempreendedores individuais ativos ou em processo de formalização, respeitadas as ocupações permitidas pela legislação federal.
ME	Microempresas formais com faturamento dentro do limite legal, especialmente comércio, serviços, alimentação, confecção, estética, construção, reparos e economia criativa.
EPP	Empresas de pequeno porte que possam gerar ou preservar empregos, modernizar operação e ampliar mercado.
Feirantes e economia popular	Feirantes, ambulantes autorizados, vendedores de mercados, trabalhadores de feiras itinerantes, batedores de açaí e pequenos vendedores de alimentos.
Prestadores de serviço	Eletricistas, encanadores, pintores, pedreiros, manicures, barbeiros, cabeleireiros, mecânicos, técnicos, entregadores, trabalhadores de eventos e manutenção.
Negócios da bioeconomia	Extrativistas, cooperativas, agroindústrias familiares, pequenos produtores ligados a cadeias sustentáveis, açaí, cacau, pescado, madeira legal, artesanato e produtos regionais.
Informais em rota de formalização	Trabalhadores com atividade produtiva real, ainda sem CNPJ, que precisam de diagnóstico antes da formalização.

## 7. Arquitetura do programa

A política deve funcionar como uma esteira única, simples e monitorável:

Cadastro Estadual dos Pequenos Negócios e da Economia Popular.

Diagnóstico rápido do negócio: porte, atividade, faturamento, necessidade, risco e potencial de mercado.

Trilha de capacitação obrigatória proporcional ao valor do crédito.

Carta de Aptidão/Selo Pará Empreendedor Forte.

Crédito Banpará com garantia, equalização e orientação.

Acompanhamento pós-crédito por 6 a Consolidação, conforme valor.

Acesso a mercado: compras públicas, feiras, plataforma digital e rodadas com empresas.

Reavaliação e progressão de limite para bons pagadores.

**Regra de ouro Quanto menor o negócio, mais simples o processo. Quanto maior o valor do crédito, maior o nível de diagnóstico, comprovação de uso produtivo e acompanhamento. Proporcionalidade é inteligência administrativa.**

## 8. Sistema estadual de crédito produtivo via Banpará

O Banpará deve ser o agente financeiro operador. O Estado entra com política pública: fundo garantidor, equalização de juros, subsídio à assistência técnica, metas, integração territorial e transparência. O banco não pode virar balcão político; precisa operar com análise técnica, governança e risco controlado.

### 8.1. Instrumentos financeiros

Instrumento	Função
Crédito direto Banpará	Operações de microcrédito e capital de giro/investimento, conforme política de crédito do banco.
Fundo Estadual Garantidor	Cobertura parcial de risco para reduzir exigência de avalista e ampliar aprovação responsável.

Instrumento	Função
Equalização de juros	O Estado subsidia parte dos encargos para linhas estratégicas, mediante adimplência e cumprimento das contrapartidas.
Bônus Bom Pagador	Redução final de juros ou rebate parcial para quem paga em dia e comprova aplicação produtiva.
FAMPE/Sebrae	Uso complementar do fundo de aval do Sebrae em linhas para MEI, ME e EPP, especialmente nas operações de maior valor.
Aval solidário opcional	Para pequenos grupos com atividade semelhante, seguindo modelos de microcrédito produtivo orientado, sem substituir análise de capacidade de pagamento.
Subvenção econômica por edital	Apoio não reembolsável para inovação, formalização, feiras, economia criativa e adequação produtiva, em casos estratégicos.

## 8.2. Linhas de crédito propostas

Valores abaixo são parâmetros sugeridos para desenho da política. Taxas, prazos finais, garantias e elegibilidade devem ser calibrados pelo Banpará, Governo do Estado e órgãos reguladores.

Linha	Público	Valor sugerido	Finalidade e condição
Pará MEI Capital	MEI e informal em rota de formalização	R\$ 1 mil a R\$ 15 mil	Capital de giro, estoque, ferramentas, máquina de cartão, divulgação, pequenos equipamentos. Curso curto obrigatório e acompanhamento de Estruturação.
Pará Microempresa Cresce	Microempresas	R\$ 15 mil a R\$ 100 mil	Modernização, capital de giro associado, equipamentos, reforma, contratação, adequação sanitária e digitalização. Plano de uso obrigatório.
Pará Pequena Empresa Expande	EPPs e MEs em expansão	R\$ 100 mil a R\$ 700 mil	Investimento produtivo, expansão, inovação, energia, veículos utilitários, contratação e interiorização. Preferência para empresas que gerem ou preservem empregos.
Feira Forte Pará	Feirantes, mercados, ambulantes autorizados	R\$ 2 mil a R\$ 25 mil	Barracas, tendas, expositores, balanças, caixas térmicas, freezers, adequação sanitária, embalagens, energia e comunicação visual.
MEI Profissional	Prestadores de serviço	R\$ 2 mil a R\$ 30 mil	Ferramentas, equipamentos, EPIs, uniforme, transporte de trabalho, curso técnico, marketing, software de agenda e emissão de nota.
Mulher Empreendedora Paraense	Negócios liderados por mulheres	R\$ 1 mil a R\$ 100 mil	Linha transversal com garantia/igualização reforçada, mentoria e prioridade em capacitação e rodadas de negócio.
Juventude Empreendedora	Jovens adultos de 18 a 29 anos qualificados	R\$ 1 mil a R\$ 20 mil	Primeiro negócio, serviços, economia digital, eventos, alimentação e tecnologia simples. Obrigatório plano de negócio enxuto e mentoria.
Bioeconomia e Açaí Forte	Batedores de açaí, extrativistas, cooperativas, agroindústrias familiares	R\$ 3 mil a R\$ 150 mil	Equipamentos, processamento, embalagem, refrigeração, rastreabilidade, sustentabilidade e agregação de valor.
Turismo, Gastronomia e Cultura	Hospedagem, alimentação, guias, artesanato, eventos, economia criativa	R\$ 5 mil a R\$ 200 mil	Legado COP 30, turismo regional, gastronomia paraense, cultura, melhoria de atendimento, acessibilidade e presença digital.
Pará Digital	MEI, ME e EPP	R\$ 2 mil a R\$ 50 mil	Computador, celular de trabalho, sistemas de gestão, catálogo digital, e-commerce, meios de pagamento, fotografia de produtos e marketing.
Energia e Eficiência	MPEs com custo energético relevante	R\$ 20 mil a R\$ 500 mil	Energia solar, eficiência energética, refrigeração eficiente e equipamentos de menor consumo, mediante projeto técnico simples.

## 8.3. Progressão de limites

O programa deve evitar crédito grande para negócio sem histórico. A regra recomendada é escalar por comportamento:

Faixa	Valor	Critério
Faixa 1 - Entrada	Até R\$ 5 mil	Informal produtivo, MEI novo, feirante ou prestador em diagnóstico. Foco em giro pequeno e equipamentos básicos.
Faixa 2 - Consolidação	Até R\$ 15 mil	Negócio com atividade comprovada, capacitação concluída e plano de uso.
Faixa 3 - Crescimento	Até R\$ 50 mil	MEI maduro ou ME com faturamento recorrente e controle de caixa.
Faixa 4 - Expansão	Até R\$ 100 mil	ME que preserva ou gera empregos, com nota fiscal, conta PJ e acompanhamento.
Faixa 5 - Escala produtiva	Até R\$ 700 mil	ME/EPP com projeto de investimento, garantias complementares, FAMPE/fundo estadual e metas de resultado.

## 9. Escola Estadual do Empreendedor Paraense

A capacitação deve ser curta, prática e por segmento. Pequeno empresário não precisa de palestra eterna; precisa sair sabendo calcular preço, separar caixa, vender, emitir nota e cumprir obrigação sem virar refém de burocracia.

Trilha	Conteúdo
Trilha Básica - 4 horas	Formalização, caixa, preço, crédito consciente, obrigações do MEI/ME, uso correto do dinheiro.
Trilha Gestão - 8 horas	Fluxo de caixa, estoque, margem, compras, atendimento, cobrança, nota fiscal e indicadores simples.
Trilha Digital - 6 horas	WhatsApp Business, catálogo, foto de produto, redes sociais, marketplace, meios de pagamento e segurança digital básica.
Trilha Feirante - 6 horas	Higiene, manipulação de alimentos, conservação, exposição, atendimento, precificação, descarte de resíduos e venda por encomenda.
Trilha Serviços - 6 horas	Orçamento, contrato simples, agenda, garantia de serviço, foto de antes/depois, avaliação do cliente e segurança no trabalho.
Trilha Crescimento - 12 horas	Contratação, compras públicas, financiamento maior, gestão tributária, planejamento e expansão regional.

## 10. Acesso a mercado: onde o pequeno ganha dinheiro

### 10.1. Compra do Pequeno Paraense

Criar uma política estadual de compras públicas para micro e pequenos negócios, usando o tratamento diferenciado previsto na legislação nacional, com editais simplificados, cotas, lotes regionais, capacitação para fornecedores e pagamento monitorado. Sem comprador, o pequeno negócio vira aluno eterno de curso gratuito. Curso não paga fornecedor.

- Mapear itens que o Estado compra e que pequenos negócios podem fornecer: alimentação, manutenção, uniformes, pequenos reparos, mobiliário simples, serviços locais, eventos, artesanato, produtos regionais e logística leve.
- Criar Cadastro Estadual de Fornecedores Pequenos, integrado à Jucepa, Sebrae, Banpará e compras públicas.
- Preparar editais por lotes regionais para permitir competição real dos pequenos.
- Oferecer capacitação em orçamento, nota fiscal, documentação, proposta e entrega.
- Criar painel público de compras realizadas com MEI, ME e EPP por região.

### 10.2. Plataforma Compre do Pará e Contrate MEI Pará

- Catálogo estadual de produtos e serviços locais, com busca por município, atividade, certificações e contato.
- Aba Feiras do Pará: dias, locais, feirantes cadastrados, produtos e encomendas por WhatsApp.
- Aba Prestadores: eletricitas, pintores, manicures, barbeiros, técnicos, manutenção, eventos e serviços residenciais/comerciais.
- Aba Produtos Regionais: açaí, cacau, pescado, artesanato, moda, bijoias, alimentos e economia criativa.
- Selo Pará Empreendedor Forte para quem concluiu a trilha e mantém dados atualizados.

### 10.3. Rodadas de negócio regionais

Realizar rodadas em polos regionais: Belém/Guajará, Marajó, Baixo Amazonas, Tapajós, Carajás, Araguaia, Xingu, Tocantins, Rio Caeté, Rio Capim, Guamá e Lago de Tucuruí. O objetivo é conectar pequenos negócios a compradores públicos, empresas âncoras, turismo, mineração, construção, supermercados, hotéis, restaurantes e eventos.

## 11. Feiras, mercados e economia popular

A política estadual deve tratar feiras e mercados como equipamentos econômicos, não como problema urbano. Feirante organizado, limpo e financiado vende mais, recolhe melhor, atende melhor e gera renda sem pedir emprego ao Estado.

- Criar Cadastro Estadual de Feirantes e Vendedores Populares, em parceria com municípios.
- Financiar estrutura mínima: barracas, tendas, balanças, caixas térmicas, freezers, iluminação, energia regularizada, comunicação visual e descarte de resíduos.
- Padronizar sem expulsar: organização deve trazer dignidade, não perseguição.
- Capacitar vendedores de alimento em boas práticas, higiene, manipulação e conservação.
- Conectar feiras à plataforma Compre do Pará e a eventos regionais.
- Apoiar feiras itinerantes em bairros, distritos, comunidades rurais e ribeirinhas.

## 12. Governança estadual

Frente	Responsabilidade
Coordenação política	Governo do Estado, por secretaria de desenvolvimento econômico ou estrutura equivalente.

Frente	Responsabilidade
Operação financeira	Banpará, com produtos próprios, linhas especiais, análise de crédito e prestação de contas.
Assistência técnica	Sebrae/PA, Senac, Senai, IFPA, universidades, organizações credenciadas e consultores homologados.
Registro e formalização	Jucepa, Redesim, Salas do Empreendedor, prefeituras e Receita/órgãos competentes.
Territorialização	Municípios, associações comerciais, sindicatos, cooperativas, entidades de feirantes e agentes de crédito locais.
Controle e transparência	Controladoria, conselho gestor, painel público de metas, critérios e resultados.

### 12.1. Comitê Estadual dos Pequenos Negócios

- Banpará
- Sebrae/PA
- Jucepa
- Secretarias estaduais de desenvolvimento econômico, trabalho, assistência, turismo, cultura, agricultura, meio ambiente e fazenda
- Representantes das regiões de integração do Pará
- Associações comerciais, cooperativas, entidades de feirantes e economia popular
- Instituições de ensino e qualificação
- Controladoria e representação da sociedade civil

## 13. Metas e indicadores

Prazo	Entrega
Etapa inicial	Instituir o programa, comitê gestor, desenho das linhas, regras do fundo garantidor e piloto em regiões prioritárias.
Estruturação	Implantar cadastro estadual, plataforma inicial, agentes de crédito, trilhas básicas e primeira rodada de crédito.
Expansão inicial	Atender todos os municípios por rede física, digital ou itinerante; publicar primeiro painel de resultados.
Consolidação	Consolidar linhas segmentadas, compras públicas regionais, Feira Forte Pará e plataforma de prestadores.
Política permanente	Transformar o programa em política permanente de desenvolvimento dos pequenos negócios e economia popular.

- Empreendedores cadastrados por município e segmento.
- Crédito liberado por linha, região, porte e gênero.
- Taxa de inadimplência por faixa e por modalidade.
- Empregos preservados e gerados pelos beneficiários.
- MEIs formalizados e MEIs migrados para ME quando houver crescimento real.
- Número de negócios com nota fiscal, conta PJ, presença digital e vendas recorrentes.
- Participação de pequenos negócios nas compras públicas estaduais.
- Feiras modernizadas e feirantes financiados/capacitados.
- Aumento médio de faturamento dos negócios acompanhados.
- Percentual de crédito destinado ao interior do estado.

## 14. Riscos e travas de proteção

Risco	Trava
Uso político do crédito	Críticos públicos, sistema eletrônico, análise do Banpará, comitê de governança, auditoria e painel de transparência.
Inadimplência	Crédito progressivo, educação financeira, acompanhamento, bônus bom pagador, renegociação técnica e limites por CPF/CNPJ.
Burocracia excessiva	Processo proporcional: pouco documento para valores baixos, mais exigência para valores altos.
Crédito sem mercado	Vincular o programa a compras públicas, feiras, plataforma digital e rodadas de negócio.
Capacitação genérica	Trilhas por segmento, com conteúdo prático e curto.
Concentração em Belém	Metas regionais e atendimento por municípios, com caravanas e agentes locais.
Exclusão de informais	Porta de entrada com diagnóstico e formalização assistida, sem exigir CNPJ antes de entender a viabilidade.

## 15. Minuta-base para inserção em projeto de lei ou decreto

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual Pará Empreendedor Forte, destinado ao fortalecimento dos microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, feirantes, trabalhadores da economia popular, prestadores de serviço e empreendedores em rota de formalização no Estado do Pará.

Art. 2º O programa terá por finalidade promover geração de emprego e renda, acesso a crédito produtivo, formalização orientada, capacitação, assistência técnica, inovação, digitalização, acesso a compras públicas, participação em feiras e ampliação de mercados.

Art. 3º O Banpará atuará como agente financeiro operador das linhas de crédito vinculadas ao programa, observadas suas políticas de crédito, normas regulatórias e critérios técnicos de sustentabilidade financeira.

Art. 4º Poderá ser criado Fundo Estadual Garantidor e de Equalização de Juros dos Pequenos Negócios, com a finalidade de complementar garantias, equalizar encargos financeiros, subsidiar assistência técnica e reduzir barreiras de acesso ao crédito produtivo.

Art. 5º O acesso às linhas de crédito poderá ser condicionado a cadastro, diagnóstico do empreendimento, capacitação proporcional ao valor solicitado, plano simplificado de uso do recurso e acompanhamento técnico.

Art. 6º O programa observará critérios de transparência, publicidade, impessoalidade, controle social e vedação de uso político-eleitoral dos benefícios.

Art. 7º O Estado poderá firmar parcerias com Sebrae, Jucepa, instituições de ensino, municípios, cooperativas, associações, entidades de representação empresarial, organizações da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais de fomento.

Art. 8º Fica instituído o Selo Pará Empreendedor Forte, destinado aos beneficiários que cumprirem as trilhas de capacitação, regularização e acompanhamento previstas em regulamento.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará o programa, definindo linhas de crédito, limites, prazos, contrapartidas, critérios de priorização, metas, indicadores, governança e instrumentos de controle.

## 16. Fontes e evidências consultadas

As fontes abaixo foram usadas para calibrar o diagnóstico, os exemplos comparados e a arquitetura da proposta. Os links são referências para checagem técnica e atualização dos dados.

Fonte	Uso no projeto
Plano de Governo Rota 48 - Eixo 13	Referência conceitual de estruturação programática estadual.
Banpará - Microcrédito	Linhas Banpará Comunidade, Empodera, Qualifica Pará, CredTurismo e Jovem Empreendedor.
Banpará - Capital de Giro FAMPE/CREDCOP	Produto para MEI, ME e EPP com garantia FAMPE em parceria com Sebrae.
Jucepa - Abertura de MEIs cresce no Pará	Dados sobre empresas ativas no Pará, MEIs e novos negócios em janeiro de 2025.
Sebrae/PA - pequenos negócios e empregos	Dados de geração de empregos por MPEs no Pará em 2025.
Governo Federal - Mapa de Empresas 1º quadrimestre de 2025	Dados nacionais de empresas ativas, MEIs ativos e abertura de empresas.
Governo do Pará + Sebrae/PA	Dados de pequenos negócios no Pará e planejamento de atendimento.
Banco do Povo Paulista	Referência de microcrédito produtivo orientado com execução em parceria com municípios.
Fomento Paraná	Referência de microcrédito com agentes locais, canal online, Banco do Empreendedor e segmentação por porte.
CrediBahia	Referência de limite progressivo, primeiro crédito e renovação.
Banco do Nordeste - Crediamigo	Referência de escala, microcrédito orientado e capilaridade.
SBA Microloan - Estados Unidos	Referência de uso de intermediários comunitários e assistência técnica.
Start Up Loans - Reino Unido	Referência de crédito com mentoria e apoio ao plano de negócio.
Sercotec - Chile	Referência de subvenção com plano de trabalho, gestão empresarial e investimento.
OCDE - Credit Guarantee Schemes	Referência internacional sobre fundos garantidores para financiamento de PMEs.

Links principais:

- Banpará Microcrédito
- Banpará CREDCOP/FAMPE
- Jucepa - MEIs no Pará
- Sebrae/PA - empregos
- Mapa de Empresas
- Banco do Povo Paulista
- Fomento Paraná
- CrediBahia

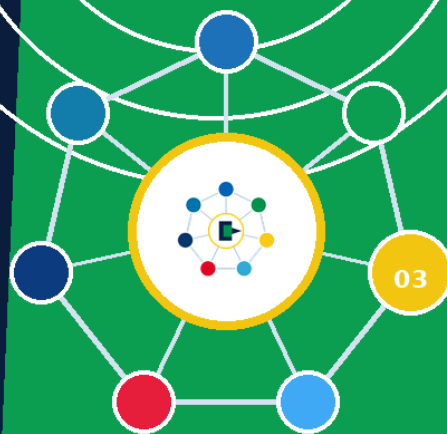
- Crediamigo
- SBA Microloan
- Start Up Loans
- Sercotec Capital Semilla
- OECD Credit Guarantee Schemes

Fechamento A proposta deixa de ser apenas um eixo de campanha e passa a ser uma política pública estadual completa: crédito com Banpará, garantia, assistência, mercado, compras públicas e governança. Esse é o caminho para fortalecer quem realmente segura a economia local no dia a dia.

PROGRAMA 03

# Pará Mineral Legal

regularização, rastreabilidade e transparência



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“Quem quer trabalhar dentro da lei precisa ter caminho simples, digital, assistido e transparente.”*

**03** Mineral Legal

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

### 03. Pará Mineral Legal

*Quem quer trabalhar dentro da lei precisa ter caminho simples, digital, assistido e transparente.*

#### PROGRAMA PARÁ MINERAL LEGAL

Regularização, Cooperativismo, Transparência e Rastreabilidade da Mineração

Projeto completo para apresentação Segurança jurídica, trilhas de regularização e fluxos de processos

**Tese central do projeto Quem quer trabalhar dentro da lei precisa ter caminho simples, digital, assistido e transparente. Quem segura área mineral sem produzir precisa aparecer no mapa e ser cobrado pelos caminhos institucionais. Quem fraudata, invade ou destrói perde o selo de confiança e volta para fiscalização dura.**

Atualizado em 28 de abril de 2026

**Nota de uso Este documento é uma proposta técnica e política pública. Ele não substitui parecer jurídico formal da PGE, da ANM, da SEMAS ou de órgão competente. A redação foi construída para evitar conflito de competência com a União e para permitir implantação estadual por lei, decreto, normas infralegais e convênios.**

#### Sumário executivo

O Programa Pará Mineral Legal é uma política pública estadual multiminério para permitir que pequenos mineradores, cooperativas, associações e empresas locais tenham uma porta real de regularização, sem depender de atravessador, informalidade ou informação escondida.

O programa não libera atividade ilegal e não cria outorga mineral estadual. Ele organiza o caminho: cadastro, consulta territorial, protocolo digital, apoio técnico, licenciamento ambiental, cooperação com a ANM, rastreabilidade da produção, proteção dos trabalhadores, recuperação ambiental e transparência sobre áreas tituladas e ociosas.

A solução precisa ser multiminério. Não pode ficar limitada ao ouro. Deve abranger minerais garimpáveis, minerais de emprego imediato na construção civil, minerais industriais, gemas, cassiterita, tantalita/columbita, quartzo, feldspato, areia, seixo, argila, brita, caulim, calcário e demais substâncias conforme o regime legal aplicável.

O ponto mais sensível é jurídico: a União é titular dos recursos minerais e a ANM decide outorgas minerárias. O Estado pode, porém, licenciar ambientalmente, digitalizar processos, organizar cadastros, criar selo de conformidade, exigir rastreabilidade como condicionante estadual, apoiar cooperativas, publicar mapa de outorgas e provocar a ANM sobre áreas ociosas.

**Resumo na lata A lei já permite muita coisa. O gargalo é transformar norma espalhada em caminho prático: mapa público, app, protocolo, prazo, cooperativa responsável, produção rastreada, trabalhador cadastrado e área recuperada.**

#### 1. Releitura crítica do projeto

A primeira versão do projeto nasceu como resposta ao drama social dos pequenos mineradores que vivem na informalidade, sofrem autuações, perdem máquinas e não têm orientação clara para se regularizar. A releitura mostra que o problema é maior: o Pará precisa de uma política estadual permanente de ordenamento da pequena e média mineração, com foco em legalidade, rastreabilidade, função social da outorga e desenvolvimento local.

O projeto deve enfrentar quatro injustiças ao mesmo tempo:

- o pequeno minerador não consegue acessar a legalidade porque o processo é caro, técnico, disperso e lento;
- muitas áreas ficam presas por títulos, requerimentos ou outorgas sem produção real, travando a economia local;
- a fiscalização aparece depois do dano, mas o Estado não chega antes com orientação, mapa, prazo e apoio técnico;
- a mineração informal invisibiliza trabalhadores, renda, segurança do trabalho, arrecadação e recuperação ambiental.

A proposta definitiva precisa abandonar a lógica de “regularizar no grito” e adotar uma lógica de Estado: dados públicos, tecnologia, controle, incentivos, penalidades, convênios e fluxo administrativo previsível.

#### 2. Princípios orientadores

Princípio	Aplicação prática
Legalizar quem quer se regularizar	O programa deve criar porta de entrada real para quem aceita cadastro, regras, fiscalização, recuperação ambiental e rastreabilidade.
Não legalizar o impossível	Terras Indígenas, unidades de conservação de proteção integral, áreas embargadas impeditivas, APPs críticas e áreas proibidas continuam bloqueadas.
Competência sem invasão federal	O Estado organiza, licencia ambientalmente, apoia e fiscaliza; a ANM decide autorização de pesquisa, concessão de lavra, PLG e demais títulos federais.
Multiminério e multirregime	O programa não é do ouro. Ele deve funcionar por trilhas distintas para PLG, registro de licença, autorização de pesquisa, concessão de lavra, guia de utilização, licenciamento ambiental e registro de extração.

Princípio	Aplicação prática
Boa-fé com auditoria	A cooperativa correta recebe facilidades; a cooperativa que omite ou frauda perde o selo e entra em controle reforçado.
Função econômica e social da outorga	Quem possui título e produz legalmente deve ser respeitado. Quem segura área sem produzir, sem arrecadar e sem gerar desenvolvimento deve ser exposto à transparência e questionado pelos órgãos competentes.
Trabalhador visível	A produção precisa gerar lastro de renda, participação cadastrada, segurança, EPI, alojamento, refeitório, sanitário e direitos sociais.

### 3. Base legal atual: o que já sustenta o projeto

A matriz legal já oferece base suficiente para a maior parte do programa. O que falta é integração operacional e adequação normativa estadual/federal para transformar princípios em processo digital.

Base legal	Como atende ao projeto
Constituição Federal	Recursos minerais pertencem à União; exploração mineral exige regime legal federal; quem explora recursos minerais deve recuperar o meio ambiente degradado. Também há competência comum ambiental entre União, Estados e Municípios. [R1]
Código de Mineração e Decreto 9.406/2018	Regem autorização de pesquisa, concessão de lavra, regimes minerários e obrigações dos titulares. [R2][R3]
Lei 7.805/1989 - PLG	Cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira e admite cooperativas de garimpeiros. [R4]
Estatuto do Garimpeiro	Disciplina direitos e deveres da categoria garimpeira. [R5]
Lei do Cooperativismo e cooperativas de trabalho	Dão base para organização coletiva, governança e participação dos cooperados. [R6][R7]
Regime especial de minerais de emprego imediato	Permite trilha específica para substâncias como areia, cascalho, argila, rochas e calcário corretivo, conforme regime de licenciamento. [R8]
ANM - SIGMINE, Cadastro Mineiro, SOPLE e Protocolo Digital	Permitem consulta territorial, processos, disponibilidade de áreas e protocolo eletrônico; dados podem abastecer o mapa público. [R10][R11][R12][R13]
Resolução ANM 208/2025	Atualizou limites de PLG e lista de substâncias garimpáveis, incluindo minerais além do ouro. Também reforçou combate à especulação e limites para cooperativas. [R14]
Lei Complementar 140/2011 e PNMA	Organizam competências ambientais e baseiam licenciamento e fiscalização ambiental. [R15][R16]
SEMAS/PA - IN 006/2013 e COEMA 183/2024	Base estadual para lavra garimpeira de ouro e para tipologias/competência ambiental local; precisa atualização para fluxo digital e multiminério. [R17][R18]
CERM/SEDEME	Cadastro estadual já existe e deve virar base operacional viva do programa. [R19]
Governo Digital, direitos dos usuários e LGPD	Amparam portal, protocolo digital, prazos, atendimento, transparência e proteção de dados pessoais. [R20][R21][R22]
NR-22 e NR-24	Dão base para exigir segurança, saúde ocupacional, instalações sanitárias e conforto nos locais de trabalho. [R23]
Lei de Crimes Ambientais e Decreto 6.514/2008	Base para sanções quando houver extração sem autorização/licença ou em desacordo com a obtida. [R24][R25]

### 4. Pontos críticos que precisam ser enfrentados

Ponto crítico	Enfrentamento necessário	Prioridade
Conflito de competência com a União	Se o Estado chamar sua etapa preliminar de "licença de pesquisa mineral" ou "licença de lavra", o projeto pode ser questionado. A solução é criar autorização/declaração orientativa, cadastral e ambiental, deixando a outorga mineral com a ANM.	Alta
Licenciamento ainda fragmentado e muito focado em ouro	A IN SEMAS 006/2013 trata da lavra garimpeira de ouro. O programa precisa ser multiminério e por risco, porte e substância.	Alta
Áreas tituladas e ociosas	O Estado não cancela título federal, mas pode publicar mapa de outorgas, prazos, CFEM, licença e produção, provocando a ANM e estimulando parcerias produtivas.	Alta
Cooperativa de fachada	Sem governança, a cooperativa pode virar instrumento para esquentar minério ilegal. Exigir conselho fiscal, responsável técnico, trabalhadores, máquinas e produção rastreada.	Alta
Rastreabilidade fiscal e mineral incompleta	Produção, transporte, comprador, nota fiscal e CFEM precisam conversar. Exige integração com SEFA e ANM.	Alta
Máquinas sem controle	Máquina é o vetor de maior impacto ambiental. Cadastro, QR Code e rastreamento reduzem invasão de áreas proibidas.	Alta
Trabalhadores invisíveis	Sem cadastro e recibo digital, a renda não gera direito,	Média/Alta

Ponto crítico	Enfrentamento necessário	Prioridade
	previdência, crédito nem proteção. O projeto precisa amarrar produção a trabalhadores e percentuais.	
Condições de trabalho precárias	Dormitórios, sanitários, refeitórios, água, EPI e emergência devem ser condição para licença, selo e continuidade operacional.	Alta
Boa-fé sem controle vira brecha	O selo de boa-fé deve facilitar processos, mas com auditoria, perda de benefícios e plano de recuperação de conformidade em caso de infração.	Alta
Conectividade e exclusão digital	O app precisa funcionar offline e ter balcões presenciais e multirôes; senão tecnologia vira nova barreira.	Média
Proteção de dados	O mapa público deve expor o que é público e de interesse coletivo, mas proteger dados pessoais sensíveis conforme LGPD.	Média/Alta
Financiamento técnico	Geólogo, engenheiro, contador, licenciamento e recuperação têm custo. Sem fundo ou voucher, o pequeno continuará fora.	Alta

## 5. Adequações necessárias na legislação estadual

O Pará pode implantar grande parte do programa com lei estadual, decreto, atualização normativa da SEMAS, regra operacional da SEDEME/CERM, integração com SEFA e convênios. Abaixo está a matriz objetiva do que precisa ser criado ou ajustado.

Ajuste estadual	Conteúdo mínimo	Instrumento/órgão
Lei Estadual do Programa Pará Mineral Legal	Criar o programa, objetivos, público-alvo, módulos digitais, cadastros, selo de boa-fé, mapa público, fundo, governança e princípios.	Assembleia Legislativa/Governo
Decreto regulamentador	Detalhar fluxo, prazos, comitê gestor, atendimento, SLA, penalidades administrativas do programa, níveis do selo, procedimentos digitais e integração entre órgãos.	Poder Executivo/Casa Civil
Norma SEMAS multiminério	Atualizar o licenciamento da pequena mineração para abranger substâncias e regimes além do ouro; incluir fotos georreferenciadas, recuperação progressiva, rastreio de máquinas, pendências e auditoria por risco.	SEMAS/COEMA
Modernização do CERM	Transformar o CERM em prontuário digital vivo: cooperativas, trabalhadores, máquinas, produção, transporte, venda, pendências, histórico e recuperação.	SEDEME
Regra SEFA de integração fiscal	Criar ou adaptar procedimento para nota, guia fiscal/transporte, comprador, valor, CFEM estimada e relatórios de venda.	SEFA
Norma do Selo de Boa-Fé Mineral	Definir critérios, benefícios, perda, suspensão, plano de recuperação de conformidade e recertificação.	Decreto + SEDEME/SEMAS
Regra do Painel de Pendências	Vincular renovação, nova frente, guia, transporte e selo à inexistência de pendências impeditivas.	Decreto + sistemas
Norma de atendimento digital	Protocolo único, prazos obrigatórios de resposta, escalonamento automático e linguagem simples.	Decreto + ouvidoria/órgãos
Fundo/Voucher de Regularização	Custear assistência técnica, georreferenciamento, licenciamento, capacitação, rastreadores, recuperação ambiental e constituição de cooperativas.	Lei estadual + orçamento
Acordo com municípios	Padronizar atendimento local, licenciamento municipal quando cabível e balcões de regularização.	Convênios municipais

## 6. Adequações necessárias na legislação federal ou em convênios com a União

A parte federal é decisiva porque a outorga mineral é da ANM. Algumas mudanças podem vir por convênio e integração; outras exigem norma da ANM ou alteração legislativa federal.

Ajuste federal/convênio	Por que é necessário	Caminho
Convênio ANM-Pará	Integração com SIGMINE, Cadastro Mineiro, SOPLE, disponibilidade, PLG, autorização de pesquisa, CFEM e protocolo digital. Sem isso, o portal estadual vira vitrine bonita, mas limitada.	Convênio imediato
Transparência de outorgas e ociosidade	Criar painel federal/estadual com titular, substância, prazo, fase, produção, CFEM, licenciamento e inatividade. A ANM mantém competência de decisão.	Convênio + norma ANM
Regra nacional de rastreabilidade multiminério	Exigir origem geográfica, estoque digital, guia de transporte, nota, comprador e CFEM para pequena mineração, não só ouro.	Norma ANM + SEFA/Receita; idealmente lei federal
Cadastro/rastreio de máquinas em PLG e pequena mineração	Obrigar cadastro de equipamento, vínculo com título/licença e geofence em áreas regularizadas.	Norma ANM + condicionantes ambientais estaduais
Mecanismo de convivência/parceria entre titular e cooperativa	Detalhar hipóteses em que cooperativas podem atuar em áreas oneradas com autorização expressa do titular,	Norma ANM; possível ajuste federal

Ajuste federal/convênio	Por que é necessário	Caminho
	interesse social e compatibilidade técnica.	
Combate à retenção especulativa	Endurecer provas de atividade, relatórios, produção, pesquisa efetiva, CFEM e consequências por inatividade não justificada.	Norma ANM + alteração federal
Prospecção orientativa reconhecida	Reconhecer a etapa estadual como pré-triagem sem efeito de outorga, ajudando a reduzir protocolos errados e informalidade.	Convênio ANM-Pará
Disponibilidade com componente social/local	Avaliar critérios que favoreçam cooperativas locais tecnicamente aptas em áreas devolvidas à carteira pública, respeitando concorrência e legalidade.	Discussão federal
Primeiro adquirente e comprador responsável	Fortalecer obrigação de identificação do comprador, prevenção à lavagem, notas e origem comprovada.	ANM, Receita, BC/COAF, lei federal quando necessário

## 7. Arquitetura completa do Programa Pará Mineral Legal

O programa deve funcionar como um ecossistema integrado, não como uma cartilha. Abaixo estão os módulos permanentes.

Módulo	Função
1. Portal Minerador Legal	Protocolo online, número único, documentos, prazos, exigências, histórico, certidões e atendimento.
2. Aplicativo do Minerador	Consulta por GPS, registro de produção, fotos, máquinas, trabalhadores, pendências, guias, venda e recuperação.
3. Mapa Público de Oportunidades	Áreas livres, disponíveis, pesquisadas, não pesquisadas, proibidas, condicionadas, tituladas e ociosas.
4. Transparência das Outorgas	Titular, prazo, substância, fase, produção, CFEM, licença ambiental e índice de ociosidade.
5. Trilhas Multiminério	PLG, registro de licença, pesquisa/concessão, minerais de construção civil, minerais garimpáveis e demais regimes.
6. Cooperativismo e Selo de Boa-Fé	Governança, autodeclaração, benefícios, perda do selo, denúncia espontânea e plano de conformidade.
7. Produção e Rastreabilidade	GPS, foto, quantidade, trabalhadores, máquinas, estoque, guia, venda, nota, comprador e CFEM.
8. Trabalhador Mineral	Cadastro, função, percentual na produção, recibo digital, renda, capacitação, EPI e segurança.
9. Máquinas e Geofence	Cadastro, rastreador, QR Code, operador, licença vinculada e cerca digital.
10. Ambiente, Recuperação e Pendências	Dormitório, sanitário, refeitório, água, EPI, fotos antes/depois, recuperação e bloqueio por pendência.

## 8. Trilhas de regularização por mineral/regime

Trilha	Fluxo proposto
Trilha A - Minerais garimpáveis	Cooperativa ou interessado cadastrado -> área apta -> licença ambiental -> PLG/ANM -> produção rastreada -> venda formal -> recuperação. Deve abranger substâncias garimpáveis reconhecidas pela ANM, não apenas ouro.
Trilha B - Minerais de construção civil e emprego imediato	Área apta -> licença local/municipal quando cabível -> registro de licença na ANM -> licenciamento ambiental -> produção e transporte rastreados. Essencial para areia, seixo, cascalho, argila, brita, saibro e calcário corretivo.
Trilha C - Áreas livres e sem pesquisa conhecida	Informação da área no app -> triagem automática -> declaração de prospecção orientativa de baixo impacto -> relatório preliminar -> protocolo ANM adequado se houver potencial.
Trilha D - Áreas pesquisadas ou em disponibilidade	Mapa público -> manifestação de interesse -> apoio técnico -> participação em SOPL/ANM ou protocolo cabível -> regularização da cooperativa/empresa.
Trilha E - Outorgas ociosas	Mapa mostra titular e prazo -> cruzamento com produção/CFEM/licença -> representação fundamentada -> provocação da ANM -> parceria legal ou disponibilidade futura.
Trilha F - Empresas e cooperativas locais	Empresas locais podem usar o mesmo sistema de cadastro, máquinas, produção, trabalhadores, venda, pendências e recuperação, com critérios proporcionais ao porte.

## 9. Fluxogramas dos processos

Os fluxogramas abaixo resumem o funcionamento do programa. Eles devem ser usados em apresentações, reuniões com mineradores, órgãos públicos, cooperativas e municípios.

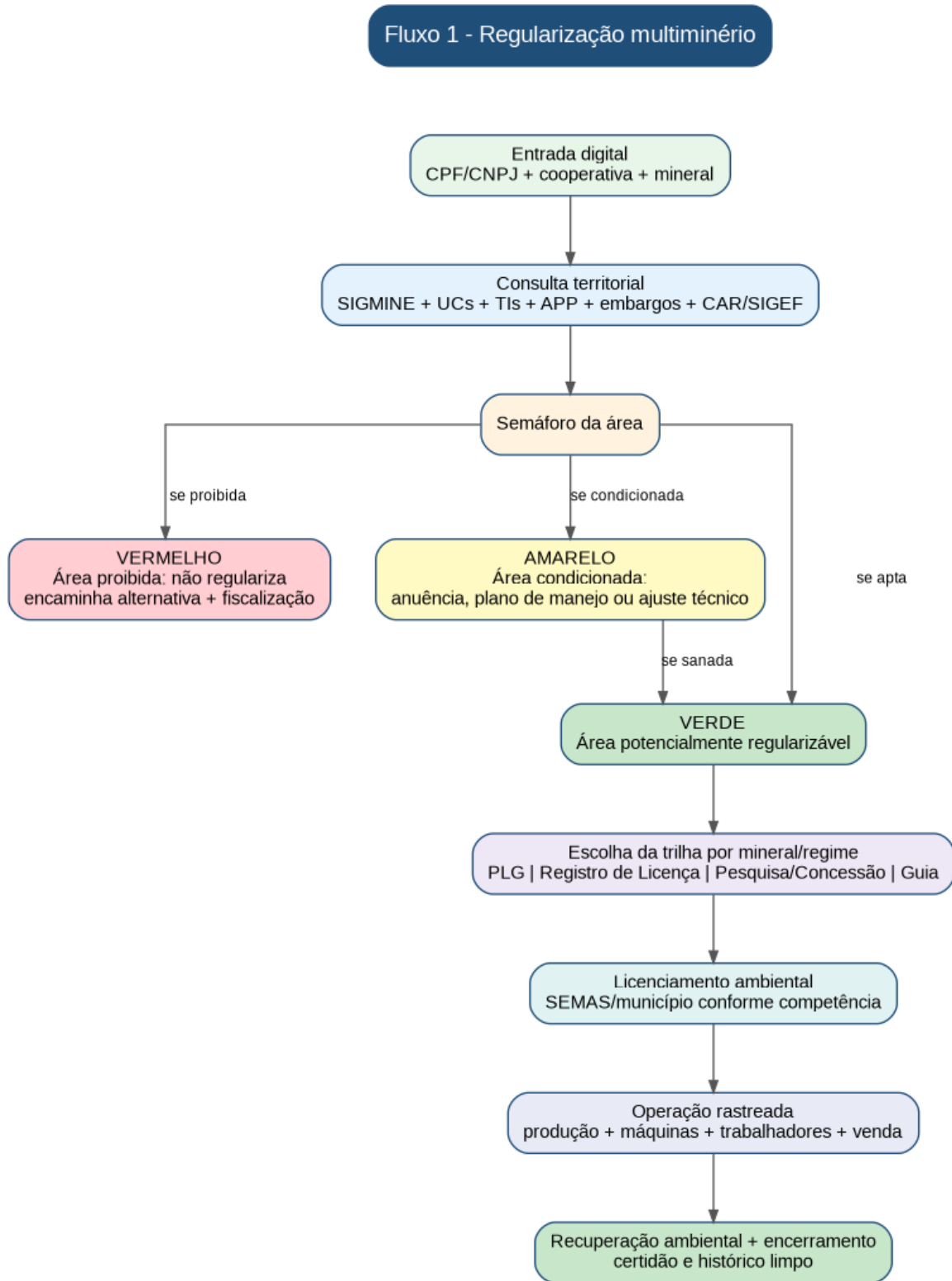


Figura 1. Regularização multiminério

Fluxo 2 - Outorgas, ociosidade e oportunidades

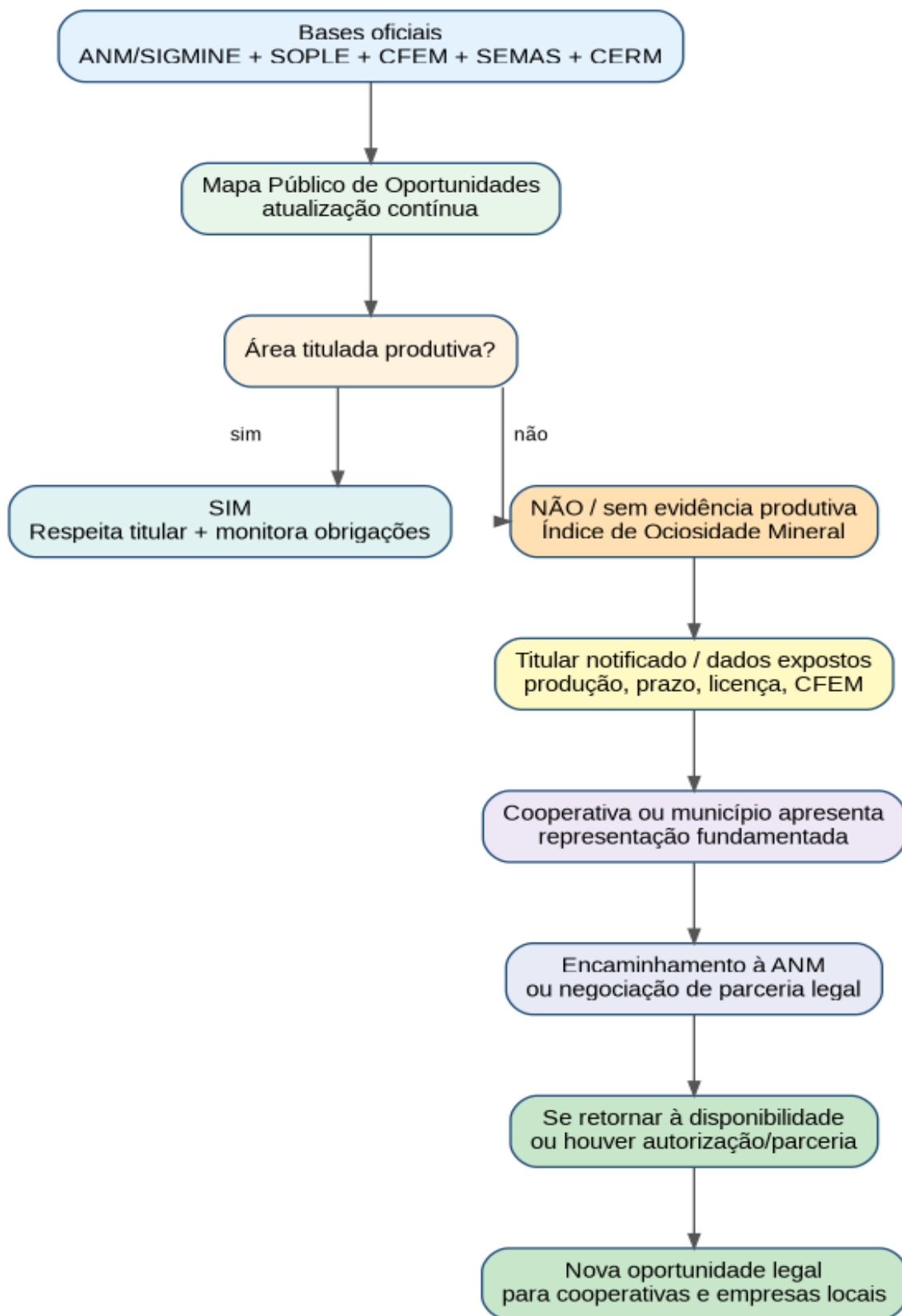


Figura 2. Outorgas, ociosidade e oportunidades

**Fluxo 3 - Produção, transporte, venda e rastreabilidade**

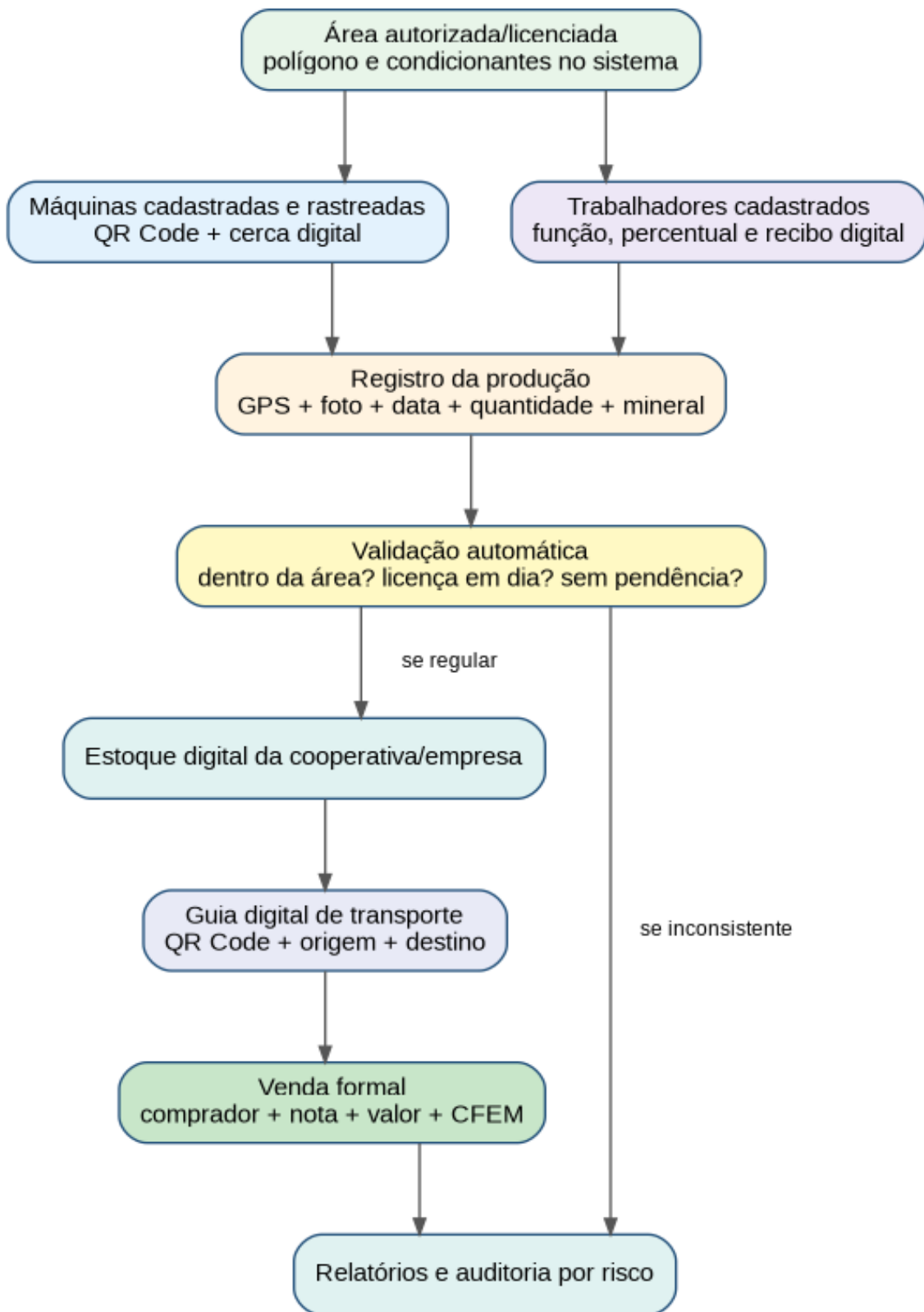


Figura 3. Produção, transporte, venda e rastreabilidade

Fluxo 4 - Meio ambiente, trabalho e pendências

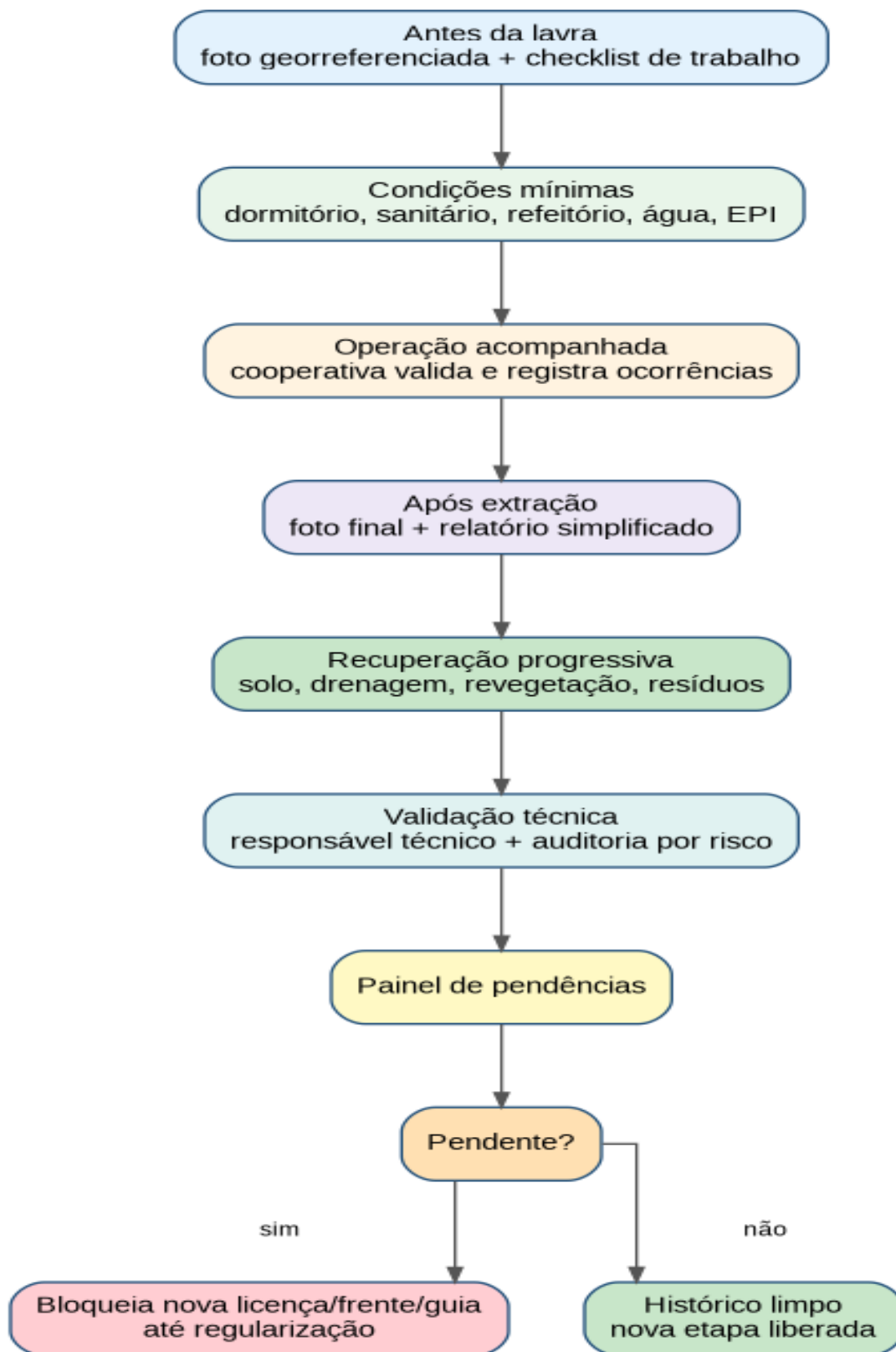


Figura 4. Meio ambiente, trabalho e recuperação

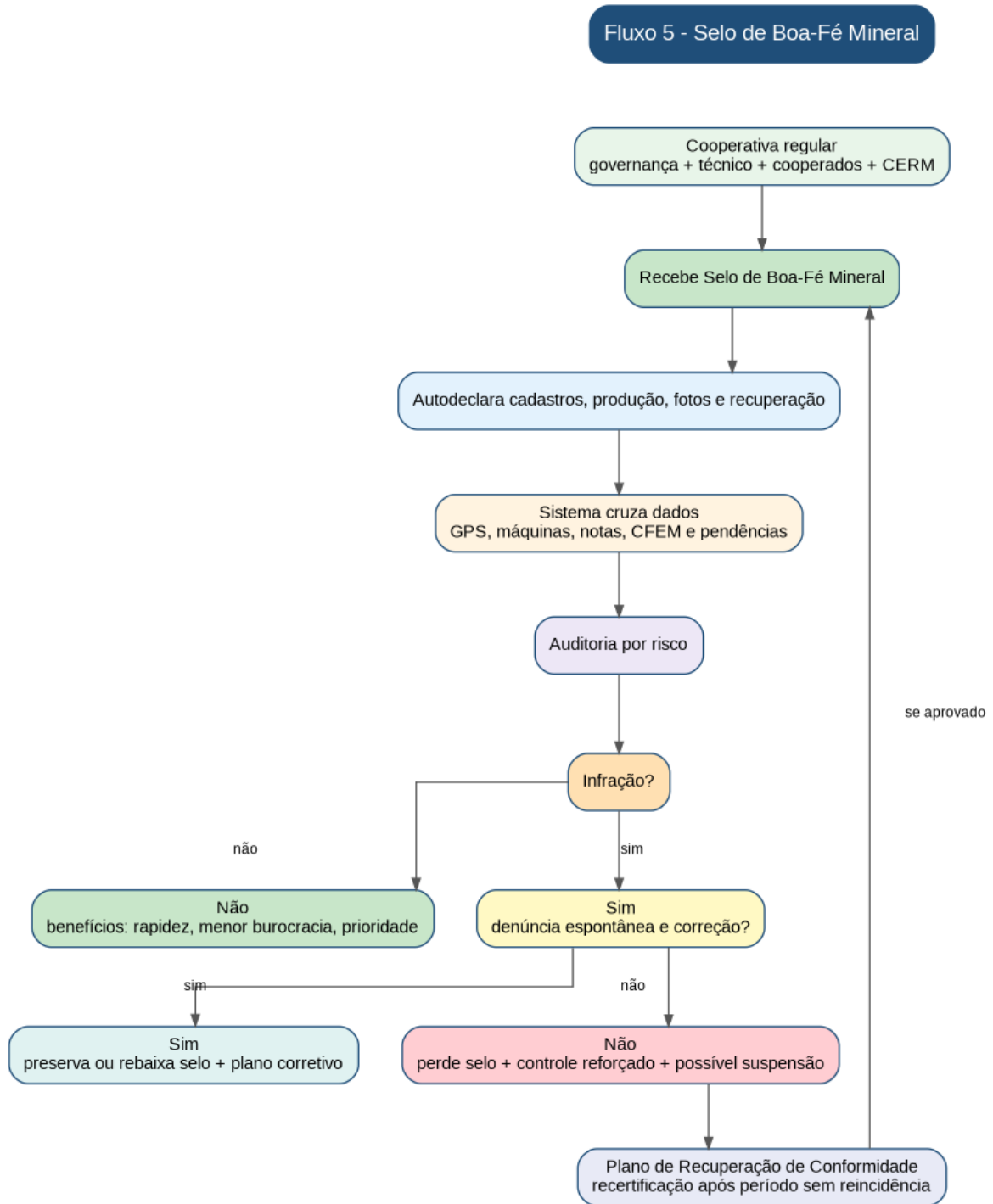


Figura 5. Selo de Boa-Fé Mineral

Fluxo 6 - Atendimento digital com prazo para o Estado

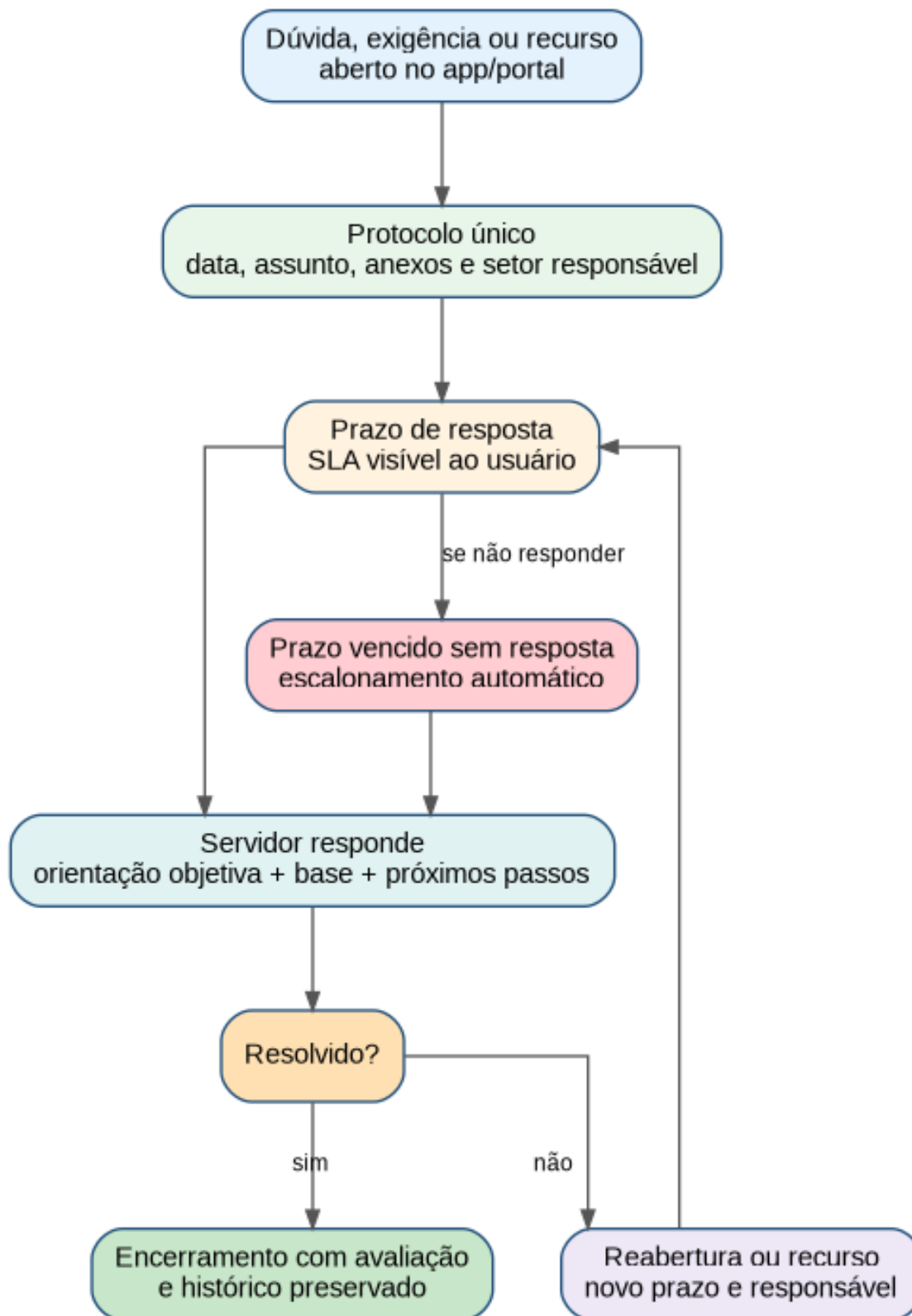


Figura 6. Atendimento digital com prazo para o Estado

## 10. Plano operacional de implantação

Fase	Objetivo	Entregas
Fase 1 - Desenho jurídico e institucional	Desenho jurídico e político	Minuta da lei estadual, decreto, matriz de competências, desenho do portal/app, convênios prioritários com ANM/SEMAS/SEFA, seleção dos pilotos.
Fase 2 - Experiência regional assistida	Piloto regional	Cadastro de cooperativas, mapa de oportunidades piloto, atendimento digital, mutirões, primeira versão do app, painel de outorgas e triagem de áreas.
Fase 3 - Operação assistida	Operação assistida	Produção rastreada em pilotos, cadastro de máquinas, trabalhadores, pendências, fotos de recuperação, guias, notas e relatórios.
Fase 4 - 12 a Consolidação	Expansão estadual	Integração com municípios mineradores, módulos multimídia, selo de boa-fé, fundo ativo, dashboard público e relatórios trimestrais.
Fase 5 - Consolidação em diante	Política permanente	Revisão anual, ranking de conformidade, atlas atualizado, recertificação de cooperativas, relatórios de áreas ociosas e certificação de origem.

## 11. Governança proposta

Criar o Comitê Estadual da Mineração Legal Cooperativa, com câmaras técnicas e participação institucional. A composição deve evitar captura por grandes empresas e, ao mesmo tempo, impedir que cooperativas de fachada dominem a política.

Ator	Função
SEDEME	Coordenação econômica, CERM, mapa de oportunidades, cadastro e política mineral estadual.
SEMAS	Licenciamento, condicionantes ambientais, recuperação, pendências e fiscalização ambiental.
SEFA	Integração fiscal, nota, comprador, transporte, valor de venda e relatórios.
PGE	Segurança jurídica, minutas, convênios e prevenção de conflitos de competência.
ANM	Outorgas minerárias, SIGMINE, Cadastro Mineiro, PLG, disponibilidade, CFEM e protocolo federal.
Municípios	Atendimento local, licenciamento quando cabível, fiscalização complementar e apoio social.
OCB/Sescoop/SEBRAE	Governança cooperativa, capacitação, contabilidade, gestão e formalização.
Universidades/SGB/CETEM	Apoio técnico, geologia, pesquisa, segurança, recuperação e inovação.
MP/Defensoria/Controle	Observação, mediação, direitos sociais e redução de risco jurídico.
Cooperativas e representantes locais	Participação social, validação prática, compromisso de boa-fé e autocontrole.

## 12. Indicadores de sucesso

- número de mineradores, trabalhadores e cooperativas cadastrados;
- número de áreas consultadas, áreas bloqueadas corretamente e áreas potencialmente regularizáveis;
- quantidade de protocolos assistidos na ANM e licenças ambientais emitidas;
- produção legal registrada por mineral e por município;
- guias de transporte, notas fiscais e CFEM vinculadas;
- máquinas cadastradas e rastreadas;
- trabalhadores com recibo digital e histórico de renda;
- frentes de lavra com fotos antes/depois e recuperação validada;
- redução de autuações, apreensões e destruição de máquinas por falta de regularização;
- áreas ociosas identificadas, representações encaminhadas e áreas devolvidas à disponibilidade;
- tempo médio de resposta dos órgãos públicos;
- cooperativas com selo ativo, suspenso e recuperado;
- denúncias espontâneas tratadas e infrações tratadas.

## 13. Matriz de riscos e mitigação

Risco	Nível	Mitigação
Judicialização por conflito com competência federal	Alto	Redigir a lei estadual como apoio, cadastro, licenciamento ambiental, transparência e integração; nunca como outorga mineral estadual.
Programa virar anistia informal	Alto	Deixar claro que área proibida não regulariza e que operar antes da autorização formal continua irregular.

Risco	Nível	Mitigação
Cooperativas de fachada	Alto	Governança obrigatória, auditoria, beneficiário final, conselho fiscal, produção-trabalhador-máquina vinculados.
Dados incompletos da ANM/SEMAS/SEFA	Médio/Alto	Convênio de dados, atualização periódica, API e painel de qualidade das bases.
Ociosidade sem consequência real	Médio/Alto	Publicar dados, acionar ANM, criar representação formal, estimular parceria e propor mudança federal.
Exclusão digital	Médio	App offline, balcões presenciais, mutirões, atendimento por WhatsApp oficial e assistência técnica.
Vazamento de dados pessoais	Médio/Alto	LGPD, perfis de acesso, dados públicos agregados, logs e governança de dados.
Fraude na produção e esquentamento de minério	Alto	GPS, fotos, estoque digital, comprador cadastrado, guia QR, CFEM, auditoria por risco e bloqueios automáticos.
Falta de dinheiro para estudos técnicos	Alto	Fundo/Voucher de regularização, parcerias com universidades e assistência técnica credenciada.
Resistência de grandes titulares ociosos	Médio/Alto	Transparência, diálogo para parcerias produtivas, representação à ANM e pressão institucional legítima.

## 14. Minuta-base de estrutura legal estadual

Abaixo segue uma estrutura-base de projeto de lei estadual. A redação final deve ser lapidada pela PGE e pelos órgãos competentes.

Dispositivo	Conteúdo sugerido
Art. 1º	Fica instituído o Programa Pará Mineral Legal, destinado à regularização, formalização, rastreabilidade, transparência, proteção ambiental, proteção social e desenvolvimento econômico da pequena e média mineração no Estado do Pará.
Art. 2º	O programa terá caráter multiminério, abrangendo atividades e substâncias minerais conforme regimes legais aplicáveis, incluindo Permissão de Lavra Garimpeira, registro de licença, autorização de pesquisa, concessão de lavra, guia de utilização, registro de extração e demais instrumentos previstos na legislação federal.
Art. 3º	O programa não substitui a competência da União e da Agência Nacional de Mineração para outorga minerária, autorização de pesquisa, concessão de lavra, PLG ou demais atos federais.
Art. 4º	Ficam criados o Portal Minerador Legal e o Aplicativo do Minerador, destinados a protocolo digital, cadastro, acompanhamento de processos, atendimento, pendências, produção, transporte, venda, recuperação ambiental e histórico cadastral temporal.
Art. 5º	Fica criado o Mapa Público de Oportunidades Minerais do Pará, com informações sobre áreas livres, disponíveis, pesquisadas, não pesquisadas, tituladas, produtivas, ociosas, condicionadas e proibidas.
Art. 6º	Fica instituído o Cadastro Estadual Integrado da Mineração Legal, integrado ao CERM, contendo cadastros de mineradores, cooperativas, empresas, trabalhadores, máquinas, áreas, licenças, produção, transporte, venda, pendências e recuperação ambiental.
Art. 7º	Fica criado o Selo de Boa-Fé Mineral, concedido a cooperativas, empresas e mineradores que cumpram critérios de regularidade, rastreabilidade, transparência, recuperação ambiental e proteção dos trabalhadores.
Art. 8º	A manutenção do selo e a concessão de novas etapas, frentes, renovações ou benefícios dependerão da inexistência de pendências impeditivas ambientais, fiscais, minerárias, documentais, trabalhistas ou de rastreabilidade.
Art. 9º	As cooperativas poderão realizar autocadastro e autodeclarações no sistema, sob princípio da boa-fé, sem prejuízo de auditoria, fiscalização, responsabilização e perda do selo em caso de fraude, omissão ou reincidência.
Art. 10	As cooperativas deverão cadastrar trabalhadores envolvidos na produção, suas funções, percentuais de participação, recibos digitais, capacitações, EPIs e histórico de renda.
Art. 11	Os equipamentos utilizados nas atividades regularizadas deverão ser previamente cadastrados, identificados, vinculados à licença ou área e, quando aplicável, rastreados por sistema georreferenciado.
Art. 12	A produção mineral regularizada deverá ser registrada por ponto geográfico, data, mineral, quantidade, trabalhador responsável, equipamento utilizado, foto georreferenciada, estoque, transporte, venda, comprador, nota fiscal e obrigações correlatas.
Art. 13	A recuperação ambiental deverá ser progressiva e comprovada por registros georreferenciados antes, durante e após a lavra, relatórios simplificados e validação técnica conforme condicionantes ambientais.
Art. 14	As frentes de lavra deverão comprovar condições mínimas de trabalho, incluindo água potável, sanitários, refeitório, dormitório quando houver permanência, EPIs, primeiros socorros, gestão de resíduos e canal de denúncia.
Art. 15	Fica criado o Painel Digital de Pendências e Regularidade, acessível ao

Dispositivo	Conteúdo sugerido
	interessado e à cooperativa, com prazo, motivo, consequência, órgão responsável, histórico de ciência e trilha de correção.
Art. 16	O atendimento ao usuário do programa será digital e presencial, com protocolo, prazo de resposta, setor responsável, escalonamento automático e registro da orientação oficial.
Art. 17	Fica autorizada a criação do Fundo ou mecanismo de apoio técnico à regularização mineral, destinado a subsidiar georreferenciamento, estudos técnicos, licenciamento, rastreadores, capacitação, assistência jurídica básica, recuperação ambiental e formalização cooperativa.
Art. 18	O Poder Executivo poderá celebrar convênios com ANM, SEMAS, SEDEME, SEFA, municípios, órgãos federais, universidades, entidades cooperativas e instituições de apoio para execução do programa.
Art. 19	A transparência ativa do programa observará o interesse público, a legislação minerária, ambiental e fiscal, e a proteção de dados pessoais nos termos da LGPD.
Art. 20	O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo prazos, procedimentos, critérios de risco, penalidades administrativas do programa, níveis do selo e governança dos dados.

## 15. Mensagem pública para apresentação

**Mensagem curta** O Programa Pará Mineral Legal não libera garimpo ilegal. Ele cria caminho para quem quer sair da ilegalidade. Onde a lei proíbe, não haverá mineração. Onde a lei permite, haverá cooperativa, licença, produção rastreada, trabalhador cadastrado, máquina monitorada, nota fiscal, recuperação ambiental e transparência.

**Mensagem sobre áreas ociosas** Quem tem outorga e produz dentro da lei será respeitado. Quem segura área sem produzir, sem empregar, sem recolher e sem desenvolver a região será exposto à transparência e questionado pelos órgãos competentes. O subsolo não pode ficar para do enquanto a população local vive sem oportunidade.

**Mensagem sobre cooperativas** A cooperativa será parceira da legalização, mas também guardiã da regra. Boa-fé traz facilidade. Fraude tira o selo, bloqueia benefícios e devolve a operação para fiscalização dura.

## 16. Próximos passos recomendados

Validar a matriz de competências com a PGE para blindar o projeto contra conflito com a competência federal da ANM.

Criar grupo técnico com SEDEME, SEMAS, SEFA, PGE e representantes das cooperativas para fechar a minuta de lei.

Abriu negociação institucional com a ANM para convênio de dados, disponibilidade, PLG, CFEM e protocolos assistidos.

Escolher três pilotos regionais: Baixo Amazonas/Almeirim-Monte Dourado, Tapajós e Xingu/Carajás.

Desenvolver MVP do portal/app com três funções iniciais: consulta territorial, protocolo/acompanhamento e painel de pendências.

Atualizar normas estaduais de licenciamento para refletir o modelo multiminério, digital, por risco e com recuperação progressiva.

Estruturar fundo/voucher para assistência técnica às cooperativas, porque regularização sem apoio técnico vira porta fechada com nome bonito.

## Referências consultadas

Ref.	Fonte	Link
R1	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>
R2	Decreto-Lei nº 227/1967 - Código de Mineração	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm</a>
R3	Decreto nº 9.406/2018 - Regulamento do Código de Mineração	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm</a>
R4	Lei nº 7.805/1989 - Permissão de Lavra Garimpeira	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7805.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7805.htm</a>
R5	Lei nº 11.685/2008 - Estatuto do Garimpeiro	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11685.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11685.htm</a>
R6	Lei nº 5.764/1971 - Política Nacional de Cooperativismo	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm</a>
R7	Lei nº 12.690/2012 - Cooperativas de Trabalho	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm</a>
R8	Lei nº 6.567/1978 - Regime especial para substâncias minerais especificadas	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6567.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6567.htm</a>
R9	Lei nº 13.575/2017 - Criação da ANM	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-</a>

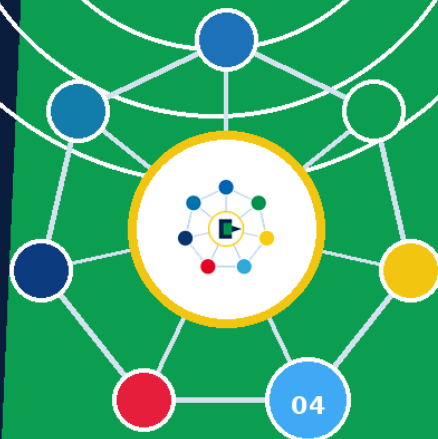
Ref.	Fonte	Link
		2018/2017/lei/113575.htm
R10	ANM - Dados abertos e bases do SIGMINE	<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/bases-de-dados">https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/bases-de-dados</a>
R11	ANM - SIGMINE	<a href="https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908">https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908</a>
R12	ANM - Disponibilidade de Áreas	<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/disponibilidade-de-areas">https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/disponibilidade-de-areas</a>
R13	ANM - Protocolo Digital	<a href="https://www.gov.br/anm/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital">https://www.gov.br/anm/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital</a>
R14	Resolução ANM nº 208/2025 - DOU	<a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-anm-n-208-de-12-de-junho-de-2025-636010779">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-anm-n-208-de-12-de-junho-de-2025-636010779</a>
R15	Lei Complementar nº 140/2011	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm</a>
R16	Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm</a>
R17	SEMAS/PA - Instrução Normativa nº 006/2013	<a href="https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/111.pdf">https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/111.pdf</a>
R18	SEMAS/PA - Resolução COEMA nº 183/2024	<a href="https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/557254.pdf">https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/557254.pdf</a>
R19	SEDEME/PA - Portal do Minerador e CERM	<a href="https://www.sedeme.pa.gov.br/portal-do-minerador">https://www.sedeme.pa.gov.br/portal-do-minerador</a>
R20	Lei nº 14.129/2021 - Governo Digital	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm</a>
R21	Lei nº 13.460/2017 - Direitos dos usuários de serviços públicos	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm</a>
R22	Lei nº 13.709/2018 - LGPD	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm</a>
R23	MTE - Normas Regulamentadoras vigentes: NR-22 e NR-24	<a href="https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs">https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs</a>
R24	Lei nº 9.605/1998 - Crimes Ambientais	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm</a>
R25	Decreto nº 6.514/2008 - Infrações ambientais administrativas	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm</a>

PROGRAMA 04

# Pará Mineral 2040

industrialização, tecnologia e soberania econômica

MODERNIZA  
PARÁ  
7 PROGRAMAS • 1 FUTURO



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“O Pará não pode ser apenas o território de onde o minério sai; precisa ser onde a riqueza se transforma.”*

**04** Mineral 2040

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

## 04. Pará Mineral 2040

*O Pará não pode ser apenas o território de onde o minério sai; precisa ser onde a riqueza se transforma.*

### Programa Pará Mineral 2040

Industrialização, Tecnologia, Minerais Críticos e Soberania Econômica

Projeto técnico completo para integrar o Plano de Modernização do Estado do Pará

**Tese central do projeto O Pará não pode ser apenas o território de onde o minério sai. Precisa ser o Estado onde a riqueza mineral se transforma em indústria, tecnologia, emprego qualificado, fornecedores locais, inovação, arrecadação inteligente e futuro para a população.**

Atualizado em 8 de maio de 2026

### Nota de uso

Este documento é uma proposta técnica e política pública. Não substitui parecer jurídico formal da Procuradoria-Geral do Estado, da Agência Nacional de Mineração, da SEMAS, da SEDEME, da SEFA ou de qualquer órgão competente. A redação foi construída para respeitar a competência da União sobre os recursos minerais e sobre as outorgas minerárias, concentrando a atuação estadual em desenvolvimento econômico, política industrial, licenciamento ambiental, formação profissional, inovação, transparência, governança, articulação federativa e incentivos condicionados.

O projeto foi estruturado para conversar com o Programa Pará Mineral Legal, que organiza regularização, cooperativismo, transparência e rastreabilidade da mineração, e com o PL nº 4443/2025, que propõe a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e as Zonas de Processamento de Transformação Mineral - ZPTM. [R1][R2]

**Resumo de uso político O Pará Mineral Legal arruma a casa da legalidade. O Pará Mineral 2040 constrói a casa da industrialização. Um abre caminho para trabalhar certo. O outro abre caminho para transformar minério em indústria, renda, conhecimento e poder econômico.**

### Sumário executivo

O Programa Pará Mineral 2040 é uma política pública estadual voltada a transformar o Pará em plataforma brasileira de minerais críticos, transformação mineral, inovação tecnológica, formação profissional, fornecedores locais e desenvolvimento regional.

O cenário mundial favorece o Pará. A transição energética, a digitalização da economia, a expansão dos veículos elétricos, a demanda por baterias, a ampliação de redes elétricas, a indústria verde e a segurança de suprimentos estão elevando a importância de minerais como cobre, níquel, grafite, lítio, cobalto, manganês, terras raras, bauxita, alumínio, fosfato e outros insumos estratégicos. A Agência Internacional de Energia registrou forte crescimento de demanda por minerais energéticos em 2024 e projeta expansão estrutural para minerais essenciais à transição energética. [R3][R4]

O Banco Mundial estima que a produção de minerais como grafite, lítio e cobalto poderá crescer quase 500% até 2050 para atender tecnologias de energia limpa, e que mais de 3 bilhões de toneladas de minerais e metais serão necessárias para energia eólica, solar, geotérmica e armazenamento em cenário de aquecimento abaixo de 2 graus Celsius. [R5]

O Brasil também se move nessa direção. A Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, em discussão no governo federal, conecta mineração, indústria, energia, sustentabilidade, transição energética, Plano de Transformação Ecológica, Nova Indústria Brasil e Plano Nacional de Fertilizantes. [R6]

O PL nº 4443/2025 reforça esse caminho ao prever lista brasileira de minerais críticos e estratégicos, incentivos à pesquisa, lavra, beneficiamento, reciclagem, financiamento e criação de Zonas de Processamento de Transformação Mineral. [R1]

O Pará precisa aproveitar a janela histórica. A mineração já movimenta arrecadação, empregos e grandes projetos, mas parte expressiva da cadeia de maior valor ainda se realiza fora do Estado: metalurgia avançada, refino, componentes, equipamentos, serviços especializados, tecnologia, pesquisa, propriedade intelectual e indústria de base. O objetivo é virar a chave: sair do ciclo de minério bruto para a economia mineral inteligente.

O programa propõe 16 eixos de modernização: política estadual de minerais críticos, ZPTM Carajás, verticalização, mapa estratégico mineral, escola técnica da nova mineração, centro de tecnologia mineral, fornecedores locais, logística, energia, licenciamento estratégico, economia circular, fertilizantes, fundo de transição mineral, governança, transparência e comunicação pública.

A essência é simples: o subsolo é da União, mas a cidade, o trabalhador, o impacto, o futuro e a oportunidade são do Pará.

### Resumo na lata

**Mensagem direta O mundo quer os minerais que o Pará tem. Mas quem só vende minério bruto fica com a poeira, a pressão ambiental e a dependência. O Pará Mineral 2040 transforma essa vantagem natural em indústria, tecnologia, emprego, fornecedor local, formação profissional e futuro pós-minério.**

## Sumário do documento

- 1. Contexto estratégico mundial, nacional e paraense
- 2. Diagnóstico do modelo mineral atual
- 3. Tese, visão, objetivos e princípios
- 4. Base legal e institucional
- 5. Arquitetura do Programa Pará Mineral 2040
- 6. Eixos estruturantes detalhados
- 7. Regiões prioritárias e carteira de projetos-âncora
- 8. Instrumentos econômicos, incentivos e contrapartidas
- 9. Governança, transparência e integração com o Pará Mineral Legal
- 10. Plano operacional de implantação
- 11. Indicadores, metas, riscos e mitigação
- 12. Minuta-base de lei estadual e decreto regulamentador
- 13. Comunicação pública, discurso e próximos passos
- 14. Referências consultadas

## 1. Contexto estratégico mundial, nacional e paraense

### 1.1. O novo ciclo mundial dos minerais críticos

O século XXI está criando uma nova corrida por minerais. A disputa não é apenas por reservas, mas por cadeias completas: pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação, refino, componentes, logística, reciclagem e certificação de origem.

A transição energética aumentou a centralidade de minerais usados em veículos elétricos, baterias, turbinas eólicas, painéis solares, redes elétricas, armazenamento de energia, equipamentos industriais e tecnologias digitais. A Agência Internacional de Energia aponta que a demanda por lítio subiu quase 30% em 2024, enquanto níquel, cobalto, grafite e terras raras cresceram de 6% a 8%, puxados por veículos elétricos, baterias, renováveis e redes. [R4]

Além da energia limpa, a economia digital amplia a demanda por semicondutores, data centers, infraestrutura de energia, cabos, equipamentos eletrônicos, defesa, telecomunicações e automação industrial. Isso faz com que minerais deixem de ser assunto de geologia e virem tema de segurança econômica.

A geopolítica reforça esse movimento. Países e blocos econômicos estão buscando reduzir dependências concentradas em poucos fornecedores, diversificar cadeias e criar mecanismos de coordenação sobre minerais críticos. A agenda discutida pelo G7 em 2026 mostra que a pauta virou tema de segurança de suprimento, indústria e soberania. [R8]

### 1.2. O Brasil entrou na pauta

O Brasil possui reservas relevantes, produção mineral expressiva e posição estratégica para a transição energética. A Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos do Ministério de Minas e Energia busca articular mineração, indústria, energia e sustentabilidade, com objetivo de reposicionar o país nas cadeias globais da transição energética. [R6]

A Agência Nacional de Mineração informa que ainda não há uma lista brasileira definitiva de minerais críticos e estratégicos nos mesmos moldes de outros países, mas há lista de minerais estratégicos vinculada à Política Pró-Minerais Estratégicos e ao Decreto nº 10.657/2021. [R9]

O PL nº 4443/2025 propõe suprir essa lacuna com uma política nacional mais ampla, prevendo a Lista Brasileira de Minerais Críticos e Estratégicos, objetivos de segurança de suprimento, instrumentos de financiamento, incentivos e ZPTM. [R1]

### 1.3. O Pará no centro da oportunidade

O Pará é uma das principais potências minerais do Brasil. O Estado concentra grandes projetos, logística mineral consolidada, portos, ferrovia, experiência operacional, presença de empresas de grande porte e municípios cuja vida econômica está diretamente vinculada ao ciclo mineral.

Essa força, porém, ainda não se converteu plenamente em base industrial diversificada. A maior oportunidade política do Pará agora é transformar o debate mineral em projeto de modernização econômica: industrializar, formar pessoas, desenvolver fornecedores locais, atrair tecnologia, organizar logística e preparar o pós-minério.

**Leitura estratégica O Pará já participa da primeira etapa da cadeia: a extração. O desafio é entrar com força nas etapas que pagam melhor: transformação, tecnologia, serviços especializados, componentes, reciclagem, certificação e inovação.**

### 1.4. Janela política aberta pelo PL nº 4443/2025

A proposta federal cria uma moldura para que Estados mineradores apresentem projetos de ZPTM, planos de transformação mineral e instrumentos de agregação de valor. Como a criação de ZPTM pode partir de proposta dos Estados, Municípios ou entes privados, o Pará pode ser protagonista, não passageiro de última chamada. [R1]

O risco é o Estado esperar a regulamentação federal de braços cruzados. Quem chegar primeiro com diagnóstico, mapa, projetos, governança e apoio político terá vantagem na disputa por recursos, indústrias e influência nacional.

## 2. Diagnóstico do modelo mineral atual

O modelo atual da mineração paraense gera riqueza, mas ainda opera com baixa captura local das etapas industriais mais sofisticadas. A economia mineral tem força, mas a cadeia de valor está incompleta dentro do território estadual.

Modelo atual	Consequência para o Pará	Virada proposta
Extrair e exportar matéria-prima	Arrecadação e empregos importantes, mas baixa captura de valor industrial	Beneficiar, transformar e industrializar dentro do Estado
Fornecedores locais pouco integrados	Micro e pequenas empresas ficam fora dos grandes contratos	Programa Fornecedor Paraense Estratégico
Formação técnica insuficiente para indústria 4.0	Empregos qualificados podem ser ocupados por mão de obra de fora	Escola Técnica da Nova Mineração Paraense
Municípios dependentes da CFEM	Risco fiscal e social no pós-minério	Fundo Pará Futuro Mineral e planos de diversificação
Licenciamento e planejamento fragmentados	Insegurança, lentidão e conflito narrativo	Licenciamento estratégico, digital, transparente e por risco
Rejeitos vistos como passivo	Custo ambiental e perda de oportunidade	Economia circular mineral e reaproveitamento seguro
Informação dispersa	Planejamento no escuro	Mapa Estratégico Mineral do Pará

### 2.1. Quatro gargalos que travam a modernização

Gargalo	Descrição	Resposta do programa
Gargalo industrial	O Estado participa fortemente da extração, mas menos da transformação e da fabricação de produtos derivados.	ZPTM, incentivos condicionados, atração industrial e política de verticalização.
Gargalo humano	A população local ainda não está plenamente preparada para os empregos técnicos da nova economia mineral.	Escola Técnica, bolsas, cursos rápidos, certificação e parcerias com SENAI, IFPA, UFPA e empresas.
Gargalo empresarial	Empresas paraenses não acessam plenamente os contratos da cadeia mineral.	Cadastro, certificação, crédito, rodadas de negócios, metas de compras locais e transparência.
Gargalo de futuro	Municípios mineradores podem ficar dependentes da arrecadação mineral sem construir alternativas econômicas.	Fundo de transição, planos pós-CFEM e carteira de diversificação regional.

### 2.2. O ciclo que precisa ser substituído

Figura 1. Do ciclo bruto ao ciclo inteligente

Etapa 1: Minério extraído no território paraense
Etapa 2: Transporte para fora da região com baixa transformação local
Etapa 3: Industrialização em outros centros econômicos
Etapa 4: Compra de produtos acabados por preço mais alto
Resultado: dependência, baixa diversificação e oportunidade perdida
Resultado desejado: minério extraído, beneficiado, transformado, certificado, industrializado e convertido em emprego e conhecimento no Pará

**Tese econômica** Minério bruto gera receita. Minério transformado gera indústria. Indústria gera fornecedores. Fornecedores geram classe média produtiva. Formação técnica transforma recurso natural em capital humano. É aí que o Pará muda de patamar.

## 3. Tese, visão, objetivos e princípios

### 3.1. Tese política

O Pará deve deixar de ser tratado apenas como território de extração e se afirmar como território de transformação mineral, indústria verde, tecnologia aplicada, emprego qualificado e desenvolvimento regional.

A pauta mineral precisa ser traduzida em linguagem popular: o que está em jogo não é apenas cobre, ferro, bauxita, níquel ou manganês; é emprego para o jovem, contrato para a empresa local, escola técnica, cidade menos dependente da CFEM, estrada melhor, energia para indústria e futuro para os municípios mineradores.

### 3.2. Visão 2040

**Visão Até 2040, o Pará será reconhecido como um dos principais polos brasileiros de mineração estratégica, transformação mineral, indústria de base, tecnologia aplicada, economia circular, formação profissional e desenvolvimento regional sustentável.**

### 3.3. Objetivo geral

Criar uma política estadual de minerais críticos, estratégicos e transformação mineral para posicionar o Pará como plataforma brasileira de industrialização mineral, inovação tecnológica, formação profissional, fornecedores locais, mineração responsável e preparação para o pós-minério.

### 3.4. Objetivos específicos

1. Instituir a Política Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral do Pará.
2. Defender e estruturar a ZPTM Carajás como projeto prioritário do Estado.
3. Criar o Mapa Estratégico Mineral do Pará, integrado a dados públicos e bases federais.
4. Aumentar a agregação de valor local aos bens minerais produzidos no Estado.
5. Atrair indústrias de beneficiamento, metalurgia, refino, componentes, equipamentos e tecnologia mineral.
6. Criar o Programa Fornecedor Paraense Estratégico para inserir empresas locais nos contratos da cadeia mineral.
7. Implantar a Escola Técnica da Nova Mineração Paraense para formar mão de obra local.
8. Criar o Centro Paraense de Tecnologia Mineral e Transição Energética.
9. Estimular economia circular, reaproveitamento de rejeitos e reciclagem mineral.
10. Criar o Fundo Pará Futuro Mineral para financiar inovação, formação, infraestrutura e diversificação econômica.
11. Preparar municípios mineradores para o pós-CFEM com planos regionais de transição econômica.
12. Integrar mineração, energia, logística, meio ambiente, indústria, ciência, tecnologia e educação profissional.
13. Ampliar transparência, rastreabilidade, segurança jurídica e controle social sobre projetos estratégicos.
14. Articular o Pará com ANM, MME, BNDES, FINEP, universidades, municípios e setor produtivo.

### 3.5. Princípios orientadores

Princípio	Aplicação prática
Riqueza mineral com valor local	A produção mineral deve gerar mais emprego, indústria, conhecimento e renda dentro do Pará.
Verticalização responsável	Incentivos devem priorizar beneficiamento, transformação e agregação de valor.
Segurança jurídica	Projetos estratégicos precisam de regras claras, previsíveis e tecnicamente responsáveis.
Sustentabilidade real	Mineração moderna precisa de rastreabilidade, recuperação ambiental e controle técnico.
Formação do paraense	A população local deve ser preparada para os empregos técnicos e industriais da cadeia mineral.
Fornecedor local forte	Grandes projetos devem desenvolver empresas paraenses, não apenas contratar de fora.
Pós-minério planejado	A riqueza do subsolo deve financiar alternativas econômicas permanentes.
Tecnologia e inovação	O Estado deve sair da lógica de exportador bruto para produtor de conhecimento e solução.
Transparência e controle social	Dados, metas, contrapartidas e resultados devem ser acompanhados publicamente.
Competência federativa respeitada	O Estado não cria outorga mineral, mas organiza política industrial, ambiental, educacional e econômica.

## 4. Base legal e institucional

O programa deve ser juridicamente desenhado para não invadir competência federal. A Constituição define que os recursos minerais pertencem à União; a ANM cuida das outorgas minerárias. O Estado, por sua vez, possui campo amplo para atuar em desenvolvimento econômico, licenciamento ambiental, política industrial, educação profissional, inovação, logística, incentivos, transparência, fiscalização ambiental e articulação federativa.

Base legal ou institucional	Como sustenta o programa
Constituição Federal	Define titularidade federal dos recursos minerais, competências ambientais e dever de recuperação do meio ambiente degradado. [R10]
Código de Mineração	Rege regimes minerários, pesquisa, lavra, concessões e obrigações do titular. [R11]
Lei nº 13.575/2017	Cria a ANM, que possui competência federal sobre regulação e fiscalização minerária. [R12]
Decreto nº 10.657/2021	Institui a Política Pró-Minerais Estratégicos, relevante para empreendimentos estratégicos e licenciamento. [R13]
PL nº 4443/2025	Propõe a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, a LBMCE, incentivos e ZPTM. [R1]
PNMCE/MME	Conecta minerais críticos com indústria, energia, sustentabilidade, transição energética e desenvolvimento econômico. [R6]
ANM - SIGMINE e Cadastro Mineiro	Permitem consulta territorial, processos, substâncias, fases e dados que podem apoiar o Mapa Estratégico Mineral. [R14]

Base legal ou institucional	Como sustenta o programa
ANM - Protocolo Digital	Permite protocolos e serviços digitais federais; deve ser integrado aos fluxos estaduais de orientação. [R15]
Lei de Governo Digital	Ampara portal, atendimento digital, serviços online, linguagem simples e simplificação administrativa. [R16]
LGPD	Define regras para tratamento de dados pessoais no mapa, cadastros, painéis e sistemas de transparência. [R17]
Programa Pará Mineral Legal	Fornece a base estadual de regularização, rastreabilidade, cooperativismo, trabalhadores, máquinas e transparência. [R2]

**Blindagem jurídica O Pará Mineral 2040 não cria outorga mineral estadual. Ele cria política estadual de desenvolvimento, transformação mineral, inovação, formação profissional, incentivos, licenciamento ambiental estratégico, transparência e articulação federativa.**

#### 4.1. O que o Estado pode fazer sem invadir competência federal

- Criar política estadual de minerais críticos e transformação mineral.
- Definir prioridades econômicas e industriais do Estado.
- Estruturar mapas públicos com base em dados oficiais e transparência ativa.
- Licenciamento ambiental conforme competência estadual e legislação aplicável.
- Criar incentivos fiscais e creditícios dentro da legislação estadual.
- Exigir contrapartidas de projetos beneficiados por incentivos estaduais.
- Criar programas de formação técnica e qualificação profissional.
- Criar fundo estadual de inovação, infraestrutura e transição mineral.
- Promover fornecedores locais, certificação, compras e rodadas de negócios.
- Firmar convênios com ANM, MME, BNDES, FINEP, universidades e municípios.
- Propor ZPTM ao Poder Executivo Federal, nos termos da política nacional.

#### 4.2. O que o Estado não deve fazer

- Não conceder autorização de pesquisa mineral, concessão de lavra, PLG ou outro título federal.
- Não prometer regularização de área proibida ou ambientalmente inviável.
- Não anistiar ilegalidade mineral ou ambiental.
- Não criar benefício sem contrapartida local mensurável.
- Não transformar licenciamento estratégico em porteira aberta.
- Não substituir a ANM, a União ou os órgãos ambientais competentes.

### 5. Arquitetura completa do Programa Pará Mineral 2040

O programa deve funcionar como um ecossistema de modernização econômica. Não é apenas uma lei. É uma combinação de instrumentos legais, tecnológicos, financeiros, educacionais, industriais, ambientais e federativos.

Módulo	Função
1. Política Estadual de Minerais Críticos	Define prioridades, instrumentos, governança, metas e integração com a política nacional.
2. ZPTM Carajás	Cria a principal zona de transformação mineral do Estado, articulando Carajás, Marabá e corredor sudeste.
3. Mapa Estratégico Mineral do Pará	Integra dados de minerais, áreas, infraestrutura, energia, logística, licenciamento e oportunidades.
4. Programa de Verticalização Mineral	Atrai empresas para beneficiamento, metalurgia, componentes, equipamentos, fertilizantes e tecnologia.
5. Fornecedor Paraense Estratégico	Qualifica e insere empresas locais nos contratos da mineração e da indústria mineral.
6. Escola Técnica da Nova Mineração	Forma mão de obra para manutenção, automação, laboratório, logística, meio ambiente e indústria.
7. CETEM-Pará	Centro de tecnologia mineral, reaproveitamento de rejeitos, reciclagem, inovação e transição energética.
8. Logística e Energia para Industrialização	Planeja corredores, distritos, subestações, portos, ferrovias, rodovias e energia competitiva.
9. Economia Circular Mineral	Transforma rejeitos e resíduos em matéria-prima segura, reduz passivos e cria novas indústrias.
10. Fundo Pará Futuro Mineral	Financia formação, inovação, infraestrutura, diversificação regional e preparação pós-CFEM.
11. Conselho Estadual	Garante governança, controle social, metas, relatórios e articulação federativa.
12. Painel Público de Indicadores	Mostra investimentos, empregos, contrapartidas, compras locais, formação, projetos e metas.

Figura 2. Arquitetura geral do programa

<b>Etapa 1: Diagnóstico mineral, econômico, logístico e industrial do Estado</b>
Etapa 2: Definição das cadeias prioritárias e regiões estratégicas
Etapa 3: Criação de instrumentos legais: política estadual, conselho, fundo, incentivos e ZPTM
Etapa 4: Implantação de instrumentos operacionais: mapa, portal, escola técnica, fornecedores e centro tecnológico
Etapa 5: Atração de investimentos com contrapartidas locais
Etapa 6: Monitoramento por indicadores, relatório anual e revisão periódica
Resultado: mineração mais industrializada, transparente, sustentável e geradora de oportunidades

## 6. Eixos estruturantes detalhados

### Eixo 1 - Política Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral

Criar uma política estadual permanente para orientar decisões de governo, incentivos, investimentos, formação profissional, inovação e articulação federativa.

Ações principais	Entregas esperadas
Elaborar minuta de lei estadual com princípios, objetivos, instrumentos e governança.	Projeto de lei estadual pronto para protocolo.
Criar lista estadual indicativa de minerais críticos e estratégicos do Pará.	Lista estadual preliminar publicada em decreto ou resolução.
Definir cadeias prioritárias por região e por potencial de agregação de valor.	Carteira de cadeias produtivas prioritárias.
Integrar a política com educação profissional, logística, energia e desenvolvimento regional.	Plano de ação 2026-2040 integrado ao Plano de Modernização do Estado.
Prever revisão bienal da lista estadual e do plano de ação.	Relatório bienal de atualização estratégica.

Indicadores sugeridos:

- Lei aprovada
- lista estadual publicada
- número de cadeias priorizadas
- relatórios de revisão publicados

### Eixo 2 - ZPTM Carajás

Estruturar a Zona de Processamento de Transformação Mineral de Carajás como projeto-âncora para transformar o sudeste paraense em polo de indústria mineral, metalmeccânica, tecnologia e serviços especializados.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar grupo técnico estadual para delimitar proposta da ZPTM.	Dossiê técnico da ZPTM Carajás.
Articular municípios do corredor Carajás-Marabá e o setor produtivo.	Consórcio ou comitê regional de municípios.
Mapear áreas industriais, energia, logística, água, mão de obra e licenciamento.	Mapa de áreas aptas e infraestrutura necessária.
Apresentar proposta formal ao Governo Federal quando a política nacional permitir.	Proposta formal protocolada em Brasília.
Criar carteira de empresas-alvo para atração de investimentos.	Plano de atração industrial com metas e contrapartidas.

Indicadores sugeridos:

- Proposta protocolada
- número de municípios aderentes
- número de empresas prospectadas
- investimentos anunciados
- empregos previstos

### Eixo 3 - Verticalização e agregação de valor

Reduzir a dependência da exportação de matéria-prima bruta e ampliar etapas industriais no território paraense.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar programa de incentivos condicionados à transformação mineral local.	Programa estadual de verticalização mineral.
Priorizar cadeias de ferro, cobre, níquel, manganês, bauxita, alumínio, calcário, fertilizantes, materiais industriais e equipamentos.	Matriz de cadeias prioritárias.
Definir critérios mínimos de contrapartida local.	Modelo de termo de contrapartida.
Criar contratos de desempenho para empresas beneficiadas.	Painel de acompanhamento dos incentivos.
<b>Publicar relatório anual de valor agregado.</b>	Relatório de agregação de valor por cadeia.

Indicadores sugeridos:

- número de projetos beneficiados
- empregos industriais
- compras locais
- valor agregado estimado
- metas cumpridas

#### Eixo 4 - Mapa Estratégico Mineral do Pará

Organizar dados territoriais, minerais, econômicos, ambientais, logísticos e industriais para orientar decisões públicas e privadas.

Ações principais	Entregas esperadas
Integrar dados da ANM, SEDEME, SEMAS, SEFA, SGB/CPRM, universidades e municípios.	Atlas mineral estratégico do Pará.
Mapear áreas produtivas, áreas disponíveis, áreas tituladas, infraestrutura e restrições.	Dashboard público.
Criar painel com oportunidades de transformação, logística e energia.	Camada de infraestrutura industrial.
Integrar o mapa ao Pará Mineral Legal para rastreabilidade e regularização.	Camada de logística e energia.
Publicar versão pública com proteção de dados sensíveis.	Relatórios regionais por polo.

Indicadores sugeridos:

- mapa publicado
- bases integradas
- municípios mapeados
- consultas ao painel
- relatórios regionais emitidos

#### Eixo 5 - Escola Técnica da Nova Mineração Paraense

Preparar jovens e trabalhadores para os empregos da mineração moderna, da indústria mineral, da automação, da manutenção e da tecnologia aplicada.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar polos de formação técnica em regiões mineradoras e industriais.	Programa estadual de formação lançado.
Firmar parcerias com IFPA, SENAI, UEPA, UFPA, empresas e municípios.	Matriz curricular por cadeia produtiva.
Ofertar cursos de curta duração, técnicos e certificações profissionais.	Polos regionais implantados.
Criar trilhas específicas para jovens, trabalhadores locais e mulheres na indústria.	Banco de talentos mineral-industrial.
Vincular incentivos estaduais a metas de contratação de mão de obra formada no Pará.	Relatório de empregabilidade dos formados.

Indicadores sugeridos:

- alunos matriculados
- certificados emitidos
- taxa de empregabilidade
- empresas parceiras
- municípios atendidos

#### Eixo 6 - Centro Paraense de Tecnologia Mineral e Transição Energética

Criar um núcleo estadual de pesquisa aplicada, inovação, tecnologia mineral, reaproveitamento de rejeitos, reciclagem e descarbonização industrial.

Ações principais	Entregas esperadas
Estruturar rede com universidades, SENAI, EMBRAPA, BNDES, FINEP e empresas.	Rede CETEM-Pará implantada.
Priorizar pesquisa aplicada para problemas reais da cadeia mineral paraense.	Agenda de pesquisa aplicada.
Criar laboratórios móveis e unidades regionais de apoio técnico.	Laboratórios regionais ou convênios laboratoriais.
Apoiar projetos de baixo carbono, automação, IA e rastreabilidade.	Editais de inovação mineral.
Conectar startups, fornecedores locais e grandes empresas.	Programa de startups e desafios tecnológicos.

Indicadores sugeridos:

- projetos de P&D

- patentes ou protótipos
- empresas atendidas
- editais lançados
- recursos captados

### Eixo 7 - Fornecedor Paraense Estratégico

Inserir micro, pequenas e médias empresas paraenses nas cadeias de suprimento da mineração, da transformação mineral e dos projetos industriais.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar cadastro estadual de fornecedores minerais e industriais.	Portal do Fornecedor Paraense Estratégico.
Definir certificação de capacidade técnica, fiscal, trabalhista e ambiental.	Selo de fornecedor certificado.
Realizar rodadas de negócios com grandes empresas.	Agenda anual de rodadas de negócios.
Criar linha de crédito e assistência gerencial para certificação.	Linha de crédito ou voucher de certificação.
Exigir plano de compras locais nos projetos beneficiados por incentivos.	Painel público de compras locais.

Indicadores sugeridos:

- fornecedores cadastrados
- fornecedores certificados
- valor contratado localmente
- rodadas realizadas
- empresas financiadas

### Eixo 8 - Logística mineral e corredores de desenvolvimento

Transformar corredores de escoamento mineral em corredores de desenvolvimento industrial, logístico e urbano.

Ações principais	Entregas esperadas
Mapear gargalos rodoviários, ferroviários, portuários, hidroviários e de armazenagem.	Plano de corredores minerais e industriais.
Priorizar conexões entre Carajás, Marabá, Barcarena, oeste do Pará, Tapajós e Trombetas.	Carteira estadual de infraestrutura prioritária.
Estruturar terminais intermodais e distritos industriais conectados.	Projetos executivos ou pré-estudos.
Articular projetos com Novo PAC, BNDES, concessões e parcerias público-privadas.	Agenda de financiamento federal e privado.
Criar carteira de obras estratégicas para a economia mineral.	Painel de obras e gargalos logísticos.

Indicadores sugeridos:

- obras priorizadas
- recursos captados
- redução de gargalos
- distritos conectados
- projetos em execução

### Eixo 9 - Energia competitiva para industrialização

Garantir energia firme, confiável e competitiva para polos de transformação mineral e distritos industriais.

Ações principais	Entregas esperadas
Mapear demanda energética dos polos minerais e industriais.	Plano energético dos polos minerais.
Planejar subestações, linhas e reforços de rede para ZPTM e distritos.	Carteira de subestações e reforços.
Avaliar fontes complementares como solar, biomassa e soluções híbridas onde houver viabilidade.	Estudos de viabilidade de renováveis complementares.
Articular contratos de energia para atração industrial.	Modelo de contrato ou negociação para indústrias.
Criar mesa técnica energia-mineração-indústria.	Mesa técnica permanente.

Indicadores sugeridos:

- demanda mapeada
- obras energéticas priorizadas
- polos atendidos
- indústrias atraídas
- confiabilidade de fornecimento

## Eixo 10 - Licenciamento estratégico com segurança ambiental

Criar fluxo estadual diferenciado para projetos estratégicos, garantindo previsibilidade, rapidez técnica e proteção ambiental real.

Ações principais	Entregas esperadas
Digitalizar e padronizar o fluxo de projetos estratégicos.	Fluxo de licenciamento estratégico.
Criar matriz de risco por porte, substância, localização e impacto.	Matriz estadual de risco.
Definir prazos, pendências e escalonamento administrativo.	Painel de prazos e pendências.
Integrar licenciamento ao mapa, fiscalização, recuperação e transparência.	Sistema de monitoramento ambiental.
Diferenciar bom empreendedor de reincidente, fraude ou dano ambiental.	Regras de suspensão de benefícios em caso de fraude.

Indicadores sugeridos:

- tempo médio de análise
- pendências resolvidas
- projetos monitorados
- infrações reduzidas
- recuperação validada

## Eixo 11 - Economia circular mineral e reaproveitamento de rejeitos

Transformar passivos minerais em oportunidades industriais, reduzindo impacto ambiental e criando novas cadeias produtivas.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar inventário estadual de rejeitos, resíduos e passivos minerais.	Inventário de rejeitos.
Financiar pesquisa sobre aproveitamento seguro de rejeitos.	Editais de pesquisa aplicada.
Estimular empresas de reciclagem mineral e sucata tecnológica.	Projetos-piloto de reaproveitamento.
Criar normas para uso seguro de resíduos em construção civil e materiais industriais.	Normas e protocolos técnicos.
Inserir economia circular como contrapartida de grandes projetos.	Contrapartidas ambientais e industriais.

Indicadores sugeridos:

- rejeitos mapeados
- projetos de reaproveitamento
- toneladas reaproveitadas
- passivos reduzidos
- empresas instaladas

## Eixo 12 - Fertilizantes, corretivos e segurança alimentar

Conectar mineração estratégica à produção rural, agricultura familiar, agronegócio e redução da dependência de insumos importados.

Ações principais	Entregas esperadas
Mapear potencial de calcário, fosfato, potássio, remineralizadores e corretivos.	Mapa de insumos minerais agrícolas.
Apoiar cadeias regionais de fertilizantes e corretivos de solo.	Programa de corretivos regionais.
Integrar SEDEME, agricultura, Emater, produtores e universidades.	Projetos-piloto com produtores.
Criar programa de remineralização e correção de solos onde tecnicamente adequado.	Relatórios técnicos de viabilidade.
Atrair empresas de insumos agrícolas minerais.	Carteira de empresas-alvo.

Indicadores sugeridos:

- áreas mapeadas
- produtores atendidos
- projetos implantados
- redução de custo logístico
- empresas atraídas

## Eixo 13 - Fundo Pará Futuro Mineral

Criar mecanismo financeiro para converter riqueza mineral em ativos permanentes: gente formada, infraestrutura, inovação, diversificação e cidades preparadas para o pós-minério.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar fundo ou mecanismo financeiro com governança clara.	Lei do fundo ou mecanismo financeiro.

Ações principais	Entregas esperadas
Definir fontes públicas, federais, privadas e internacionais.	Manual de governança e critérios.
Priorizar formação técnica, inovação, fornecedores, economia circular e infraestrutura regional.	Carteira de projetos financiáveis.
<b>Vincular recursos a metas e resultados.</b>	Chamadas públicas anuais.
<b>Publicar relatório financeiro e de impacto.</b>	Prestação de contas pública.

Indicadores sugeridos:

- recursos captados
- projetos financiados
- municípios beneficiados
- alunos e empresas apoiados
- impacto econômico estimado

### Eixo 14 - Diretrizes territoriais de transição pós-CFEM

Apoiar municípios mineradores na construção de alternativas econômicas antes da queda de produção, arrecadação ou encerramento de minas.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar metodologia estadual para plano pós-CFEM.	Guia estadual do pós-CFEM.
Apoiar municípios na criação de fundos locais e carteiras de diversificação.	Diretrizes territoriais-piloto.
Priorizar turismo, agroindústria, tecnologia, serviços, formação e infraestrutura urbana.	Diagnóstico de dependência fiscal.
<b>Mapear dependência fiscal da mineração.</b>	Carteira de diversificação econômica.
Estabelecer metas de diversificação econômica.	Relatório anual de transição.

Indicadores sugeridos:

- municípios com plano
- fundos locais criados
- projetos de diversificação
- dependência fiscal reduzida
- investimentos fora da mineração

### Eixo 15 - Transparência, dados e painel público

Criar confiança pública por meio de dados, indicadores, contrapartidas e resultados mensuráveis.

Ações principais	Entregas esperadas
Publicar painel de projetos, incentivos, contrapartidas e metas.	Dashboard público.
Integrar dados de compras locais, empregos, cursos, licenciamento e investimentos.	Relatório anual.
<b>Criar relatório anual do Pará Mineral 2040.</b>	Painel de incentivos e contrapartidas.
Permitir controle social sobre benefícios concedidos.	Painel de compras locais e empregos.
Proteger dados pessoais e estratégicos conforme a LGPD.	Política de dados e LGPD.

Indicadores sugeridos:

- painéis ativos
- indicadores publicados
- relatórios anuais
- projetos monitorados
- acessos públicos

### Eixo 16 - Comunicação pública e mobilização política

Transformar uma pauta técnica em agenda popular de desenvolvimento, emprego, indústria, futuro e justiça econômica para o Pará.

Ações principais	Entregas esperadas
Criar narrativa pública simples e permanente.	Kit de comunicação do programa.
Realizar audiências regionais em municípios estratégicos.	Agenda de audiências regionais.
Produzir materiais de apresentação para prefeitos, empresários, trabalhadores e jovens.	Apresentação institucional.
Articular bancada federal, Assembleia Legislativa, Governo do Estado e	Carta de compromisso dos municípios.

Ações principais	Entregas esperadas
municípios.	
Criar campanha de sensibilização sobre a nova economia mineral.	Frete parlamentar ou grupo suprapartidário.

Indicadores sugeridos:

- audiências realizadas
- municípios mobilizados
- entidades aderentes
- reuniões em Brasília
- projetos protocolados

## 7. Regiões prioritárias e carteira de projetos-âncora

O Pará Mineral 2040 deve evitar concentração excessiva em um único território. Carajás é a vitrine mais óbvia, mas o Estado precisa organizar polos complementares no oeste, Tapajós, Barcarena, Trombetas, Transamazônica, Xingu, nordeste e sul do Pará.

Região	Vocação principal	Projetos prioritários
Carajás e sudeste paraense	Ferro, cobre, níquel, manganês, ouro, metalmecânica, serviços industriais, tecnologia mineral.	ZPTM Carajás, Escola Técnica, Fornecedor Paraense, centro de manutenção industrial, corredor Carajás-Marabá.
Marabá e corredor Tocantins-Araguaia	Transformação mineral, metalurgia, siderurgia, logística, distribuição e indústria de equipamentos.	Distrito de transformação mineral, hub metalmecânico, terminal intermodal, polo de fornecedores.
Barcarena e nordeste paraense	Bauxita, alumina, alumínio, porto, indústria eletrointensiva e exportação.	Polo de alumínio 4.0, reciclagem de alumínio, energia competitiva, inovação portuária.
Oeste do Pará e Tapajós	Mineração legal, logística hidroviária, ouro rastreado, calcário, fertilizantes, cooperativismo.	Tapajós Mineral Legal, rastreabilidade, polo de corretivos, apoio a cooperativas regularizadas.
Trombetas, Oriximiná e Juruti	Bauxita, logística regional, compensações, desenvolvimento local e verticalização.	Polo de valor agregado do alumínio, plano de desenvolvimento local, fornecedores ribeirinhos e urbanos.
Altamira, Xingu e Transamazônica	Mineração regularizada, corretivos, agroindústria, logística e produção rural.	Minerais agrícolas, programa de solos, integração mineração-agroindústria.
Redenção, Xinguara, Ourilândia, Tucumã e São Félix	Integração com Carajás, cobre, níquel, ouro, pecuária, logística e serviços.	Polos técnicos, fornecedores locais, hub de manutenção, corredores de desenvolvimento.

### 7.1. Carteira de projetos-âncora

Projeto-âncora	Descrição	Prioridade
ZPTM Carajás	Zona de processamento e transformação mineral articulando produção, indústria, logística, formação e fornecedores.	Máxima
Mapa Estratégico Mineral do Pará	Atlas digital para orientar investimentos, licenciamento, infraestrutura, formação e oportunidades.	Máxima
Escola Técnica da Nova Mineração	Rede de formação profissional para jovens e trabalhadores em polos minerais e industriais.	Máxima
Fornecedor Paraense Estratégico	Programa para certificar, financiar e inserir empresas locais nos contratos da cadeia mineral.	Alta
CETEM-Pará	Centro de tecnologia mineral, reaproveitamento de rejeitos, reciclagem e inovação aplicada.	Alta
Fundo Pará Futuro Mineral	Mecanismo de financiamento de transição, formação, inovação e diversificação regional.	Alta
Economia Circular Mineral	Inventário e projetos-piloto de reaproveitamento de rejeitos e resíduos minerais.	Alta
Plano de Energia dos Polos Minerais	Mapa de demanda energética e obras prioritárias para industrialização.	Alta
Fertilizantes e Corretivos do Pará	Cadeia regional para apoiar agricultura, solos e segurança alimentar.	Média/Alta
Planos Municipais Pós-CFEM	Planejamento de transição econômica dos municípios mineradores.	Alta

### 7.2. Matriz de oportunidades por cadeia mineral

Cadeia	Oportunidades industriais	Ações públicas
Ferro	Pelotização, ligas, metalmecânica, peças, manutenção, equipamentos e siderurgia seletiva.	ZPTM, energia, fornecedores, formação técnica e atração de empresas.
Cobre	Cabos, componentes elétricos, condutores, equipamentos, ligas e indústria energética.	Mapeamento de demanda, incentivos condicionados e conexão com redes elétricas.
Níquel	Ligas, baterias, componentes industriais e tecnologias de transição energética.	Pesquisa, parcerias tecnológicas e atração de indústrias especializadas.

Cadeia	Oportunidades industriais	Ações públicas
Manganês	Ligas, aço, baterias e insumos industriais.	Verticalização, controle ambiental e desenvolvimento de fornecedores.
Bauxita/alumínio	Alumina, alumínio, reciclagem, componentes, embalagens, estruturas e indústria eletrointensiva.	Polo Barcarena, energia competitiva, reciclagem e inovação.
Calcário/fosfato/potássio	Corretivos, fertilizantes, remineralizadores e insumos agrícolas.	Mapa de solos, assistência técnica rural e cadeias regionais.
Ouro e minerais garimpáveis	Rastreabilidade, certificação de origem, cooperativismo e formalização.	Integração com Pará Mineral Legal e fiscalização inteligente.
Rejeitos e resíduos	Materiais de construção, recuperação de metais, reciclagem e redução de passivos.	Inventário, pesquisa aplicada, protocolos técnicos e editais.

## 8. Instrumentos econômicos, incentivos e contrapartidas

O Estado deve usar incentivos como ferramenta de desenvolvimento, não como presente sem retorno. O eixo econômico do Pará Mineral 2040 precisa ser duro na regra: todo benefício público deve vir acompanhado de contrapartida local mensurável.

**Regra de ouro Incentivo público sem contrapartida local é renúncia de futuro. Se a empresa recebe benefício do Pará, precisa entregar emprego, compra local, formação, tecnologia, recuperação ambiental e desenvolvimento regional.**

### 8.1. Tipos de instrumentos

Instrumento	Uso proposto	Condição mínima
Incentivo fiscal estadual	Atrair indústrias de transformação mineral e fornecedores estratégicos.	Emprego local, compra local, instalação no Pará e metas ambientais.
Crédito e garantias	Financiar fornecedores locais, certificação, máquinas, inovação e capital de giro.	Regularidade fiscal, plano de crescimento e prestação de contas.
Voucher técnico	Apoiar pequenas empresas em certificação, consultoria, gestão e adequação ambiental.	Participação em cadeia produtiva e metas de formalização.
Editais de inovação	Financiar tecnologia mineral, reciclagem, rejeitos, IA, automação e rastreabilidade.	Parceria com universidade ou empresa local.
Compras públicas estratégicas	Estimular produtos e serviços locais quando juridicamente possível.	Critérios técnicos, transparência e competitividade.
Contrapartidas privadas	Financiar escola técnica, fornecedores, infraestrutura e fundos de transição.	Termo público, metas e indicadores.

### 8.2. Matriz de contrapartidas obrigatórias

Área	Contrapartida possível	Como medir
Emprego	Percentual mínimo de contratação local ou plano progressivo de formação e contratação.	RAIS/CAGED, contratos, relatórios auditáveis.
Formação	Financiamento de cursos técnicos, bolsas, laboratórios e estágios.	Alunos formados, carga horária, empregabilidade.
Fornecedores	Plano anual de compras locais e desenvolvimento de fornecedores.	Valor contratado no Pará, número de empresas certificadas.
Tecnologia	Investimento em P&D, laboratório, startups ou projetos com universidades.	Recursos investidos, projetos, protótipos, publicações, patentes.
Ambiental	Recuperação progressiva, rastreabilidade, redução de emissões e economia circular.	Indicadores ambientais e auditorias independentes.
Regional	Infraestrutura compartilhada, apoio a serviços públicos e diversificação econômica.	Projetos entregues, municípios atendidos, impacto socioeconômico.
Transparência	Publicação de metas e resultados no painel do programa.	Relatório anual e painel atualizado.

### 8.3. Modelo de contrato de desempenho

Empresas beneficiadas por incentivos ou priorização estadual devem assinar contrato de desempenho contendo metas, prazos, indicadores e consequência pelo descumprimento. O contrato deve prever revisão periódica, suspensão de benefício, devolução proporcional ou perda do selo estratégico em caso de descumprimento grave.

- Identificação do projeto e da cadeia mineral.
- Benefícios públicos concedidos.
- Contrapartidas obrigatórias e facultativas.
- Metas anuais e indicadores.
- Prazos, auditoria e prestação de contas.
- Cláusulas de suspensão, revisão, devolução e transparência.
- Canal de denúncia e controle social.

## 9. Governança, transparência e integração com o Pará Mineral Legal

### 9.1. Integração entre os dois programas

O Pará Mineral 2040 deve caminhar junto com o Programa Pará Mineral Legal. O primeiro organiza a estratégia industrial; o segundo organiza a base legal, rastreável e transparente da atividade mineral, especialmente para pequenos mineradores, cooperativas, empresas locais e regularização multiminério. [R2]

Pará Mineral Legal	Pará Mineral 2040
<b>Regulariza e orienta a mineração</b>	Industrializa e moderniza a cadeia mineral
Cadastro de mineradores, cooperativas, trabalhadores e máquinas	Cadastro de fornecedores, indústrias, projetos estratégicos e polos
<b>Rastreabilidade da produção</b>	Certificação de origem e agregação de valor
<b>Mapa de oportunidades e outorgas</b>	Mapa estratégico mineral, logístico, energético e industrial
<b>Combate ilegalidade</b>	Atrai investimento responsável
<b>Protege trabalhador</b>	Forma trabalhador qualificado
<b>Recuperação ambiental</b>	Economia circular e reaproveitamento de rejeitos
<b>Legalidade</b>	Futuro econômico

**Síntese política** Um programa tira o minerador da ilegalidade. O outro tira o Pará da dependência do minério bruto.

### 9.2. Conselho Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral

Criar conselho ou comitê estadual com função estratégica, consultiva e de acompanhamento, evitando captura por grupos econômicos e garantindo presença de Estado, municípios, academia, trabalhadores, empresas locais, setor mineral e controle social.

Ator	Função
<b>Governo do Estado</b>	Coordenação geral, integração de políticas, orçamento, incentivos e articulação federal.
<b>SEDEME</b>	Política mineral, desenvolvimento econômico, mapa, ZPTM, fornecedores e atração de investimentos.
<b>SEMAS</b>	Licenciamento, condicionantes, monitoramento, recuperação e segurança ambiental.
<b>SEFA</b>	Incentivos, arrecadação, notas, integração fiscal e transparência econômica.
<b>PGE</b>	Segurança jurídica, convênios, minutas e prevenção de conflitos de competência.
<b>SECTET/Educação profissional</b>	Cursos, escolas técnicas, certificações e banco de talentos.
<b>Municípios mineradores</b>	Planejamento regional, áreas industriais, infraestrutura, pactos e pós-CFEM.
<b>ANM e MME</b>	Convidados institucionais para integração de dados, outorgas, política nacional e ZPTM.
<b>Universidades e centros de pesquisa</b>	Pesquisa aplicada, inovação, diagnóstico e formação.
<b>Setor produtivo</b>	Investimento, contrapartidas, fornecedores e tecnologia.
<b>Trabalhadores e cooperativas</b>	Participação social, qualificação, segurança e inclusão produtiva.
<b>Controle e sociedade civil</b>	Transparência, acompanhamento e prevenção de abusos.

### 9.3. Painel público de transparência

O painel público deve mostrar o que importa para a população: quem recebeu benefício, qual contrapartida assumiu, quantos empregos criou, quanto comprou de fornecedores locais, quantas pessoas formou, que projeto ambiental entregou e qual o prazo de cada compromisso.

- Projetos estratégicos cadastrados.
- Incentivos concedidos e fundamento legal.
- Contrapartidas assumidas.
- Empregos gerados e empregos locais.
- Compras locais por município e por cadeia.
- Cursos e alunos formados.
- Projetos de inovação e economia circular.
- Status de licenciamento estratégico.
- Obras de infraestrutura relacionadas.
- Planos pós-CFEM por município.

Figura 3. Governança e transparência

<b>Etapa 1: Projeto estratégico solicita enquadramento no Pará Mineral 2040</b>
Etapa 2: Comitê técnico analisa cadeia, impacto, contrapartidas e aderência à política estadual
Etapa 3: Contrato de desempenho define metas e indicadores
Etapa 4: Projeto recebe tratamento estadual adequado: incentivo, apoio, licenciamento estratégico ou articulação federal
<b>Etapa 5: Paineis públicos acompanha resultados</b>
Etapa 6: Conselho revisa metas, cobra entregas e recomenda ajustes
Resultado: incentivo público com retorno público

## 10. Plano operacional de implantação

O plano deve ser implantado por fases, combinando entrega rápida com construção de longo prazo. A meta é evitar o clássico vício brasileiro: lançar programa grande, bonito e sonoro que depois vira foto em pasta. Aqui, cada fase precisa ter entrega verificável.

Fase	Período	Objetivo	Entregas
Fase 1	Desenho jurídico e institucional	Desenho jurídico e político	Minuta de lei, grupo técnico, matriz de competências, diagnóstico inicial, agenda com ANM/MME/BNDES/FINEP e municípios prioritários.
Fase 2	Experiência regional assistida	Estruturação dos instrumentos	Mapa preliminar, proposta da ZPTM Carajás, minuta do fundo, desenho da Escola Técnica, cadastro de fornecedores e painéis de indicadores.
Fase 3	Operação assistida	Pilotos regionais	Piloto em Carajás/Marabá, Barcarena e Tapajós; primeiras rodadas de fornecedores; primeiros cursos; inventário inicial de rejeitos; carteira de projetos.
Fase 4	12 a Consolidação	Expansão estadual	Conselho ativo, Fundo operando, CETEM-Pará estruturado, painéis públicos, projetos de verticalização, plano energético e logística priorizada.
Fase 5	24 a Política permanente	Consolidação	ZPTM protocolada ou implantada conforme regulamentação federal, contratos de desempenho, fornecedores certificados e planos pós-CFEM em municípios prioritários.
Fase 6	Política permanente em diante	Política permanente	Revisão bienal da lista de minerais, relatório anual, ampliação de polos, atualização de metas e novas carteiras de investimento.

### 10.1. Agenda inicial de estruturação

Ação	Responsável sugerido	Resultado esperado
Instalar grupo técnico do Pará Mineral 2040	Gabinete político + SEDEME + PGE	Governança inicial criada
Validar matriz jurídica de competência	PGE	Risco de conflito federativo reduzido
Organizar minuta de lei estadual	Equipe técnica e jurídica	Texto pronto para debate
Convocar municípios de Carajás e Marabá	Coordenação política	Pacto regional pela ZPTM
Solicitar audiência com MME e ANM	Bancada e liderança política	Agenda federal aberta
Iniciar mapa estratégico preliminar	SEDEME + universidades	Primeira base de decisão
Mapear cursos técnicos urgentes	SECTET/SENAI/IFPA	Trilhas de formação definidas
Criar primeira versão do Programa Fornecedor	SEDEME/SEBRAE/FIEPA	Empresas locais mobilizadas
Construir apresentação institucional	Equipe de comunicação	Material para prefeitos, empresários e Brasília
Realizar primeira audiência regional	Assembleia + municípios	Agenda pública lançada

### 10.2. Pilotos regionais recomendados

Piloto	Por que começar por ele	Entregas iniciais
Carajás-Marabá	Maior potência mineral e melhor vitrine para ZPTM e transformação mineral.	Dossiê ZPTM, fornecedores, cursos técnicos, mapa de áreas industriais e agenda com empresas.
Barcarena	Base portuária e industrial, bauxita, alumina, alumínio e exportação.	Polo de alumínio 4.0, reciclagem, energia e logística portuária.
Tapajós	Necessidade de integrar mineração legal, rastreabilidade e desenvolvimento regional.	Integração com Pará Mineral Legal, cooperativas regularizadas, rastreabilidade e alternativas produtivas.
Trombetas-Juruti-Oriximiná	Cadeia da bauxita e necessidade de maior desenvolvimento local.	Plano regional de fornecedores e compensações econômicas permanentes.
Xingu-Transamazônica	Conexão entre mineração, agroindústria, corretivos e infraestrutura regional.	Mapa de fertilizantes/corretivos, solos, logística e cursos técnicos.

## 11. Indicadores, metas, riscos e mitigação

### 11.1. Indicadores de sucesso

Área	Indicadores
Industrialização	Número de indústrias atraídas; investimento privado anunciado; investimento executado; valor agregado à produção mineral; unidades de beneficiamento ou transformação instaladas.
Emprego	Empregos diretos e indiretos; empregos locais; renda média; trabalhadores formados e empregados.
Fornecedores	Empresas cadastradas; empresas certificadas; valor de compras locais; contratos assinados; acesso a crédito.
Formação	Cursos criados; alunos matriculados; certificados; empregabilidade; polos implantados.
Inovação	Projetos de P&D; recursos captados; protótipos; patentes; startups apoiadas; parcerias universidade-empresa.
Ambiente	Rejeitos reaproveitados; áreas recuperadas; emissões reduzidas; projetos com rastreabilidade; auditorias realizadas.
Governança	Relatórios publicados; reuniões do conselho; metas cumpridas; projetos monitorados; transparência ativa.
Pós-minério	Municípios com plano pós-CFEM; fundos locais; projetos de diversificação; redução de dependência fiscal.
Energia e logística	Obras priorizadas; capacidade energética instalada; gargalos reduzidos; distritos atendidos.
Arrecadação inteligente	Aumento de base econômica sem depender apenas de volume extraído; diversificação de receitas; novos setores associados.

### 11.2. Metas sugeridas

Horizonte	Metas sugeridas
Até Estruturação	Lei em debate; grupo técnico instalado; mapa preliminar; pacto pela ZPTM Carajás; primeiros cursos desenhados.
Até Expansão inicial	Política estadual aprovada ou protocolada; programa de fornecedores lançado; 3 pilotos regionais; painel inicial; primeira rodada de negócios.
Até Consolidação	Fundo ou mecanismo financeiro ativo; 5 polos de formação; dossiê ZPTM completo; primeiros editais de inovação; 200 fornecedores mapeados.
Até Política permanente	ZPTM em fase formal de implantação ou negociação avançada; 1.000 trabalhadores formados; 300 fornecedores cadastrados; 50 certificados; 10 projetos de P&D.
Até 2040	Pará reconhecido como polo nacional de transformação mineral, formação técnica, tecnologia mineral, fornecedores locais e planejamento pós-minério.

### 11.3. Matriz de riscos e mitigação

Risco	Nível	Mitigação
Virar discurso sem execução	Alto	Metas, fases, responsáveis, orçamento, relatório anual e painel público.
Conflito com competência federal	Alto	Redação estadual como política de desenvolvimento, sem criar outorga mineral.
Grandes empresas capturarem benefícios	Alto	Incentivos condicionados, contratos de desempenho e transparência pública.
Licenciamento virar gargalo ou polêmica	Alto	Fluxo digital, matriz de risco, prazos, monitoramento e proteção ambiental real.
Falta de mão de obra local	Alto	Escola Técnica, metas de formação e contratação local.
Fornecedores locais não conseguirem atender exigências	Médio/Alto	Certificação assistida, crédito, SEBRAE, SENAI e rodadas de negócios.
Falta de financiamento	Médio/Alto	BNDDES, FINEP, fundos federais, organismos internacionais e contrapartidas privadas.
Concentração regional em Carajás	Médio	Polos complementares em Barcarena, Tapajós, Trombetas, Xingu e oeste.
Resistência ambiental	Médio/Alto	Economia circular, rastreabilidade, recuperação, auditoria e comunicação transparente.
Painel público com dados sensíveis	Médio	Política de dados, LGPD, perfis de acesso e anonimização quando necessário.
Fundo virar caixa genérico	Alto	Governança, finalidade específica, indicadores e prestação de contas.
Projetos sem conexão com a população	Alto	Comunicação popular, audiências regionais, cursos, empregos e fornecedores locais.

## 11.4. O que não fazer

- Não vender a ideia como licença para mineração sem regra.
- Não prometer que o Estado resolverá sozinho competências federais.
- Não concentrar tudo em uma mineradora ou em uma única região.
- Não criar incentivo fiscal sem contrapartida formal.
- Não deixar os pequenos empresários locais de fora.
- Não tratar meio ambiente como detalhe: sem responsabilidade ambiental, o projeto perde legitimidade.
- Não criar escola técnica sem conexão real com vagas e empresas.
- Não tratar o pós-minério como assunto distante; ele começa agora.

## 12. Minuta-base de lei estadual

Abaixo segue uma estrutura-base de projeto de lei estadual. A redação final deve ser lapidada pela PGE e pelos órgãos competentes. O objetivo é dar forma legal ao programa sem invadir competência federal.

Dispositivo	Conteúdo sugerido
Art. 1º	Fica instituído o Programa Pará Mineral 2040, destinado à promoção da transformação mineral, industrialização, inovação tecnológica, formação profissional, desenvolvimento de fornecedores, economia circular, transparência e preparação dos municípios para o pós-minério no Estado do Pará.
Art. 2º	O programa observará a competência da União e da Agência Nacional de Mineração quanto à outorga minerária, autorização de pesquisa, concessão de lavra, permissão de lavra garimpeira e demais atos federais.
Art. 3º	São objetivos do programa: agregar valor aos bens minerais no território estadual; estimular cadeias produtivas; atrair investimentos; formar mão de obra; desenvolver fornecedores locais; apoiar inovação; promover economia circular; fortalecer sustentabilidade; e apoiar a transição econômica de municípios mineradores.
Art. 4º	Fica instituída a Política Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral do Pará, alinhada às políticas nacionais aplicáveis e às prioridades estaduais de desenvolvimento.
Art. 5º	O Poder Executivo poderá elaborar lista estadual indicativa de minerais críticos e estratégicos, considerando relevância econômica, tecnológica, industrial, energética, agrícola, ambiental, regional e risco de suprimento.
Art. 6º	Fica autorizada a criação do Mapa Estratégico Mineral do Pará, com informações territoriais, minerais, ambientais, logísticas, energéticas, industriais e econômicas, observada a legislação de acesso à informação e proteção de dados pessoais.
Art. 7º	O Estado poderá propor, apoiar e articular a criação de Zonas de Processamento de Transformação Mineral - ZPTM, em especial a ZPTM Carajás, conforme legislação federal aplicável.
Art. 8º	Fica criado o Programa de Verticalização e Agregação de Valor Mineral, destinado a atrair e apoiar empreendimentos de beneficiamento, transformação, metalurgia, refino, componentes, equipamentos, fertilizantes, reciclagem e tecnologia mineral.
Art. 9º	Os incentivos concedidos no âmbito do programa deverão ser condicionados a contrapartidas econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e regionais, conforme regulamento.
Art. 10	As contrapartidas poderão incluir geração de empregos locais, formação profissional, compras locais, investimento em pesquisa e desenvolvimento, recuperação ambiental, economia circular, infraestrutura compartilhada e transparência de resultados.
Art. 11	Fica instituído o Programa Fornecedor Paraense Estratégico, destinado ao cadastro, certificação, capacitação, financiamento e inserção de empresas locais nas cadeias minerais e industriais.
Art. 12	Fica instituída a Escola Técnica da Nova Mineração Paraense, com objetivo de promover cursos, certificações e trilhas de formação profissional voltadas à mineração moderna, indústria mineral, manutenção, automação, logística, meio ambiente e tecnologia.
Art. 13	O Poder Executivo poderá criar ou apoiar o Centro Paraense de Tecnologia Mineral e Transição Energética, por meio de convênios com universidades, instituições de pesquisa, sistema S, empresas, BNDES, FINEP e demais parceiros.
Art. 14	Fica criado o Programa Estadual de Economia Circular Mineral, voltado ao inventário, pesquisa, reaproveitamento, reciclagem e destinação segura de rejeitos, resíduos e materiais minerais.
Art. 15	Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Fundo Pará Futuro Mineral ou mecanismo financeiro equivalente, destinado a apoiar formação, inovação, fornecedores, infraestrutura, economia circular e diversificação econômica de municípios mineradores.
Art. 16	Fica criado o Conselho Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral, com composição, competências e funcionamento definidos em regulamento.
Art. 17	O Poder Executivo publicará relatório anual do Programa Pará Mineral 2040,

Dispositivo	Conteúdo sugerido
	contendo projetos, investimentos, incentivos, contrapartidas, indicadores, metas, execução financeira e resultados regionais.
Art. 18	O programa deverá manter integração com iniciativas estaduais de regularização, rastreabilidade e transparência mineral, em especial o Programa Pará Mineral Legal.
Art. 19	O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de compromisso e parcerias com órgãos federais, municípios, instituições financeiras, universidades, empresas, entidades empresariais, cooperativas e organismos internacionais.
Art. 20	O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo instrumentos, procedimentos, critérios de enquadramento, contrapartidas, governança, indicadores, penalidades administrativas do programa e mecanismos de transparência.

## 12.1. Estrutura do decreto regulamentador

Capítulo	Conteúdo
I - Disposições gerais	Definições, objetivos, abrangência e competências dos órgãos.
II - Lista estadual indicativa	Critérios de inclusão, revisão, consulta técnica e publicação.
III - Projetos estratégicos	Critérios de enquadramento, análise, aprovação e acompanhamento.
IV - Incentivos e contrapartidas	Tipos de benefícios, contratos de desempenho, metas, monitoramento e sanções.
V - ZPTM e polos regionais	Procedimentos para proposta, estudos, participação municipal e articulação federal.
VI - Fornecedores locais	Cadastro, certificação, compras locais, crédito e rodadas de negócios.
VII - Formação profissional	Polos, cursos, parcerias, certificações e banco de talentos.
VIII - Inovação e CETEM-Pará	Rede de pesquisa, editais, desafios tecnológicos e propriedade intelectual.
IX - Economia circular	Inventário, projetos-piloto, protocolos técnicos e reaproveitamento seguro.
X - Transparência e dados	Painel público, relatórios, LGPD, perfis de acesso e indicadores.
XI - Governança	Conselho, câmaras técnicas, reuniões, relatórios e revisão periódica.
XII - Disposições finais	Prazos, transição, convênios e regulamentações complementares.

## 13. Comunicação pública, discurso e próximos passos

### 13.1. Mensagens por público

Público	Mensagem
Trabalhador	A riqueza mineral do Pará precisa virar emprego qualificado para o paraense.
Jovem	A nova economia mineral vai exigir preparo. O filho do trabalhador precisa ocupar os empregos do futuro.
Empresário local	A mineração precisa comprar mais do Pará, contratar mais do Pará e desenvolver empresas paraenses.
Prefeito	Município minerador precisa pensar além da CFEM. O subsolo acaba; a cidade precisa continuar gerando renda.
Produtor rural	Minerais estratégicos também são fertilizantes, corretivos de solo e segurança alimentar.
Ambientalista responsável	Mineração moderna precisa ser rastreada, fiscalizada, recuperada e compatível com a floresta.
Brasília	O Pará não quer ser só fornecedor de minério; quer sentar na mesa onde se decide o futuro mineral e industrial do Brasil.
Setor mineral	Quem investir com responsabilidade terá segurança jurídica, previsibilidade e ambiente para crescer com contrapartida local.

### 13.2. Frases centrais do projeto

- O Pará não pode ser apenas o lugar de onde a riqueza sai. Precisa ser o lugar onde a riqueza vira indústria, emprego e futuro.
- Minério bruto gera arrecadação. Minério transformado gera desenvolvimento.
- O mundo está entrando na era dos minerais críticos. O Pará precisa entrar na era da inteligência mineral.
- O subsolo é da União, mas o impacto, a cidade, o trabalhador e o futuro são do Pará.
- Quem tem minério tem oportunidade. Quem tem estratégia tem poder.
- Incentivo público sem contrapartida local é renúncia de futuro.
- Não basta passar minério pelo Pará. Tem que passar oportunidade.

- A nova economia mineral precisa formar o jovem paraense antes de importar mão de obra de fora.
- Pós-minério não é assunto para depois. É decisão para agora.

### 13.3. Discurso-base de apresentação

O Pará vive uma oportunidade histórica. O mundo está procurando minerais para energia limpa, tecnologia, baterias, infraestrutura, fertilizantes e indústria. E muitos desses caminhos passam pelo nosso Estado.

Mas a pergunta é: vamos continuar sendo apenas o lugar de onde a riqueza sai? Ou vamos ser o lugar onde essa riqueza vira indústria, emprego, escola técnica, empresa local, inovação e futuro?

O Programa Pará Mineral 2040 nasce para mudar essa lógica. Ele não é um projeto para liberar mineração sem regra. É o contrário: é um projeto para organizar, industrializar, modernizar e fazer a riqueza mineral trabalhar pelo povo paraense.

Queremos a ZPTM Carajás, queremos fornecedores locais, queremos formação profissional, queremos tecnologia, queremos economia circular, queremos recuperação ambiental e queremos municípios preparados para o pós-minério.

O Pará já deu muito ao Brasil. Agora o Brasil precisa reconhecer que a política nacional de minerais críticos só será completa se o Pará estiver no centro da mesa. Não como figurante. Como protagonista.

A nossa tese é simples: minério bruto gera arrecadação; minério transformado gera futuro. E o futuro do Pará não pode ser exportado em vazio.

### 13.4. Próximos passos recomendados

1. Validar a matriz de competências com equipe jurídica para blindar o projeto contra questionamentos federativos.
2. Converter esta proposta em minuta de projeto de lei estadual e minuta de decreto regulamentador.
3. Criar apresentação institucional de 12 a 15 slides para prefeitos, entidades empresariais, universidades e Brasília.
4. Instalar grupo de trabalho com SEDEME, SEMAS, SEFA, PGE, educação profissional, municípios e setor produtivo.
5. Articular audiência com MME, ANM, BNDES e FINEP para apresentar a ZPTM Carajás e a carteira de projetos.
6. Realizar audiência regional em Marabá/Carajás para pactuar a agenda com municípios e sociedade.
7. Lançar primeira fase do Programa Fornecedor Paraense Estratégico.
8. Mapear cursos técnicos urgentes e firmar parcerias com SENAI, IFPA, UFPA e empresas.
9. Construir o Mapa Estratégico Mineral preliminar com bases públicas e dados estaduais.
10. Criar comunicação pública com linguagem simples: riqueza mineral virando emprego, indústria e futuro.

**Fechamento estratégico O Pará Mineral 2040 é uma agenda de Estado. Ele conecta mineração, indústria, educação, tecnologia, logística, energia, meio ambiente e futuro fiscal dos municípios. É modernização com pé no chão e olho no mundo.**

## 14. Referências consultadas

As referências abaixo foram usadas para embasar o diagnóstico, a justificativa estratégica e a arquitetura do programa. Os links foram listados em formato simples para facilitar conferência e atualização posterior.

R1 - Senado Federal. Projeto de Lei nº 4443/2025. Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Arquivo anexado pelo usuário.

R2 - Programa Pará Mineral Legal. Projeto técnico de regularização multiminério. Arquivo anexado pelo usuário.

R3 - International Energy Agency. Global Critical Minerals Outlook 2025. <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025>

R4 - International Energy Agency. Executive Summary - Global Critical Minerals Outlook 2025. <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025/executive-summary>

R5 - World Bank. Climate-Smart Mining: Minerals for Climate Action. <https://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries/brief/climate-smart-mining-minerals-for-climate-action>

R6 - Ministério de Minas e Energia. Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. <https://www.gov.br/mme/pt-br/a-revolucao-brasileira-em-energia-e-mineracao/mineracao-e-transformacao-mineral/politica-nacional-de-minerais-criticos-e-estrategicos>

R7 - Agência Nacional de Mineração. Quase R\$ 8 bilhões arrecadados com royalties da mineração em 2025. <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/quase-r-8-bilhoes-arrecadados-com-royalties-da-mineracao-em-2025>

R8 - Reuters. G7 in talks to set up permanent unit to oversee critical minerals agenda. <https://www.reuters.com/business/energy/g7-talks-set-up-permanent-unit-oversee-critical-minerals-agenda-2026-05-05/>

R9 - Agência Nacional de Mineração. Minerais Críticos e Estratégicos - Perguntas frequentes. <https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/minerais-criticos-e-estrategicos>

R10 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

R11 - Decreto-Lei nº 227/1967 - Código de Mineração. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0227.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm)

R12 - Lei nº 13.575/2017 - Criação da Agência Nacional de Mineração. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm)

R13 - Decreto nº 10.657/2021 - Política Pró-Minerais Estratégicos. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/D10657.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10657.htm)

R14 - Agência Nacional de Mineração. SIGMINE. <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>

R15 - Agência Nacional de Mineração. Protocolo Digital. [https://www.gov.br/anm/pt-br/canais\\_atendimento/protocolo-digital](https://www.gov.br/anm/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital)

R16 - Lei nº 14.129/2021 - Governo Digital. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm)

R17 - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

R18 - BNDES. Iniciativas para o desenvolvimento da indústria de minerais críticos. <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/industria/BNDES-detalha-iniciativas-para-o-desenvolvimento-da-industria-de-minerais-criticos-em-seminario-na-Camara/>

R19 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Nova Indústria Brasil. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/nova-industria-brasil-e-marco-para-a-retomada-do-setor>

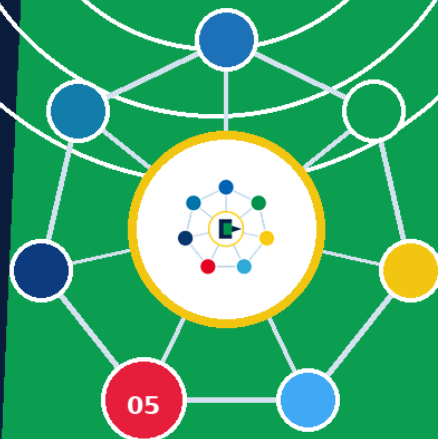
R20 - BNDES. Oportunidades na cadeia de materiais minerais para a transição energética. [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/27389/1/PRCapLiv\\_216301\\_Oportunidades%20na%20cadeia%20de%20materiais%20minerais\\_.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/27389/1/PRCapLiv_216301_Oportunidades%20na%20cadeia%20de%20materiais%20minerais_.pdf)

Versão para apresentação - Maio/2026

PROGRAMA 05

# Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde

turismo, bioeconomia, cultura e legado



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“O minério ainda tem força; a cidade inteligente usa a riqueza de hoje para financiar o futuro.”*

## 05 Parque de Carajás

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

## 05. Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde

*O minério ainda tem força; a cidade inteligente usa a riqueza de hoje para financiar o futuro.*

### PARQUE DE CARAJÁS

Legado de Ferro, Futuro Verde

Projeto estruturante com integração regional, Rota das Águas, Marabá como porta estratégica e modelagem de legado mineral Parauapebas, Marabá e Sudeste do Pará | Abril de 2026

**Tese central** • Carajás ainda tem uma janela mineral relevante. Essa força deve ser usada para financiar e organizar a economia do futuro. • O Parque de Carajás é a âncora de turismo, cultura, bioeconomia e identidade amazônica. • A Rota das Águas e da Floresta amplia o projeto para Marabá, municípios ribeirinhos e eixos Tocantins, Itacaiúnas, Tucuruí, Araguaia e Xingu. • A Vale pode ser parceira estratégica do legado, mas a modelagem deve observar licitação, governança pública, compliance, controle externo e regras ambientais.

### 1. Visão estratégica do projeto

Este projeto organiza a estratégia regional do Parque de Carajás, incorporando a mineração como janela de riqueza, Marabá como porta estratégica da Rota das Águas, infraestrutura turística nos municípios ribeirinhos, fomento ao investimento privado e modelagem de legado mineral.

Ponto	Correção necessária	Formulação institucional
Fim da era do minério	Evitar tom de colapso imediato.	Usar a tese da janela mineral: Carajás ainda tem força, e exatamente por isso deve financiar a transição.
Reservas não publicadas	Evitar afirmar como dado oficial aquilo que não foi declarado.	Falar em potencial geológico estratégico ainda não convertido integralmente em reserva pública declarada.
CFEM	Retirar a ideia de desconto automático na CFEM.	Tratar como fundo/planejamento de legado, aplicação estratégica de receitas e contrapartidas juridicamente possíveis.
Marabá	Deixar de ser apenas município citado.	Entrar como hub logístico e porta de entrada da Rota das Águas, com aeroporto, comércio e serviços regionais.
Municípios ribeirinhos	Deixar de serem coadjuvantes.	Prever pacote mínimo de infraestrutura turística e fomento privado em todos os municípios que margeiam os rios.
FLONA e povos originários	Evitar impressão de intervenção automática.	Condicionar implantação a licenciamento, plano de manejo, consulta livre, prévia e informada e governança ambiental.

**Mensagem institucional** • “Quem conhece Carajás sabe que o potencial mineral da região é maior do que aparece no debate superficial. Mas, em documento técnico, precisamos separar potencial geológico, recurso e reserva oficialmente declarada.” • “O minério ainda tem força. O erro seria esperar a força acabar para só então pensar no futuro.” • “Parauapebas e Marabá podem ser duas portas de entrada de uma rota regional que envolve floresta, rios, cultura e economia.”

### 2. Síntese executiva

- O Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde é um projeto estruturante para transformar a força mineral de Carajás em legado econômico permanente.
- A proposta não abandona a mineração; ela reconhece que Carajás ainda tem força mineral, investimentos em expansão e potencial geológico relevante. Justamente por isso, a região deve aproveitar essa janela para diversificar sua economia.
- O projeto combina parque temático ecológico, experiências sensoriais, cultura indígena com protagonismo, hotelaria, gastronomia, centro de eventos, bioeconomia, mercado criativo, turismo de natureza e integração regional.
- A Rota das Águas e da Floresta amplia o alcance do projeto, conectando Parauapebas, Marabá e municípios dos eixos Tocantins, Itacaiúnas, Tucuruí, Araguaia e Xingu.
- O objetivo final é criar uma nova matriz econômica: turismo, cultura, ciência, serviços, inovação, pequenos negócios e floresta em pé gerando valor.

### 3. Contexto estratégico: da dependência mineral à nova matriz

#### 3.1. A janela mineral de Carajás

Parauapebas e a região de Carajás construíram sua força econômica a partir da mineração. Esse ciclo gerou emprego, arrecadação, infraestrutura, cadeias produtivas e reconhecimento nacional.

A leitura estratégica correta é reconhecer que Carajás ainda tem uma janela mineral relevante. Existem investimentos, projetos de expansão e potencial geológico expressivo. O ponto central é usar essa força para preparar o futuro.

Em linguagem institucional, deve-se evitar afirmar que a Vale possui “reservas não publicadas” como dado oficial. O correto é reconhecer que nem todo potencial geológico se converte imediatamente em reserva pública declarada. Reserva mineral depende de estudo, viabilidade econômica, fatores técnicos, licenciamento, mercado e critérios formais de divulgação.

Portanto, a mensagem estratégica é: o minério ainda tem força; a dependência é que precisa diminuir. Cidade inteligente usa a riqueza de hoje para criar a economia de amanhã.

### 3.2. O risco não é a mineração; é a dependência

- Oscilações no preço do minério, mudanças tecnológicas, alterações de produção ou decisões empresariais podem impactar emprego, comércio, arrecadação e serviços públicos.
- Nenhum setor local, isoladamente, substitui a mineração no curto prazo. Por isso, a diversificação precisa ser planejada enquanto há capacidade financeira e institucional.
- A nova matriz deve combinar turismo, bioeconomia, cultura, eventos, ciência, gastronomia, educação ambiental, economia criativa e integração regional.

**Tese institucional • Parauapebas não precisa negar a mineração. Precisa transformar parte da riqueza mineral em legado permanente. • O futuro de Carajás não deve depender apenas do que sai do subsolo; deve incluir o que a floresta, os rios, a cultura e o conhecimento podem gerar em cima da terra.**

## 4. O Parque de Carajás

O Parque de Carajás será um parque temático, ecológico, cultural, sensorial e tecnológico, com padrão internacional e identidade amazônica. A proposta é criar uma experiência única, sem copiar modelos externos. A referência é a qualidade de execução dos grandes parques internacionais; a alma é Carajás.

- Parque temático ecológico com narrativa própria: minério, floresta, rios, povos, ciência e futuro.
- Experiências imersivas: cinema 6D, museu do som, trilhas sensoriais, borboletário, canoagem e teleférico panorâmico.
- Cultura indígena com protagonismo, respeito e consulta livre, prévia e informada.
- Hotelaria, gastronomia, spa da floresta e mercado criativo para aumentar permanência e gasto médio do visitante.
- Centro de inovação em bioeconomia para transformar floresta em conhecimento, produto e renda sem destruição.
- Integração regional com a Rota das Águas e da Floresta.

**Condição ambiental e institucional • A implantação deve respeitar o Plano de Manejo da unidade de conservação, o licenciamento ambiental, a anuência dos órgãos competentes e a legislação aplicável. • O parque deve priorizar áreas compatíveis, soluções de baixo impacto, logística elétrica, controle de visitantes e monitoramento ambiental permanente.**

## 5. Módulo 1 - Portal Monumental e Praça de Entrada

Objetivo: transformar a chegada ao parque em uma experiência simbólica, sensorial e funcional, criando impacto imediato e fortalecendo a marca Parque de Carajás.

### Estrutura arquitetônica

- Pórtico monumental inspirado em raízes, cipós, troncos e na força da Serra dos Carajás.
- Uso de aço, pedra local, madeira certificada de manejo legal e iluminação cênica de baixo consumo.
- Letreiro oficial: Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde.

### Interatividade

- Totens digitais em português, inglês e espanhol com mapa, agenda, acessibilidade e informações do parque.
- Sons naturais, aromas suaves e narrativa audiovisual de boas-vindas.
- Estação instagramável com hashtag oficial, esculturas realistas e QR Codes educativos.

### Operação

- Ponto seguro de embarque e desembarque para vans, ônibus, pessoas com deficiência e famílias.
- Equipe treinada, pulseiras digitais, mapas impressos e integração ao aplicativo oficial.

**Resultado esperado • A entrada deve gerar encantamento, memória, fotos espontâneas e compreensão imediata da narrativa do parque.**

## 6. Módulo 2 - Trilhas sensorializadas e esculturas realistas

Objetivo: criar trilhas educativas e emocionais nas quais a floresta seja personagem, não apenas cenário.

### Trilhas temáticas

- Trilha dos Sons da Floresta, Trilha dos Animais Invisíveis, Trilha das Plantas que Falam e Trilha dos Rastros.

- Passarelas suspensas, pontos de descanso, acessibilidade, rotas curtas e longas e monitoramento de segurança.
- Pavimentação ecológica, drenagem e controle de capacidade por horários.

### Fauna e flora

- Esculturas realistas de onça-pintada, araras, tamanduá, preguiça, jacaré, anta e outros animais regionais.
- Sensores discretos podem ativar sons reais dos animais quando o visitante se aproxima.
- Placas com nome popular, nome científico, função ecológica e QR Code educativo.

### Educação digital

- Aplicativo com missão ranger mirim, quiz ambiental, realidade aumentada e conteúdo para escolas.
- Conteúdos narrados por especialistas e, quando houver participação cultural, por comunidades autorizadas.

**Resultado esperado • Mesmo sem avistar um animal vivo, o visitante deve sentir que a floresta está viva, observando, ensinando e dialogando com ele.**

## 7. Módulo 3 - Experiências imersivas e sensoriais

Objetivo: oferecer experiências de alto impacto emocional, educativo e tecnológico, acessíveis também a quem não pode percorrer longas trilhas.

### Atrações âncora

- Cinema Sensorial 6D com imagem, som, vento, névoa, aromas e movimento nas cadeiras.
- Museu do Som da Floresta, com salas de escuta profunda de solo, noite, aves, água, vento e vozes humanas autorizadas.
- Observatório do Céu da Amazônia, valorizando astronomia, constelações e leituras culturais do céu.
- Núcleo de Ciência Viva e Realidade Expandida com microscópios, hologramas, solo vivo e conteúdos digitais.

### Experiências complementares

- Borboletário amazônico com ciclo de vida controlado e apoio técnico de biólogos.
- Canoagem em águas calmas, quando houver trecho seguro e licenciado.
- Parede de escalada temática inspirada na Serra dos Carajás.
- Trilha do Silêncio Profundo e Fogueira de Histórias com controle de público e regras éticas de imagem.

**Resultado esperado • O visitante não apenas assiste à floresta; ele entra nela, escuta, sente, aprende e leva memória.**

## 8. Módulo 4 - Cultura indígena e saberes tradicionais

Objetivo: integrar povos originários e comunidades tradicionais com respeito, protagonismo, autonomia e geração de renda.

### Princípios

- Consulta livre, prévia e informada antes de qualquer uso de imagem, narrativa, espaço ou saber tradicional.
- Participação direta das lideranças e comunidades na concepção, operação e distribuição de receitas.
- Proibição de folclorização: cultura não é decoração turística; é patrimônio vivo.

### Centro Cultural Indígena Vivo

- Maloca, oficinas de artesanato, pintura corporal, culinária, rodas de conversa, apresentações e venda de produtos.
- Todas as atividades devem ser conduzidas pelos próprios povos ou por representantes autorizados.
- Regras claras de fotografia, filmagem, remuneração, propriedade intelectual e uso comercial de imagem.

### Educação intercultural

- Materiais pedagógicos para escolas, biblioteca oral, registro audiovisual autorizado e parcerias com universidades.
- Fundo ou mecanismo de desenvolvimento cultural indígena vinculado às receitas do módulo.

**Resultado esperado • O parque deve colocar os povos originários à frente da narrativa cultural, e não atrás dela.**

## 9. Módulo 5 - Hotelaria, gastronomia e bem-estar

Objetivo: aumentar a permanência média do visitante e transformar o parque em destino de vários dias, não apenas passeio rápido.

## Hospedagem

- Hotel integrado à paisagem, chalés temáticos, pousadas e estrutura para turismo de experiência.
- Design biofílico, energia limpa, captação de água de chuva quando viável e operação de baixo impacto.
- Pacotes integrados: parque + hotel + gastronomia + experiências + rota regional.

## Gastronomia

- Restaurantes com selo Sabores da Floresta, ingredientes regionais e parceria com agricultores familiares.
- Pratos com narrativa amazônica, opções inclusivas e venda de produtos locais certificados.
- Capacitação de cozinheiros, garçons, recepcionistas e guias em parceria com Senac, Sebrae, IFPA e entidades locais.

## Bem-estar

- Spa da Floresta com óleos amazônicos, banho de floresta, massagens, chás, contemplação e silêncio.
- Trilha do Silêncio Profundo como produto de turismo regenerativo.

**Resultado esperado • O turista deve querer ficar, consumir na cidade e voltar. Permanência é renda.**

## 10. Módulo 6 - Centro de eventos, ciência e posicionamento

Objetivo: posicionar Parauapebas como palco de ideias sobre mineração, floresta, transição econômica, bioeconomia, clima, turismo e sustentabilidade.

### Estrutura

- Auditório temático para 300 a 500 pessoas, salas multiuso, espaço de imprensa, podcast e transmissão híbrida.
- Design integrado à paisagem, acessibilidade, tradução, Libras e tecnologia audiovisual.

### Programação

- Congressos, seminários, fóruns ambientais, eventos empresariais, encontros científicos, festivais culturais e lançamentos.
- Calendário anual integrado com o parque, a Rota das Águas e datas estratégicas da região.

### Posicionamento

- Eventos atraem hotéis, restaurantes, transporte, comunicação, cultura, universidades e empresas.
- Parauapebas deixa de ser vista apenas como cidade mineradora e passa a ser cidade que planeja o futuro.

**Resultado esperado • O parque também será centro de inteligência, não só visitação.**

## 11. Módulo 7 - Logística interna sustentável e turismo sobre rodas

Objetivo: garantir circulação limpa, silenciosa e segura dentro do parque e atrair públicos de motoclubes, trilheiros, overlanders e motorhomes.

### Logística interna

- Nada de circulação comum por veículos a combustão dentro do perímetro sensível do parque.
- Uso de carrinhos elétricos, bicicletas, e-bikes, trilhas a pé, estações de recarga solar e estacionamentos externos.
- Aplicativo com rotas, tempo estimado, acessibilidade, pontos de descanso e chamadas de emergência.

### Turismo sobre rodas

- Área externa estruturada para motorhomes, trailers, motoclubes e trilheiros.
- Energia, água, banheiros, dumping station, redário, recepção, mapa regional e integração com eventos.
- Possibilidade de calendário próprio: Encontro de Motoclubes da Amazônia, Festival Vida Sobre Rodas e roteiros para a Rota das Águas.

**Resultado esperado • Até o deslocamento deve expressar respeito à floresta.**

## 12. Módulo 8 - Integração com aeroportos, zoológico e cidade

Objetivo: conectar o parque à logística regional e transformar Parauapebas e Marabá em portas de entrada complementares.

## Parauapebas - Aeroporto de Carajás

- Porta principal para o Parque de Carajás, Serra dos Carajás, experiências de floresta e turismo técnico-ambiental.
- Recepção turística no aeroporto, transfer oficial, guias, aplicativo, mapas, balcão de pacotes e integração com hotéis.
- Campanha: Parauapebas, porta da floresta.

## Marabá - Aeroporto João Corrêa da Rocha

- Porta estratégica para a Rota das Águas, especialmente para eixos Tocantins, Itacaiúnas e municípios do entorno.
- Recepção turística regional, pacotes saindo de Marabá, transporte para rios, orlas, comunidades e conexão com Parauapebas.
- Marabá entra como hub logístico, comercial e turístico, não como coadjuvante.

## Cidade e equipamentos existentes

- Requalificação do zoológico como área educativa complementar, com foco em fauna, resgate, reabilitação e educação ambiental.
- Integração com mercado municipal, centro gastronômico, feiras, comércio local, hotéis, orla e eventos urbanos.
- Sinalização bilíngue, capacitação de taxistas, motoristas, recepcionistas, guias e comerciantes.

**Resultado esperado • A experiência turística começa antes da trilha: começa no aeroporto, na cidade, no atendimento e na logística.**

## 13. Módulo 9 - Rota das Águas e da Floresta

Objetivo: ampliar o impacto do parque para uma rota turística regional, conectando floresta, rios, cultura e municípios.

### Conceito

- A Rota das Águas e da Floresta une o Parque de Carajás aos rios Tocantins, Itacaiúnas, Araguaia e Xingu.
- Parauapebas e Marabá funcionam como duas portas de entrada complementares.
- A proposta é vender a região como destino integrado, e não como municípios isolados competindo entre si.

### Experiências regionais

- Praias de água doce, passeios de barco, pesca esportiva, canoagem, gastronomia ribeirinha, festivais culturais, comunidades tradicionais e eventos.
- Pacotes de 4 a 7 dias: floresta, serra, rios, gastronomia, cultura e compras locais.
- Calendário único com temporada da floresta, temporada das águas doces e temporada cultural amazônica.

### Resultado regional

- Mais permanência do turista, mais gasto por visitante, mais hotéis ocupados, mais restaurantes movimentados e mais renda distribuída.
- A rota transforma o Parque de Carajás em âncora de uma economia regional.

**Resultado esperado • A floresta é o coração; os rios são as veias. A região inteira precisa ganhar.**

## 14. Módulo 10 - Eixos regionais da Rota das Águas

Objetivo: organizar a rota por eixos claros, cada um com sua identidade e sua função turística.

### Eixo Carajás e entorno

- Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Água Azul do Norte e municípios próximos.
- Produtos: Parque de Carajás, Serra, floresta, mineração responsável, turismo técnico, gastronomia, eventos e cultura local.

### Eixo Marabá, Tocantins e Itacaiúnas

- Marabá como porta aérea, rodoviária, ferroviária, comercial e turística da Rota das Águas.
- Produtos: encontro de rios, passeios de barco, gastronomia ribeirinha, pesca esportiva, cultura urbana regional, eventos e municípios que circundam Marabá.

### Eixo Tucuruí

- Lago, turismo náutico, praias de água doce, pesca, esportes aquáticos, lazer familiar e eventos de permanência.
- Necessidade de orlas organizadas, segurança náutica, guias e pacotes com hospedagem.

## Eixo Araguaia

- Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Xinguara e municípios conectados.
- Produtos: praias, cultura ribeirinha, pesca, temporada de verão amazônico, gastronomia e eventos.

## Eixo Xingu

- São Félix do Xingu e municípios conectados.
- Produtos: rio, natureza, produção local, comunidades tradicionais, turismo de experiência e identidade amazônica profunda.

**Resultado esperado** • Cada eixo deve ter produto, calendário, estrutura mínima e estratégia de promoção.

## 15. Módulo 11 - Infraestrutura turística nos municípios ribeirinhos

Objetivo: garantir que os municípios que margeiam os rios recebam infraestrutura para atender turistas com segurança, dignidade e padrão mínimo de qualidade.

### Pacote mínimo de atendimento ao turista

- Pier seguro, rampa de embarque, área de espera, guarda-corpo, iluminação, banheiros limpos, água potável e coleta de lixo.
- Sinalização turística, internet, ponto de informação, primeiros socorros, segurança, fiscalização ambiental e ordenamento de praias.
- Áreas para restaurantes, quiosques, artesanato, estacionamento, transporte fluvial e receptivo turístico.

### Gestão ambiental

- Capacidade máxima por praia ou atrativo, controle de resíduos, banheiros ecológicos, educação ambiental e proteção das margens.
- Licenciamento simplificado, porém responsável, para pequenos negócios turísticos.

### Prioridade social

- Comunidades ribeirinhas devem ser incluídas como operadoras, fornecedoras e beneficiárias da rota.
- Barqueiros, cozinheiras, guias, artesãos, pousadeiros e produtores locais precisam ser capacitados e formalizados.

**Resultado esperado** • Não basta ter rio bonito; é preciso ter estrutura para receber bem.

## 16. Módulo 12 - Fomento ao investimento privado

Objetivo: criar ambiente favorável para que o setor privado invista em turismo, hospedagem, alimentação, transporte, eventos e experiências.

### Papel do poder público

- Abrir caminho com infraestrutura básica, segurança jurídica, licenciamento claro, capacitação e promoção da rota.
- Criar editais, concessões, permissões de uso, PPPs, linhas de crédito, feiras de negócios e programas de qualificação.

### Papel do setor privado

- Investir em pousadas, restaurantes, agências, barcos, transporte, lojas, eventos, ecoturismo, pesca esportiva, canoagem e turismo de experiência.
- Priorizar empreendedores locais, cooperativas, comunidades, mulheres, jovens e negócios familiares.

### Parceiros recomendados

- Sebrae, Senac, IFPA, universidades, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, associações comerciais e operadores turísticos.
- Criação de selo de qualidade: Rota das Águas - Atendimento Preparado.

**Resultado esperado** • O poder público organiza a base; o investimento privado multiplica a economia.

## 17. Módulo 13 - Governança regional

Objetivo: evitar que o projeto vire apenas uma lista de ideias e criar coordenação real entre municípios, setor privado, comunidades e instituições.

### Consórcio ou comitê intermunicipal

- Participação de prefeituras, secretarias de turismo e cultura, setor privado, comunidades, operadores turísticos, Sebrae, Senac, IFPA, universidades e entidades locais.
- Definição de marca, calendário, roteiros oficiais, padrões mínimos, capacitação, promoção e captação de investimentos.

### Plataforma única da rota

- Aplicativo e site integrando parque, aeroportos, hotéis, guias, barcos, restaurantes, eventos, pacotes e avaliações.
- Dados de visitação, satisfação, gasto médio, fluxo por município e desempenho dos prestadores.

### Rotina de gestão

- Reunião mensal de desempenho, painel de indicadores, relatório semestral e prestação de contas pública.
- A rota deve funcionar como produto turístico real: com preço, calendário, reserva, logística e atendimento.

**Resultado esperado • Sem governança, rota turística vira nome bonito no papel. Com governança, vira economia.**

## 18. Módulo 14 - Vale, concessão, CFEM e legado

Objetivo: corrigir a modelagem financeira e institucional para viabilizar o projeto com segurança jurídica, transparência e interesse público.

### Correção sobre CFEM

- A versão original falava em desconto condicionado na CFEM. Essa redação deve ser substituída.
- A CFEM é uma compensação financeira regulada. O município não deve tratar o tema como desconto automático ou renúncia unilateral.
- A redação correta é: estruturar um fundo ou plano de aplicação estratégica de parte das receitas da CFEM para diversificação econômica, turismo, infraestrutura e legado regional, conforme lei, orçamento, controle externo e governança.

### Papel possível da Vale

- A Vale pode ser parceira estratégica, investidora institucional, participante de PMI, estruturadora de projeto, apoiadora de fundo de legado ou eventual operadora em modelo competitivo, se juridicamente permitido.
- A participação deve observar licitação, compliance, transparência, governança pública, metas, indicadores, auditoria e reversão de ativos quando aplicável.
- A Vale deve ser apresentada como âncora potencial de legado, não como dona do futuro da cidade.

### Concessões e subconcessões

- O parque pode ser modelado por concessão, PPP, permissão de uso, subconcessões e parcerias operacionais por módulos.
- Hotelaria, restaurantes, lojas, transporte, eventos, trilhas, mercado criativo e experiências especializadas podem ser operados por parceiros distintos.
- Critérios de prioridade para empresas locais, comunidades, indígenas e pequenos empreendedores devem ser incluídos nos editais sempre que juridicamente possível.

### Frase institucional

- Parte da riqueza que sai do subsolo precisa virar legado permanente acima dele.
- Não é favor; é estratégia territorial, econômica e social.

**Resultado esperado • A modelagem precisa ser ambiciosa, mas juridicamente limpa. Isso aumenta credibilidade e reduz resistência.**

## 19. Módulo 15 - Centro de inovação em bioeconomia e mercado criativo

Objetivo: transformar a floresta em plataforma de conhecimento, produto, renda e tecnologia, sem destruição.

### Bioeconomia

- Laboratório de ideias, coworking verde, mini laboratório experimental, showroom de produtos e espaço maker.
- Pesquisa aplicada em cosméticos naturais, alimentos, óleos, fibras, resinas, pigmentos, cadeias não madeireiras e rastreabilidade.
- Parcerias com IFPA, UFPA, Embrapa, Sebrae, Senai, universidades e empresas de inovação sustentável.

## Mercado criativo

- Biojoias, cerâmica, moda, artesanato, produtos naturais, gastronomia artesanal, arte indígena e produção local.
- Curadoria por edital, rodízio de expositores e prioridade para comunidades, mulheres, jovens e cooperativas.
- Loja física e virtual integrada ao parque e à rota.

**Resultado esperado • Parauapebas pode ser vitrine da nova Amazônia: inovadora, produtiva, criativa e verde.**

## 20. Implantação em fases

Fase	Foco	Entregas principais
0 a Etapa inicial	Estudos, governança inicial e modelagem	Criar grupo técnico; revisar áreas compatíveis; iniciar diálogo com órgãos ambientais; abrir PMI ou estudos de viabilidade; mapear atrativos e municípios da rota; desenhar plano de CFEM-legado.
6 a Expansão inicial	Pilotos e organização regional	Implantar governança da rota; capacitar guias; criar marca; iniciar recepção turística em aeroportos; estruturar pilotos de trilhas, mercado criativo e roteiros ribeirinhos.
12 a Consolidação	Infraestrutura e módulos âncora	Executar portal, trilhas, sinalização, infraestrutura ribeirinha básica, aplicativo, eventos-piloto, hotelaria inicial e centro de experiências.
24 a 3Estruturação	Expansão e consolidação	Implantar módulos premium, teleférico se viável, centro de bioeconomia, calendário regional e operação completa da Rota das Águas.

## 21. Indicadores de sucesso

Eixo	Indicadores sugeridos
Turismo	Número de visitantes, permanência média, taxa de retorno, avaliação do visitante.
Economia	Gasto médio por turista, empregos diretos e indiretos, número de negócios locais integrados.
Rota regional	Municípios participantes, pacotes vendidos, eventos realizados, fluxo por eixo.
Infraestrutura	Pontos ribeirinhos estruturados, guias capacitados, serviços cadastrados, sinalização instalada.
Ambiental	Capacidade de carga respeitada, resíduos coletados, monitoramento de impacto, áreas sensíveis protegidas.
Cultural	Comunidades participantes, receitas destinadas, atividades autorizadas, proteção de imagem e saberes.
Governança	Reuniões realizadas, metas cumpridas, prestação de contas, auditorias e transparência.

## 22. Frases fortes para comunicação pública

- O minério ainda tem força. Mas cidade inteligente não espera a força acabar para pensar no futuro.
- O problema não é ter mineração. O problema é depender só dela.
- O Parque de Carajás transforma legado mineral em futuro verde.
- Parauapebas e Marabá podem ser duas portas de entrada de uma nova rota turística amazônica.
- Não basta ter rio bonito. Tem que ter estrutura para receber bem.
- A floresta é o coração; os rios são as veias; a governança é o cérebro da rota.
- Parte da riqueza que sai do subsolo precisa virar legado acima dele.
- Turismo sem estrutura é potencial desperdiçado. Turismo com gestão vira economia.
- O parque não é só passeio. É transição econômica, cultura, ciência e orgulho regional.

## 23. Cuidados técnicos e jurídicos de redação

Ponto de atenção	Formulação institucional
"A melhor jazida ainda não foi declarada oficialmente."	"Há potencial geológico expressivo em Carajás que deve ser tratado tecnicamente como potencial, recurso ou reserva apenas quando houver declaração formal."
"A Vale terá desconto na CFEM."	"Parte das receitas da CFEM pode ser planejada como instrumento de diversificação e legado, observadas as regras legais, orçamentárias e de controle."
"A floresta é recurso infinito."	"A floresta é um ativo permanente se preservado, manejado com

Ponto de atenção	Formulação institucional
	responsabilidade e transformado em economia sustentável.”
“O parque será dentro da FLONA sem ressalvas.”	“A implantação dependerá de área compatível, plano de manejo, licenciamento e anuência dos órgãos competentes.”
“Cultura indígena como atração turística.”	“Cultura indígena com consulta, protagonismo, remuneração, autonomia e proteção de imagem e saberes.”

## 24. Conclusão institucional

O Parque de Carajás, integrado à Rota das Águas e da Floresta, deixa de ser apenas um equipamento turístico e passa a ser uma estratégia regional de futuro.

A proposta reconhece a importância da mineração e, ao mesmo tempo, enfrenta o risco da dependência econômica. O caminho correto não é negar o ciclo mineral; é usar a força desse ciclo para criar uma nova matriz.

Parauapebas pode liderar o parque e a experiência da floresta. Marabá pode liderar uma porta estratégica das águas. Municípios ribeirinhos podem receber infraestrutura, capacitação e fomento para negócios locais. A Vale pode ser chamada a participar de um pacto de legado. E o setor privado pode transformar essa visão em emprego e renda.

Com planejamento, governança, respeito ambiental e modelagem jurídica correta, Carajás pode construir uma economia que combine ferro, floresta, rios, cultura, ciência e futuro.

**Síntese final • O minério fez Parauapebas crescer. A floresta, os rios e a inovação podem fazer a região permanecer grande. • O futuro não deve ser esperado. Deve ser construído agora.**

## 25. Fontes e bases utilizadas

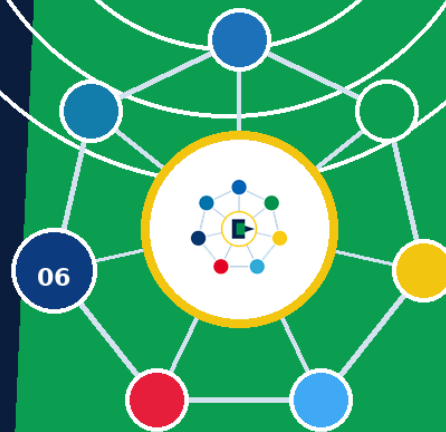
- Projeto original enviado pelo usuário: “Parque de Carajás”.
- Vale. Anúncio do Programa Novo Carajás, com previsão de R\$ 70 bilhões em investimentos até 2030.
- Ministério de Minas e Energia. Anúncio público sobre o Programa Novo Carajás, produção de minério de ferro e cobre na região.
- Aena Brasil. Informações institucionais e técnicas sobre os aeroportos de Marabá e Carajás/Parauapebas.
- CRIRSCO. Definições internacionais para resultados de exploração, recursos minerais e reservas minerais.
- Normas e boas práticas de licenciamento ambiental, consulta livre, prévia e informada e governança pública devem ser verificadas na fase de modelagem.

PROGRAMA 06

# Plantar o Futuro 2.0 - PERP Pará

produção territorial, cadeias e inclusão

MODERNIZA  
PARÁ  
7 PROGRAMAS • 1 FUTURO



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“Do mapa ao contrato; do contrato ao emprego; do emprego à renda local.”*

06 PERP Pará

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

## 06. Plantar o Futuro 2.0 - PERP Pará

*Do mapa ao contrato; do contrato ao emprego; do emprego à renda local.*

### PLANTAR O FUTURO 2.0

PERP Pará - Plano Estadual de Reterritorialização Produtiva, Desenvolvimento Territorial e Inclusão

Diagnóstico, aplicabilidade, referências comparadas e estruturação de projetos

*Versão com mapa, painel de gráficos e ilustrações explicativas para facilitar leitura, decisão e mobilização.*

**Síntese executiva** O base técnica tem uma espinha dorsal boa: zoneamento, Zonas de Desenvolvimento Territorial, empresas âncora/cooperativas, ciência aplicada, financiamento e KPIs. O ponto frágil não é a ideia; é a engenharia de execução. A versão 2.0 abaixo transforma a narrativa em um programa-funil: dados, seleção de projetos, pré-viabilidade, financiamento, contratos, metas públicas e correção de rota. PDF bonito não carrega caminhão; projeto estruturado carrega.

Versão técnica consolidada • 25/04/2026

Base programática: PLANTAR O FUTURO • PERP Pará, base técnica de 13/04/2026.



Figura 1 - Mapa ilustrativo das Regiões de Integração do Pará. Fonte: base técnica, mapa FASEPA, p. 1.

### Mapa do documento

- Parte I - Avaliação profunda: lógica interna, maturidade de execução, aplicabilidade por eixo, riscos e ajustes necessários.
- Parte II - Exemplos históricos: casos que dão base técnica ao modelo e alertas sobre o que evitar.

- Parte III - Versão nova: texto reestruturado do plano, pronto para circular como versão técnica de mobilização e pré-estruturação.
- Anexos - ficha de projeto bancável, checklist anti-captura, matriz de KPIs e referências.

Nesta edição, os elementos visuais foram reinseridos e ampliados: mapa territorial, painel de indicadores, fluxos de execução, funil de projetos, governança, financiamento, riscos, KPIs e planejamento.

Nota de método: esta revisão usa o base técnica, pesquisa documental e benchmarking histórico. Antes de publicação oficial, os números econômicos, agropecuários, turísticos, fiscais e ambientais devem ser validados contra as bases públicas atualizadas e contra as secretarias responsáveis.

## PARTE I - Diagnóstico estratégico e aplicabilidade

### Painel visual de diagnóstico

O mapa e os gráficos deixam clara a lógica: o Pará tem escala produtiva, logística e ativos turísticos/minerais, mas precisa transformar essa força em encadeamento local, produtividade e renda distribuída. Sem visual, o plano vira uma parede de texto; com visual, vira decisão.

### Painel visual de diagnóstico do Pará

Gráficos do documento-base: produção, turismo, portos e mineração orientam a priorização das ZDTs.

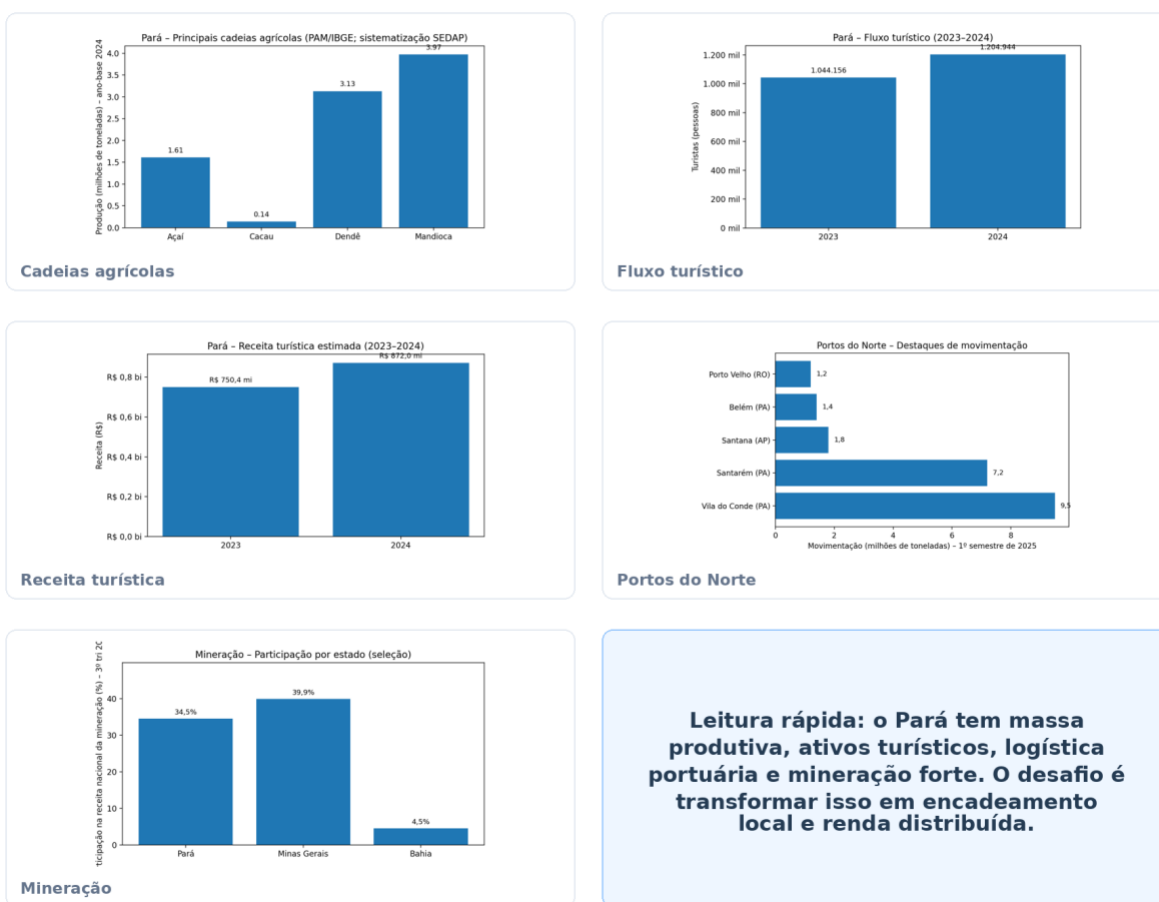


Figura 2 - Painel visual de diagnóstico com gráficos de produção agrícola, turismo, portos e mineração extraídos do base técnica, pp. 3-5.

### 1. Visão técnica

O PERP Pará é logicamente forte como conceito de desenvolvimento territorial. Ele parte de um problema real - concentração de oportunidades, baixa autonomia econômica de muitos municípios, gargalos logísticos e baixa agregação local de valor - e propõe mecanismos compatíveis: zoneamento, projetos por território, empresas âncora e cooperativas, pesquisa aplicada, financiamento híbrido e metas públicas.

A aplicabilidade, porém, ainda depende de uma virada: sair de “programa-guarda-chuva” para “pipeline de projetos executáveis”. Hoje a proposta está madura para mobilização política e institucional; ainda precisa de pré-viabilidade, orçamento, arranjos jurídicos, metas por ZDT, governança de conflitos e fontes de financiamento fechadas para ser executada sem virar um festival de reuniões. Reunião demais é obra invisível.

A versão consolidada neste documento trata o PERP como um funil de desenvolvimento: primeiro mapa e dados; depois seleção; depois estudo; depois contrato; depois execução; depois KPI público; depois escala ou encerramento. Essa lógica evita

o erro clássico de financiar obra sem demanda, incentivar empresa sem contrapartida ou pedir produtividade ao pequeno produtor sem assistência técnica.

## 2. Lógica causal do plano

### Lógica causal do PNRP Pará

O plano só funciona quando aptidão territorial vira projeto, contrato, execução e renda medida.



**Régua de controle: linha de base -> KPIs públicos -> auditoria -> correção de rota -> escala do que funciona**

Figura 3 - Lógica causal consolidada: do diagnóstico e zoneamento à carteira, contratos, execução e impacto.

Cadeia causal proposta Aptidão territorial + infraestrutura + capital humano + mercado + empresa âncora/cooperativa + ATER + crédito + governança = produção com valor agregado, renda local, empregos e maior autonomia municipal.

- A premissa “mapa antes do dinheiro” é correta. Sem zoneamento de aptidão, gargalos e riscos socioambientais, o incentivo vira chute caro.
- A premissa “grande puxa pequeno” é aplicável, mas só com contrato-padrão, assistência técnica, transparência de preço, mediação de conflitos e metas de inclusão. Sem isso, o grande apenas puxa a corda.
- A premissa de financiamento com equity público minoritário é sofisticada e pode ser útil; exige governança societária, critérios de entrada e saída, regra de desinvestimento e blindagem contra escolha política de projetos ruins.
- A premissa do turismo como indústria é boa para emprego e renda rápida, mas precisa de saneamento, segurança, qualificação, gestão de capacidade de carga e calendário comercial. Turismo sem infraestrutura vira paisagem com reclamação no Google.
- A premissa de KPIs públicos é essencial, mas o plano precisa transformar indicadores em contratos de desempenho: baseline, meta, responsável, fonte de dados, periodicidade e consequência se a meta não for cumprida.

## 3. Pontos fortes

- Visão territorial: o plano reconhece que o Pará não é um bloco homogêneo; trabalha com aptidões, corredores e ZDTs.
- Foco em encadeamento: procura transformar mineração, agro, bioeconomia, logística e turismo em redes locais de fornecedores e serviços.
- Integração produtiva: combina empresas, cooperativas, produtores, crédito, ATER e pesquisa aplicada.
- Piloto pragmático: o eixo Guajará/Barcarena tem infraestrutura, portos, indústria, universidades e ZPE; isso reduz o risco inicial.
- Preocupação anti-captura: o documento já prevê compras locais, KPIs, auditoria, controle social e gates de desempenho.
- Uso de ciência e formação: colocar Embrapa, universidades e IFs no centro é um acerto; produtividade não nasce de discurso motivacional.

## 4. Lacunas críticas

- Priorização: a carteira de projetos ainda é ampla e genérica. Falta selecionar poucos projetos com dono, custo, prazo, licenças, mercado, risco e retorno social.
- Governança: o Comitê Estadual e os Conselhos Territoriais precisam de poderes, composição, quórum, regras de conflito de interesse e rotina de decisão.
- Financiamento: equity + crédito + performance é bom no conceito, mas ainda falta a engenharia: fonte, veículo, tese de investimento, critérios de desinvestimento e tratamento fiscal.
- Salvaguardas territoriais: no Pará, regularização fundiária, consulta a povos e comunidades tradicionais, CAR/PRA, rastreabilidade e licenciamento não são detalhes; são condição de existência.
- Capacidade operacional: a etapa inicial de estruturação estão carregados demais. O plano precisa de sprints menores, com entregáveis verificáveis.

- KPI sem baseline: medir emprego, renda, produtividade e ESG exige linha de base por município/ZDT; sem baseline, a meta vira decoração.
- Compras locais: metas são citadas, mas faltam regras de credenciamento, qualificação, preço, prazos de pagamento, padrão de qualidade e resolução de disputas.
- Turismo: a proposta enxerga potencial, mas ainda não estrutura concessões, infraestrutura básica, promoção, governança de destinos e indicadores de qualidade.

## 5. Matriz de avaliação técnica

Eixo	Leitura técnica	Ajuste de aplicabilidade
Diagnóstico territorial	Coerente: usa concentração econômica, urbanização, logística e potencial produtivo como justificativa.	Validar números, georreferenciar dados e separar diagnóstico estadual de diagnóstico por ZDT.
ZDTs	Boa unidade de execução; aproxima produção, logística, capital humano e mercado.	Criar critérios formais de desenho da ZDT: população, corredor, cadeias, governança, risco ambiental e capacidade institucional.
Carteira de projetos	A carteira dá direção estratégica, mas ainda está em nível de intenção.	Converter cada ideia em ficha de projeto com CAPEX/OPEX, licenças, demanda, comprador, beneficiários, risco e KPI.
Empresas âncora e cooperativas	Mecanismo plausível para abrir mercado, tecnologia e escala.	Evitar dependência do produtor com contratos-padrão, comissões de conciliação, preço por qualidade e transparência.
Financiamento	Modelo moderno: crédito, equity, garantias e pagamento por desempenho.	Definir veículo financeiro, governança, elegibilidade, teto de exposição pública e saída planejada.
Ciência, ATER e formação	É o coração produtivo do plano; sem isso, a produtividade não sobe.	Vincular cada ZDT a trilhas de formação, laboratórios e metas de produtividade/perdas.
Turismo como indústria	Bom vetor de emprego, renda e marca territorial.	Adicionar saneamento, segurança, gestão de destinos, capacidade de carga, concessões e qualificação do trade.
KPIs e transparência	Boa intenção de painel público e auditoria.	Criar baseline, metas trimestrais/anuais, fonte de dados, responsável e consequência contratual.
Piloto Guajará/Barcarena	Escolha defensável pela infraestrutura e ZPE.	Reduzir o piloto a 3-5 projetos âncora, com quick wins e prova de integração local.

## 6. Testes de realidade antes de executar

Teste do caixa: Existe fonte de recurso identificada, limite de exposição pública, contrapartida privada e regra de desembolso por marco?

Teste da estrada: A produção realmente chega ao porto, ao mercado, ao hotel ou ao comprador com custo e tempo competitivos?

Teste do produtor: O pequeno produtor ganha renda líquida maior depois de custos, dívida, transporte e risco?

Teste do investidor: Há segurança jurídica, licenças, demanda, energia, mão de obra e governança para colocar capital?

Teste socioambiental: O projeto respeita regularidade fundiária, licenciamento, comunidades tradicionais e rastreabilidade?

Teste do município: A prefeitura consegue licenciar, fiscalizar, manter serviços urbanos e participar da governança?

Teste do fim do mandato: O projeto continua funcionando se trocar governo, secretário ou prefeito?

## 7. Aplicabilidade por horizonte

Horizonte	Aplicabilidade	Entregável mínimo
0-Etapa inicial	Alta para governança, dados e seleção do piloto; baixa para obras ou desembolsos grandes.	Decreto, PMO, base de dados, critérios, 3-5 projetos piloto e painel protótipo.
3-Expansão inicial	Boa para pré-viabilidade, pactos de formação, chamadas de empresas/cooperativas e desenho financeiro.	Estudos técnicos, contratos padrão, chamamentos, acordos com IFs/universidades/Embrapa e estrutura do fundo/garantias.
12-Consolidação	Viável para primeiros projetos se o escopo for estreito.	Execução de hubs de fornecedores, laboratórios, formação, crédito assistido, cadeia do frio e turismo piloto.
Escala territorial	Viável para expandir ZDTs se o piloto entregar indicadores.	Escala para Tocantins/Baixo Tocantins, Nordeste Paraense, Xingu, Tapajós, Marajó e Carajás.
Consolidação	Viável como rede estadual se houver institucionalização e caixa recorrente.	Reciclagem de capital, consolidação de cadeias, diversificação econômica e contratos de longo prazo.

## 8. Principais riscos e salvaguardas

### Riscos críticos e travas de execução

Risco	Como dá errado	Trava prática
Captura econômica	incentivo vira privilégio	compras locais, teto de benefício, auditoria e gate por KPI
Projeto sem demanda	obra pronta sem uso	carteira por cadeia real, operador definido e pré-viabilidade
Crédito não chega	pequeno fica fora	cooperativas de crédito, garantias, aval e educação financeira
Conflito territorial	licença trava e judicializa	zoneamento, consulta quando aplicável e mesa territorial
Baixa produtividade	renda não sobe	ATER obrigatória, P&D aplicado e metas de adoção tecnológica
Enclave mineral/Industrial	riqueza não espalha	fornecedores locais, fundo de diversificação e formação técnica

Figura 4 - Riscos críticos e travas práticas para evitar captura, obras sem demanda, exclusão do pequeno produtor e conflito territorial.

Risco	Efeito provável	Salvaguarda operacional
Captura por grupos econômicos	Incentivo vira privilégio e não gera encadeamento local.	Metas contratuais de compras locais, publicação de benefícios, auditoria e gatilhos de suspensão.
Projeto sem demanda	Obra pronta e subutilizada.	Pré-viabilidade de mercado e carta de intenção de compradores antes do investimento.
Conflito fundiário/socioambiental	Judicialização, atraso, perda reputacional e dano social.	Triagem fundiária e ambiental antes da seleção, consulta quando aplicável e rastreabilidade.
Dependência do produtor	Integração vira relação desigual.	Contrato-padrão, comissão de conciliação, assistência independente e dados de custo abertos.
Falta de ATER	Produtividade não cresce e crédito vira dívida.	ATER financiada como item obrigatório do projeto, com metas de adoção tecnológica.
Financiamento sem governança	Capital público mal alocado.	Comitê de investimento técnico, critérios de elegibilidade, teto por projeto e saída planejada.
Turismo predatório ou sazonal	Renda baixa, pressão ambiental e qualidade irregular.	Gestão de destino, saneamento, capacidade de carga, qualificação e formalização.
Troca de governo	Descontinuidade.	Lei/decreto, carteira pública, contratos plurianuais e painel de resultados.

## PARTE II - Exemplos históricos que embasam o modelo

### Benchmarking histórico: o que copiar e o que evitar



Figura 5 - Benchmarking histórico: casos usados como base técnica e alertas para o PERP Pará.

Os casos abaixo não são “modelos para copiar”. São evidências de mecanismos que funcionam sob certas condições: coordenação territorial, infraestrutura, formação, vínculo com mercado, governança local, pesquisa aplicada e controle de captura. Copiar sem adaptar é turismo institucional; aprender e ajustar é política pública.

### 1. Benchmarking resumido

Caso	O que aconteceu	Lição para o PERP	Cuidado
Tennessee Valley Authority, EUA	Autoridade regional criada em 1933 para integrar energia, controle de cheias, navegação, reflorestamento, agricultura e desenvolvimento econômico.	O PERP precisa de mandato e PMO com poder real de coordenação, não apenas comitê decorativo.	A TVA também gerou deslocamentos e controvérsias ambientais; infraestrutura grande exige salvaguardas sociais. [H1][H2]
Zonas Econômicas Especiais e clusters chineses	Casos como Shenzhen mostram que zonas funcionam quando há infraestrutura, serviços empresariais, capacitação, FDI, inovação e link com a economia local.	Barcarena/ZPE deve ser tratada como plataforma de fornecedores, tecnologia e exportação, não só área com incentivo.	Zonas podem fracassar por excesso de obra, baixa demanda ou foco em renúncia fiscal sem encadeamento. [H3]
Embrapa e transformação agrícola brasileira	A descentralização de centros de pesquisa por ecossistemas ajudou a adaptar tecnologia a realidades locais.	Cada ZDT deve ter pacote tecnológico próprio, laboratório, ATER e meta de produtividade.	Produtividade não pode virar expansão desordenada; rastreabilidade e recuperação de áreas são essenciais. [H4]
Integração avícola e suinícola no Brasil	Agroindústrias e cooperativas fornecem insumos, assistência técnica e mercado; produtores executam parte da produção.	Base técnica para “grande puxa pequeno”, desde que com contrato claro, assistência e governança de negociação.	Risco de assimetria contratual e dependência; usar comissões de conciliação e transparência de custos. [H5][H6][H7]
FELDA, Malásia	Programa de desenvolvimento de área com reassentamento, infraestrutura, lote produtivo, crédito, serviços e integração a cadeias de óleo de palma/borracha.	Mostra que renda rural exige pacote completo: terra/ativo, infraestrutura, assistência, mercado e serviços sociais.	Atenção a monocultura, dívida, sucessão familiar, passivo ambiental e dependência de commodity. [H8][H9]
OVOP - One Village, One Product, Japão	Movimento iniciado em Oita em 1979 para valorizar recursos locais, produtos diferenciados e marca territorial.	Útil para Marajó, Tapajós, Xingu e Baixo Tocantins: identidade + qualidade + mercado + turismo.	Produto local sem padrão, logística e promoção vira souvenir caro enalhado. [H10]
LEADER/CLLD, União Europeia	Modelo bottom-up com grupos locais público-privados que desenham e selecionam projetos territoriais.	Base para Conselhos Territoriais por ZDT e oficinas de zoneamento com participação local.	Auditorias apontam custos administrativos, lentidão e dificuldade de comprovar adicionalidade; simplificar e medir. [H11]
PNAE e compras da agricultura familiar, Brasil	Política federal usa compras institucionais para criar mercado regular para produtores familiares.	O PERP pode usar compras públicas e privadas como âncora de demanda, com metas e chamadas transparentes.	Exige organização de oferta, regularidade sanitária, logística, preço e capacidade de entrega. [H12]
Carajás como alerta brasileiro	A mineração gera receita e atividade, mas estudos apontam limites na distribuição de benefícios e diversificação local.	A ZDT Carajás deve focar fornecedores, CFEM para diversificação e fundo pós-mineração.	Sem planejamento, a riqueza mineral vira enclave: muito volume, pouco desenvolvimento local durável. [H13]

### 2. Lições transversais dos casos

- Desenvolvimento territorial não nasce de uma obra isolada. Nas experiências bem-sucedidas, infraestrutura, mercado, capital humano e governança aparecem juntos.
- A unidade de execução precisa ser menor que o estado e maior que o município: bacia, corredor, região funcional ou ZDT. Isso combina com a proposta do PERP.

- Empresas âncora ajudam quando criam fornecedores, transferem tecnologia e compram localmente. Quando operam como enclave, concentram renda e conflito.
- Pesquisa aplicada muda produtividade quando está próxima dos biomas, dos produtores e dos gargalos reais. O laboratório precisa visitar a roça e a indústria.
- Compras públicas e privadas podem criar demanda estável, mas exigem padronização, inspeção, qualidade, logística e pagamento em dia.
- Participação local aumenta legitimidade, mas pode ficar lenta; por isso os Conselhos Territoriais devem ter rito simples, calendário fixo e poder claro.
- O melhor piloto é aquele que prova o mecanismo em pequena escala: poucos projetos, metas visíveis e correção rápida. Piloto grande demais é só fracasso em formato panorâmico.

## PARTE III - Estrutura programática consolidada

### PLANTAR O FUTURO 2.0

#### PERP Pará - Plano Estadual de Reterritorialização Produtiva, Desenvolvimento Territorial e Inclusão

Versão técnica para validação, mobilização de parceiros e pré-estruturação de projetos. Baseada na matriz técnica de 13/04/2026 e ajustada com avaliação de lógica, aplicabilidade e benchmarking histórico.

#### 1. Ideia central

O PERP Pará é um programa estadual de desenvolvimento territorial que transforma aptidões locais em cadeias produtivas de alto valor, conectando zoneamento, infraestrutura, ciência aplicada, empresas âncora, cooperativas, crédito, turismo, compras locais e metas públicas de inclusão.

A unidade de execução são as Zonas de Desenvolvimento Territorial (ZDTs). Cada ZDT terá uma carteira de projetos estruturados, pacote de formação, assistência técnica, instrumentos de financiamento e compromissos de compras locais, formalização, renda, rastreabilidade e proteção territorial.

**Frase-guia Do mapa ao contrato. Do contrato ao emprego. Do emprego à renda local. Da renda local à autonomia territorial.**

#### 2. Objetivos estratégicos

- Aumentar a agregação local de valor nas cadeias de açaí, mandioca, cacau, dendê, pescado, bubalinos, grãos, mineração, bioeconomia, turismo e serviços avançados.
- Reduzir gargalos logísticos e perdas pós-colheita por meio de infraestrutura direcionada a cadeias reais, não a obras soltas.
- Fortalecer pequenos produtores, cooperativas, MEIs e MPMEs por contratos, ATER, crédito, certificação, compras locais e qualificação.
- Criar empregos formais e elevar renda média em cidades do interior, especialmente em cadeias com maior potencial de inclusão de jovens e mulheres.
- Usar ciência, educação técnica e inovação como motores de produtividade sustentável.
- Reduzir risco de enclave econômico, especialmente em mineração e grandes plantas industriais, por desenvolvimento de fornecedores e fundos de diversificação.
- Proteger ativos ambientais, comunidades tradicionais e segurança jurídica por rastreabilidade, regularização, consulta quando aplicável e metas ESG auditáveis.

#### 3. Princípios operacionais

Mapa antes do incentivo: Incentivo só entra após zoneamento técnico, checagem fundiária/ambiental e análise de mercado.

Cadeia antes da obra: Toda obra deve estar vinculada a uma cadeia produtiva, demanda identificada e operador responsável.

Inclusão antes do subsídio: Benefícios públicos dependem de compras locais, integração de pequenos, qualificação e metas sociais.

ATER antes da cobrança: Produtor não pode ser cobrado por produtividade sem assistência técnica, insumos adequados e crédito compatível.

Contrato antes da promessa: Relações entre âncoras, cooperativas e produtores devem ter preço, qualidade, prazo, assistência e solução de conflito.

Transparência antes da foto: Carteira, incentivos, contrapartidas, KPIs, auditorias e desembolsos devem ser públicos.

Piloto pequeno, régua grande: Começar com poucos projetos bem medidos e escalar apenas o que entrega resultado.

## 4. Arquitetura institucional

### Governança: decisão rápida, controle público

Separar estratégia, território e execução reduz captura e improviso.



Figura 6 - Modelo de governança proposto: Comitê Estadual/PMO, Conselhos Territoriais, SPVs/projetos e atores de execução.

Instância	Função	Composição/observação
Comitê Estadual do PERP	Define diretrizes, aprova ZDTs, prioriza carteira e integra secretarias.	Poder Executivo/Casa Civil, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, educação, turismo, finanças, planejamento e controle.
PMO - Escritório de Projetos	Transforma ideia em projeto: planejamento, risco, estudos, indicadores, contratos e prestação de contas.	Equipe técnica com gestão de projetos, finanças, engenharia, socioambiental, jurídico e dados.
Conselho Territorial por ZDT	Valida diagnóstico, acompanha carteira, monitora conflitos e resultados.	Municípios, cooperativas, produtores, empresas, IFs/universidades, comunidades, sociedade civil e bancos.
Facility de Estruturação	Financia estudos, modelagens, projetos básicos, EVTEA, licenciamento inicial e desenho de PPP/concessão.	Pode operar com recursos estaduais, federais, bancos de desenvolvimento, fundos climáticos e cooperação.
Veículo de co-investimento	Aporta capital minoritário ou garantias em projetos elegíveis, com saída planejada.	Modelo a definir: fundo, holding, FIP, fundo garantidor ou combinação.
Painel Público de KPIs	Publica carteira, metas, desembolsos, contrapartidas, indicadores e alertas.	Open data, auditoria independente e linguagem simples.

## 5. Método de execução: funil de projetos

Modelo de execução - do zoneamento ao impacto (PNRP/Pará)

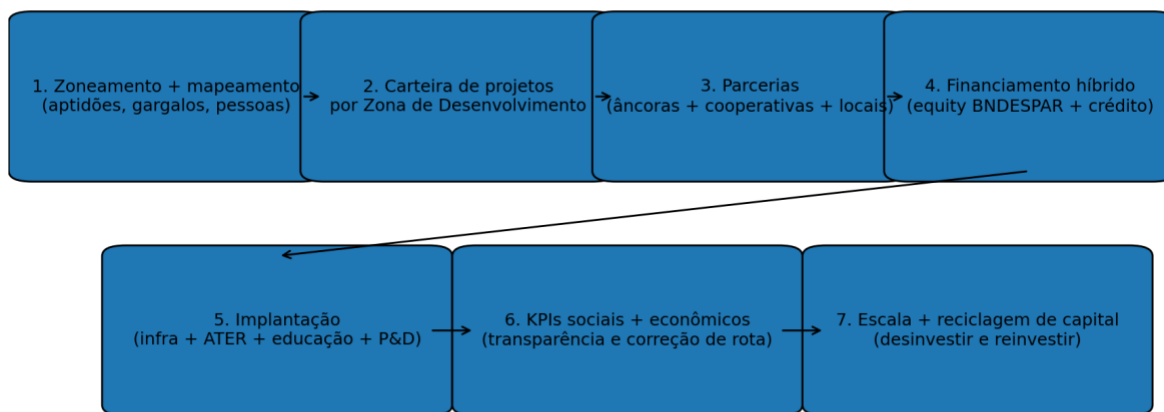


Figura 7 - Fluxo de execução original do base técnica: zoneamento, carteira, parcerias, financiamento, implantação, KPIs e escala, p. 6.

### Funil de projetos: do mapa ao contrato

A ideia boa só entra na carteira executiva depois de passar por filtros técnicos e sociais.



Figura 8 - Funil de projetos consolidado: filtros técnicos e sociais antes de contrato, financiamento e escala.

Base de dados: consolidar mapas de aptidão, produção, infraestrutura, risco ambiental, CAR/PRA, terras públicas, comunidades tradicionais, educação, saúde, segurança, logística e mercado.

Desenho da ZDT: definir território funcional com base em cadeias, corredores, serviços e governança possível.

Chamada de projetos: receber propostas de empresas, cooperativas, municípios, instituições de ensino, consórcios e comunidades.

Triagem técnica: checar aderência à ZDT, legalidade fundiária/ambiental, demanda, inclusão, risco e capacidade do proponente.

Pré-viabilidade: estimar CAPEX, OPEX, receita, beneficiários, emprego, impacto ambiental, licenças, risco e fontes de financiamento.

Contrato e financiamento: estruturar SPV, convênio, PPP, concessão, termo de cooperação, crédito ou equity conforme o projeto.

Execução com gates: liberar recursos por marcos físicos, sociais e produtivos.

Monitoramento público: publicar indicadores trimestrais e corrigir rota.

Escala ou encerramento: ampliar o que funciona, redesenhar o que é promissor e encerrar o que não entrega.

## 6. Critérios de seleção de projetos

Critério	Pergunta de corte
Mercado	Existe comprador, demanda estimada, rota comercial ou substituição clara de importação/atravessamento?
Inclusão	Quantos pequenos produtores, famílias, cooperativas, MEIs/MPMEs, jovens e mulheres entram na cadeia?
Valor agregado	O projeto processa, certifica, rastreia, diferencia, industrializa ou melhora preço?
Viabilidade logística	A rota, armazenagem, energia, internet, frio e saneamento são compatíveis com o produto?
Legalidade socioambiental	Há conformidade fundiária, licenciamento, CAR/PRA, consulta quando aplicável e rastreabilidade?
Capacidade de execução	Existe operador, equipe, governança, planejamento, manutenção e responsabilidade definida?
Co-investimento	Há contrapartida privada/cooperativa/municipal ou mecanismo de retorno público?
Produtividade	O projeto inclui ATER, tecnologia, laboratório, capacitação e meta de produtividade/perdas?
Transparência	Os dados de investimento, incentivo, beneficiários, compras locais e metas serão públicos?

## 7. Zonas de Desenvolvimento Territorial - carteira consolidada



Figura 9 - Regiões de Integração do Pará como base para desenho das ZDTs. Fonte: base técnica, p. 1.

ZDT	Vocação principal	Projetos prioritários	Observação
ZDT 01 - Guajará/Barcarena	Logística, ZPE, indústria, fornecedores, bioativos, eventos, turismo e serviços avançados.	Fornecedores locais, laboratório de qualidade, hub de frio, capacitação industrial, turismo Belém-Barcarena-Marajó.	Piloto estadual.
ZDT 02 - Tocantins/Baixo Tocantins	Açaí, mandioca, dendê, agroindústria, cadeia do frio e rotas fluviais.	Parques agroindustriais, packing houses, rastreabilidade, certificação e turismo gastronômico/fluvial.	Conectar ao piloto via logística e compradores.
ZDT 03 - Tapajós/BR-163	Corredor logístico, grãos, serviços, turismo de rio e bioeconomia.	Serviços logísticos, manutenção, turismo estruturado, governança territorial e rastreabilidade.	Alta sensibilidade socioambiental.
ZDT 04 - Xingu/Transamazônica	Cacau, agroflorestas, energia, bioindústria e turismo de natureza.	Centro de excelência do cacau, microindústrias, marcas territoriais e ATER agroflorestal.	Prioridade para produtividade sem expansão irregular.
ZDT 05 - Carajás	Mineração, metalmecânica, fornecedores, manutenção, tecnologia e diversificação pós-mineração.	Programa de fornecedores, parque metalmecânico, fundo CFEM de diversificação e formação técnica.	Evitar enclave e dependência mineral.
ZDT 06 - Marajó	Bubalinos, pesca, lácteos, turismo de experiência, cultura e artesanato.	Inspeção sanitária, gelo/frio, marca Marajó, formação de guias e conectividade.	Saneamento e logística são gargalos centrais.
ZDT 07 - Nordeste Paraense	Pescado, mariscos, hortifrúti, mandioca, litoral turístico, agroindústria e distribuição.	Centros de distribuição/frio, orlas e concessões, APLs de alimentos e roteiros culturais.	Emprego rápido se houver saneamento e qualificação.

## 8. Piloto Guajará/Barcarena: escopo enxuto

O piloto deve provar o mecanismo do PERP com poucos projetos e metas claras. A lógica é usar infraestrutura existente, ZPE, porto, universidades e demanda industrial para criar encadeamento local. O piloto não precisa resolver o Pará inteiro; precisa provar que o modelo funciona.

Projeto piloto	Finalidade	Indicador de entrega
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais	Qualificar MPMEs e cooperativas para vender à ZPE, indústrias, portos, turismo e governo.	Empresas qualificadas, contratos locais, empregos formais e compras regionais.
Centro de Qualidade, Rastreabilidade e Certificação	Apoiar alimentos, bioativos, açaí, mandioca, pescado e fornecedores industriais com testes e padrões.	Produtos com certificação, redução de rejeição, acesso a mercados.
Hub de Frio e Logística do Baixo Tocantins-Gujará	Reduzir perdas e conectar produção regional a Belém, Barcarena, Marajó e exportação.	Câmaras frias, rotas, packing, contratos e redução de perdas.
Polo de Formação Técnica Industrial e Logística	Formar jovens e trabalhadores em manutenção, solda, automação, qualidade, logística e segurança.	Concluintes empregados, certificações e produtividade.
<b>Rota Turismo, Gastronomia e Eventos</b>	Conectar Belém, Barcarena, ilhas e Marajó por experiências culturais, gastronômicas e fluviais.	Produtos turísticos, ocupação, ticket médio, formalização.
Linha de Crédito Assistido para MPMEs e Cooperativas	Financiar adequação produtiva com ATER/consultoria obrigatória.	Crédito com menor inadimplência, mais vendas e formalização.

## 9. Modelo de integração produtiva com proteção ao pequeno

**Regra de ouro A empresa âncora ou cooperativa só deve receber incentivo se a base local ganhar mercado, renda, qualificação e poder de negociação. Sem contrapartida, incentivo é só desconto para quem já tinha força.**

- Contrato-padrão com preço, volume, prazo, qualidade, assistência técnica, forma de pagamento, reajuste e solução de conflito.
- Preço por qualidade e produtividade, com critérios simples e auditáveis.
- ATER contínua financiada no projeto, com metas de visitas, adoção tecnológica e redução de perdas.
- Comissão Territorial de Integração e Conciliação, inspirada em mecanismos setoriais de mediação, para resolver conflitos entre integradores e integrados.
- Metas mínimas de compras locais e desenvolvimento de fornecedores, separando compras de baixo, médio e alto valor agregado.
- Dados de custo e desempenho compartilhados com produtores e cooperativas, preservando confidencialidade comercial quando necessário.
- Assistência jurídica e gerencial para cooperativas e associações locais.
- Plano de saída: produtor deve poder diversificar comprador ou produto quando houver concentração excessiva.

## 10. Financiamento: arquitetura de capital

### Arquitetura financeira: capital com meta

Cada camada financia um risco diferente. Resultado: menos improvável e mais cobrança por entrega.

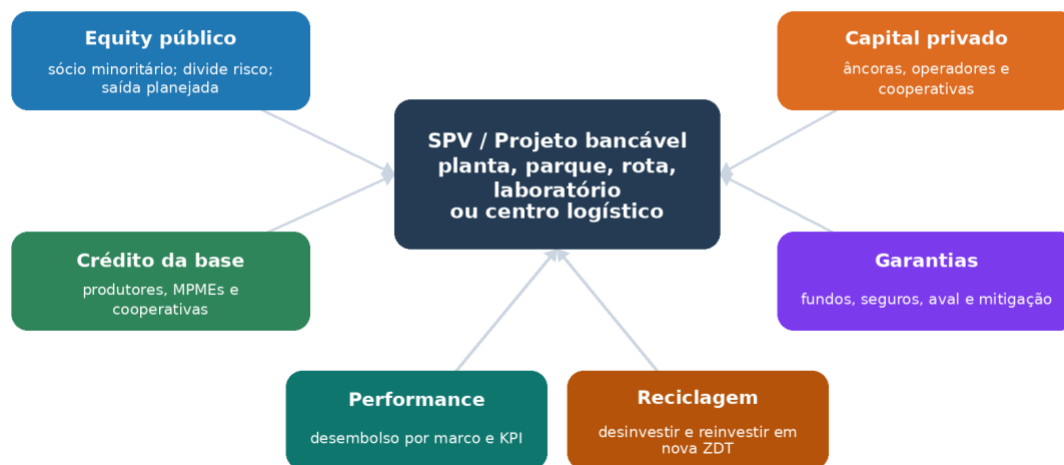


Figura 10 - Arquitetura financeira: equity público minoritário, capital privado, crédito para a base, garantias, performance e reciclagem de capital.

Camada	Instrumento	Uso
Estruturação	Facility de estudos e projetos	Paga EVTEA, modelagem jurídica, ambiental, engenharia, mercado e contrato.
Base produtiva	Crédito assistido + garantias	Custeio e investimento para produtores, cooperativas e MPMEs, com ATER e educação financeira.
Projetos âncora	SPVs, PPPs, concessões, fundos ou co-investimento	Cada ativo relevante tem governança, operador, metas, receita e prestação de contas.
Risco público	Fundo garantidor e tranches de desempenho	Reduz risco de crédito sem bancar projeto ruim; desembolsa por metas.
Capital paciente	Equity minoritário com saída planejada	Estado/fundo entra para destravar projeto e sai quando o ativo amadurece.
Bioeconomia/ESG	Fundos climáticos, restauração, rastreabilidade e PSA	Atrai capital verde se houver métrica confiável e proteção territorial.
Mineração	CFEM e fundo de diversificação	Transforma renda mineral finita em economia local durável.

## 11. Ciência, ATER e formação

Cada ZDT deve ter um “Pacto de Produtividade” com instituições de ensino, pesquisa, extensão e setor produtivo. O pacto define cursos, laboratórios, metas de produtividade, assistência técnica, inovação e redução de perdas.

- Trilhas técnicas por ZDT: logística e manutenção em Guajará/Barcarena; agroindústria no Baixo Tocantins; turismo e gestão ambiental no Tapajós; agrofloresta e cacau no Xingu; metalmecânica em Carajás; alimentos e turismo no Marajó e Nordeste Paraense.
- Laboratórios de qualidade e certificação para alimentos, pescado, lácteos, bioativos, madeira legal, rastreabilidade e turismo.
- ATER com metas: número de produtores atendidos, frequência, adoção de práticas, produtividade, renda líquida e redução de perdas.
- Projetos de inovação rápida: editais de 6 a Expansão inicial para resolver gargalos concretos de cadeia produtiva.
- Formação empreendedora: gestão de custos, preço, negociação, cooperativismo, compras públicas, marketing territorial e finanças.

## 12. Turismo como indústria territorial

O turismo entra como carteira produtiva, não como enfeite. Ele combina hotelaria, alimentação, transporte, cultura, natureza, eventos, guias, artesanato, tecnologia, segurança e saneamento. O plano deve tratar destino turístico como cadeia de valor.

- Criar rotas integradas: Belém-Barcarena-Marajó; Tapajós; Xingu; Nordeste Litorâneo; Carajás técnico/geoturístico.
- Estruturar concessões e PPPs para parques, orlas, centros de visitantes e equipamentos turísticos com metas de manutenção e inclusão local.
- Qualificar o trade: guias, pousadas, restaurantes, transporte, atendimento, idiomas, segurança alimentar e gestão digital.
- Medir visitantes, ocupação, ticket médio, emprego, satisfação, sazonalidade e impacto ambiental.

- Conectar turismo a produção local: açaí, farinha, cacau, queijo do Marajó, pescado, artesanato, gastronomia e festivais.

### 13. Salvaguardas socioambientais e territoriais

- Triagem fundiária e ambiental obrigatória antes de qualquer projeto entrar na carteira executiva.
- Critério de exclusão para projeto associado a desmatamento ilegal, conflito fundiário não tratado ou descumprimento trabalhista grave.
- Rastreabilidade progressiva por cadeia, começando por produtos exportáveis, alimentos, madeira, cacau, açaí, pescado e pecuária.
- Integração com CAR/PRA, regularização fundiária, licenciamento, zoneamento ecológico-econômico e diretrizes territoriais.
- Consulta e participação de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais quando o projeto afetar seus territórios ou modos de vida.
- Metas de recuperação de áreas degradadas, baixa emissão, saneamento e redução de perdas.

### 14. KPIs e painel público

#### Ciclo de KPIs públicos: meta sem baseline é palpite



Figura 11 - Ciclo de KPIs públicos: linha de base, meta, execução, coleta, painel, correção e escala.

Dimensão	Indicadores	Fonte provável	Frequência
Renda e trabalho	Empregos formais, renda média, massa salarial, MEIs/MPMEs formalizadas, compras locais.	RAIS/CAGED, notas fiscais, dados de compras, pesquisas locais.	Trimestral/semestral.
Produtividade	Produtividade por hectare/unidade, perdas pós-colheita, adoção de boas práticas, produtores com ATER.	ATER, Embrapa/IFs, cooperativas, dados de produção.	Trimestral/safra.
Inclusão	Famílias atendidas, mulheres, jovens, comunidades tradicionais, cooperativas participantes.	Cadastros do programa e auditoria social.	Trimestral.
Infraestrutura	Capacidade de armazenagem/frio, tempo de escoamento, conectividade, energia, saneamento relacionado ao projeto.	Secretarias, operadores, concessionárias.	Trimestral.
Financiamento	Crédito liberado, inadimplência, garantias usadas, equity investido, recursos alavancados.	Bancos, fundo, PMO.	Mensal/trimestral.
Turismo	Visitantes, ocupação, ticket médio, empregos no trade, satisfação, formalização.	SETUR, hotéis, plataformas, pesquisas.	Mensal/sazonal.
ESG e legalidade	Rastreabilidade, regularidade ambiental, auditorias, emissões, áreas recuperadas, conflitos tratados.	SEMAS, CAR/PRA, auditorias, painel de conflitos.	Trimestral/anoal.

## 15. Roteiro de implantação

### Roteiro de implantação: começar pequeno, escalar forte



Figura 12 - Roteiro de implantação: 0-Etapa inicial, 0-Consolidação e Escala e consolidação.

Prazo	Ação	Entrega
Primeiros 30 dias	Ato de criação do PERP, designação do PMO, definição de governança e minuta de regimento.	Comitê instalado e PMO nomeado.
Pactuação federativa	Base de dados inicial, critérios de seleção, matriz de riscos e seleção dos 3-5 projetos piloto.	Carteira piloto publicada.
Carteira inicial	Chamamento de âncoras/cooperativas, acordos com instituições de ensino/pesquisa e painel público protótipo.	Pactos assinados e dashboard no ar.
3-Estruturação	Pré-viabilidade dos projetos piloto, contratos-padrão, desenho financeiro e plano de ATER/formação.	EVTEAs e minutas contratuais.
6-Expansão inicial	Primeiros contratos, crédito assistido, capacitação, laboratórios e fornecedores locais.	Primeiros beneficiários e compras locais.
12-Consolidação	Execução dos ativos piloto, auditoria, revisão de metas e expansão controlada para 1-2 ZDTs.	Relatório de impacto e decisão de escala.
Escala territorial	Rede estadual de ZDTs, fundos de diversificação, clusters produtivos e rotas turísticas estruturadas.	Projetos maduros e carteira expandida.
Consolidação	Reciclagem de capital, consolidação de cadeias e redução de dependência econômica local.	Portfólio sustentável e institucionalizado.

## 16. Condições mínimas para o PERP sair do papel

- Um único PMO com autoridade técnica para cobrar secretarias, municípios e parceiros.
- Carteira inicial pequena: no máximo 3-5 projetos piloto em Guajará/Barcarena.
- Ficha bancável obrigatória para cada projeto.
- Painel público desde o começo, mesmo simples.
- Contrato-padrão de integração produtiva e compras locais.
- ATER e formação como item obrigatório de orçamento, não como “parceria futura”.
- Salvaguarda fundiária e ambiental antes do recurso.
- Financiamento por marcos de desempenho.
- Auditoria independente anual e avaliação trimestral de rota.
- Institucionalização por ato normativo e integração ao PPA/orçamento.

## ANEXO I - Ficha de projeto bancável

Campo	Conteúdo mínimo
1. Nome do projeto	Título curto, ZDT e cadeia produtiva.
2. Problema	Gargalo que o projeto resolve: logística, qualidade, mercado, sanidade, formação, energia, turismo etc.
3. Beneficiários	Produtores, cooperativas, MPMEs, famílias, jovens, mulheres, comunidades, municípios.
4. Proponente e operador	Quem propõe, quem opera, quem mantém e quem responde pelo resultado.
5. Mercado/comprador	Demanda, comprador provável, rota comercial, preço, concorrência e requisitos de qualidade.

Campo	Conteúdo mínimo
6. Escopo físico	Obra, equipamento, serviço, tecnologia, capacitação, ATER, licenças.
7. CAPEX/OPEX	Investimento inicial, custo anual, manutenção e fonte de recursos.
8. Modelo jurídico	SPV, convênio, concessão, PPP, contrato privado, termo de cooperação, fundo, crédito etc.
9. Inclusão local	Metas de compras locais, fornecedores, famílias, ATER, formalização e renda.
10. Risco socioambiental	Fundiário, licenciamento, CAR/PRA, comunidades, rastreabilidade e mitigação.
11. Indicadores	Baseline, metas, fonte, frequência e responsável.
12. Planejamento	Marcos de 30, 60, Etapa inicial; 6, 12, Consolidação.
13. Gate de decisão	Condição para liberar dinheiro, escalar, redesenhar ou encerrar.

## ANEXO II - Checklist anti-captura

- O benefício público foi publicado com valor, prazo, justificativa e contrapartidas?
- Há meta mínima de compras locais e desenvolvimento de fornecedores?
- Há meta de pequenos produtores/cooperativas integrados?
- A remuneração do produtor é transparente e auditável?
- Existe canal de reclamação e comissão de conciliação?
- O incentivo é liberado por desempenho ou pago antecipadamente sem trava?
- Há conflito de interesse no Comitê ou no Conselho Territorial?
- A auditoria independente terá acesso a contratos e dados de execução?
- O projeto tem plano de transferência de tecnologia e capacitação?
- Há alternativa caso a âncora desista ou descumpra metas?

## ANEXO III - Fontes de financiamento possíveis

Fonte/instrumento	Uso provável
BNDES/BNDESPAR e bancos públicos	Crédito, garantias, equity minoritário, estruturação e inovação.
Banco da Amazônia/FNO	Crédito regional, produtores, cooperativas, agroindústria e MPMEs.
Cooperativas de crédito	Capilaridade, educação financeira e crédito assistido.
Fundos estaduais/municipais	Contrapartida, garantias, estudos e diversificação econômica.
CFEM e receitas setoriais	Diversificação pós-mineração e qualificação de fornecedores.
PPPs/concessões	Turismo, logística, parques, centros de visitantes e infraestrutura.
Debêntures incentivadas e infraestrutura	Projetos com receita e ativos elegíveis.
Fundos climáticos/ESG	Rastreabilidade, restauração, bioeconomia, baixo carbono e saneamento.
Compras públicas e privadas	Demanda institucional para agricultura familiar, cooperativas e MPMEs.

## Referências selecionadas

*Nota visual: as figuras 1, 2, 7 e 9 reaproveitam ou consolidam mapa, gráficos e fluxo do base técnica. As demais ilustrações foram criadas nesta revisão para explicitar lógica, governança, financiamento, riscos e implantação.*

Base técnica

[D0] PLANTAR O FUTURO • PERP Pará - base técnica para mobilização de parceiros, 13/04/2026. - Usado como base principal desta avaliação e da versão consolidada.

Fontes de contexto do Pará

[D1] FAPESPA - Relatório PIB do Pará 2023 - PIB estadual de 2023 e crescimento real.

[D2] MDIC - Decreto cria ZPE de Barcarena no Pará - ZPE, projeto-âncora e expectativa de investimentos/empregos.

[D3] Ministério de Portos e Aeroportos - Porto de Vila do Conde em 2025 - Movimentação portuária e relevância logística.

Benchmarking histórico e técnico

[H1] National Archives - Tennessee Valley Authority Act (1933) - Criação da TVA e missão regional.

[H2] TVA - Our History - Histórico institucional da autoridade regional.

[H3] World Bank - How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China's Rapid Development? - Lições sobre SEZs, clusters, infraestrutura, serviços e linkages.

[H4] Akerman et al. - Embrapa and Brazil's Agricultural Revolution - Efeitos de P&D descentralizado na produtividade agrícola.

[H5] Embrapa - Sistema Integrado de Produção de Frango de Corte em Pequenas Propriedades Rurais - Modelo de integração vertical com insumos e assistência técnica.

[H6] Embrapa - Estruturas de governança e mecanismos de coordenação na suinocultura brasileira - Contratos, coordenação, suporte técnico e padrões de qualidade.

[H7] CNA - Programa CADEC Brasil - Governança e apoio a produtores integrados de aves e suínos.

[H8] FAO - Social Progress Through Land Development: Lessons from Malaysia's FELDA - Histórico, infraestrutura e financiamento do modelo FELDA.

[H9] World Bank - Agricultural Transformation and Inclusive Growth: The Malaysian Experience - Transformação agrícola, pequenos produtores e desenvolvimento de área.

[H10] JICA - OVOP: One Village, One Product Movement - Origem em Oita e aprendizagem para revitalização comunitária.

[H11] European Court of Auditors - Special report: EU's LEADER approach for rural development - Modelo bottom-up e alertas de custo/avaliação.

[H12] FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Compras da agricultura familiar e mercado institucional.

[H13] IPEA - Royalties minerais e promoção do desenvolvimento socioeconômico: Projeto Carajás em Parauapebas - Alerta sobre limites de desenvolvimento local via royalties e mineração.

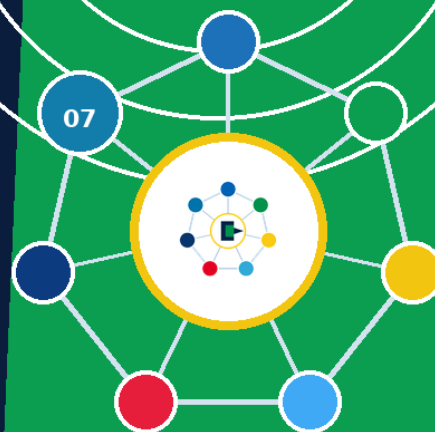
*Data de acesso das fontes web: 25/04/2026. Antes de publicação oficial, recomenda-se confirmar todos os links, atos legais e séries de dados diretamente nas fontes primárias.*

PROGRAMA 07

# Pará Moradia Digna e Cidades Completas

casa, saneamento, cidade e presença do Estado

MODERNIZA  
PARÁ  
7 PROGRAMAS • 1 FUTURO



## ESSÊNCIA DO PROGRAMA

*“Casa sem cidade não é solução: é problema novo com telhado.”*

**07** Moradia Digna

Moderniza Pará | 7 programas • 1 futuro

## 07. Pará Moradia Digna e Cidades Completas

*Casa sem cidade não é solução: é problema novo com telhado.*

### JUNIOR DO MACRE | REPUBLICANOS

#### PROGRAMA ESTADUAL PARÁ

#### MORADIA DIGNA E CIDADES COMPLETAS

Plano permanente de mapeamento, pactuação e execução integrada de habitação, saneamento, infraestrutura urbana e regularização fundiária

PARÁ

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

Este programa transforma a pauta da moradia em uma política estadual permanente, com comando técnico, presença territorial e integração federativa. A prioridade é tirar o Estado do improvisado: mapear os 144 municípios, identificar o déficit habitacional e de infraestrutura, pactuar metas com as prefeituras, estruturar projetos executivos e contratar obras com fontes estaduais, federais e financeiras.

O eixo central é o Mapa 144: um diagnóstico georreferenciado de todas as cidades paraenses, incluindo áreas urbanas, distritos, comunidades ribeirinhas, ilhas, assentamentos precários, áreas de risco, necessidades de saneamento, drenagem, pavimentação, equipamentos públicos e regularização fundiária. O mapa vira carteira de projetos, e a carteira vira obra. Sem mapa, governo vira achismo com crachá.

A proposta reconhece que casa sem cidade não resolve. Moradia digna precisa vir junto com água, esgoto, drenagem, iluminação, mobilidade, escola, saúde, assistência social, internet e segurança territorial. O Estado deve atuar como coordenador: municípios entram com diagnóstico local, cadastro, terrenos, licenciamento e manutenção; o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, entra com programas e recursos; a Caixa Econômica Federal atua como agente financeiro e operador das contratações; e a secretaria estadual responsável pela habitação organiza a fila de prioridades e garante continuidade.

A meta política é simples: fazer do Pará um estado com plano, planejamento e transparência para reduzir o déficit habitacional, acelerar a urbanização de assentamentos, melhorar moradias existentes e alinhar cada intervenção habitacional ao Novo Marco do Saneamento e à Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE).

## SUMÁRIO

### 1 APRESENTAÇÃO

### 2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO PARÁ

### 3 FUNDAMENTAÇÃO: MORADIA, SANEAMENTO E CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO

### 4 OBJETIVO CENTRAL E PRINCÍPIOS DO PROGRAMA

### 5 ARQUITETURA DO PROGRAMA: MAPA 144, PACTO FEDERATIVO E CARTEIRA DE OBRAS

### 6 EIXOS PROGRAMÁTICOS

### 7 MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA POLÍTICA

### 8 FINANCIAMENTO E INSTRUMENTOS

### 9 GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

### 10 INDICADORES, METAS E PAINEL PÚBLICO

### 11 EVIDÊNCIAS E LEITURA POLÍTICA

### 12 MENSAGENS-CHAVE PARA CAMPANHA E GESTÃO

### 13 CONCLUSÃO

## 1 APRESENTAÇÃO

Moradia digna não é promessa de campanha para virar fotografia de entrega. É uma política de Estado que organiza cidade, protege vidas e reduz custo público. O Pará precisa de um programa estadual proativo, dentro da secretaria responsável pela habitação, capaz de enxergar o estado inteiro e transformar necessidade real em obra contratada, entregue e mantida.

O problema paraense não cabe em uma solução única. Há déficit quantitativo de moradias, inadequação de domicílios existentes, ocupações em áreas de risco, ausência de saneamento, baixa capacidade municipal de elaborar projetos, dificuldade fundiária, vazios urbanos, bairros sem infraestrutura e comunidades que exigem soluções amazônicas, não cópia de gabinete refrigerado.

Por isso, este documento propõe o Programa Estadual Pará Moradia Digna e Cidades Completas. O programa parte de uma decisão objetiva: antes de prometer obra, o Estado deve mapear o problema com precisão; antes de contratar casa, deve garantir infraestrutura; antes de urbanizar bairro, deve pactuar responsabilidade com município, União, Caixa, concessionárias, órgãos ambientais, Defesa Civil e comunidades.

A lógica é direta: o Estado precisa criar uma fila técnica de prioridades, com critério público, banco de projetos e planejamento plurianual. O déficit não some com discurso. Some com projeto, recurso, licenciamento, obra e manutenção.

## 2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO PARÁ

O Pará é um estado continental, com população estimada pelo IBGE em 8.711.196 pessoas em 2025, território de 1.245.831,512 km<sup>2</sup> e densidade baixa quando comparada a estados mais urbanizados. Essa escala territorial muda tudo:

logística, custo de obra, acesso por rios, presença de comunidades isoladas, diferença entre metrópole, ilha, várzea, estrada, cidade média e sede municipal pequena (IBGE, 2026).

O estado reúne 144 municípios e 12 Regiões de Integração, divisão utilizada para planejamento regional. Um programa estadual sério precisa usar essa malha territorial como base de execução: Guajará, Marajó, Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Carajás, Araguaia, Tocantins, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Lago de Tucuruí não têm o mesmo padrão de moradia, custo de infraestrutura nem dinâmica econômica.

No campo habitacional, levantamento da Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades, reportado em 2025, apontou que o déficit habitacional do Pará passou de 357.625 domicílios em 2022 para 326.749 em 2023. A redução é positiva, mas o volume restante ainda é enorme e exige planejamento estadual, não ações avulsas (O LIBERAL, 2025).

No saneamento, o desafio é ainda mais duro. O Novo Marco Legal do Saneamento estabelece metas de universalização até 2033, com 99% da população atendida com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto. O Pará tem base institucional recente para avançar: a Lei Complementar Estadual nº 171/2023 instituiu a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE), com estrutura de governança regionalizada. O programa habitacional precisa conversar com esse marco; construir moradia fora do planejamento de água e esgoto é fabricar problema novo com dinheiro público.

## 2.1 O problema não é só falta de casa

O déficit habitacional precisa ser tratado em três camadas:

- Déficit quantitativo: famílias sem moradia adequada, em coabitação forçada, domicílios improvisados ou com aluguel que consome parcela excessiva da renda.
- Inadequação habitacional: casas existentes sem banheiro adequado, ventilação, acessibilidade, segurança construtiva, instalações elétricas seguras, cobertura adequada ou regularidade fundiária.
- Déficit de cidade: bairros sem água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação, coleta de resíduos, transporte, equipamentos públicos e presença regular do Estado.

A política habitacional estadual deve atacar as três camadas ao mesmo tempo. Se o governo construir casa sem infraestrutura, entrega parede e telhado, mas não entrega dignidade. Se levar saneamento sem regularizar e urbanizar, parte da população continua invisível. Se regularizar sem infraestrutura, dá papel, mas não muda a vida.

## 2.2 A especificidade amazônica

O Pará exige soluções adequadas à Amazônia: habitação ribeirinha, comunidades em ilhas, áreas de várzea, palafitas, baixadas, municípios com acesso fluvial, comunidades tradicionais, territórios quilombolas, áreas periurbanas em expansão e cidades pressionadas por mineração, agropecuária, obras de infraestrutura e migração. Um modelo único de moradia não atende esse território.

A política deve incorporar tipologias construtivas apropriadas, logística regional, padrões de elevação contra alagamento quando tecnicamente cabível, saneamento descentralizado onde rede convencional não for viável, energia e conectividade, além de soluções de drenagem e manejo de águas pluviais. No Pará, “bairros completos” precisam funcionar no asfalto, no rio e na estrada vicinal.

## 2.3 Principais gargalos a enfrentar

- Baixa disponibilidade de diagnóstico municipal atualizado e comparável entre os 144 municípios.
- Falta de projetos executivos prontos para acessar rapidamente programas federais.
- Fragmentação entre habitação, saneamento, obras, planejamento, assistência social, defesa civil e regularização fundiária.
- Expansão de ocupações precárias em áreas frágeis, alagáveis ou de risco.
- Dependência excessiva de programas pontuais, sem carteira permanente de obras.
- Dificuldade de compatibilizar política habitacional com o planejamento de universalização do saneamento.
- Fragilidade na manutenção pós-obra e na gestão territorial dos bairros atendidos.

# 3 FUNDAMENTAÇÃO: MORADIA, SANEAMENTO E CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO

A Constituição Federal reconhece a moradia como direito social e orienta a política urbana à função social da cidade e ao bem-estar dos habitantes. O Estatuto da Cidade organiza instrumentos de planejamento urbano, uso do solo, regularização e gestão democrática. A política habitacional, portanto, não é favor: é dever público com método, orçamento e continuidade.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) estruturam a cooperação federativa para atendimento da população de baixa renda. A Lei nº 14.620/2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, reforça a necessidade de moradia integrada a infraestrutura, sustentabilidade, redução de vulnerabilidade e prevenção de riscos.

A Lei nº 13.465/2017 oferece instrumentos de regularização fundiária urbana, especialmente pela Reurb-S, e a Lei nº 11.888/2008 garante assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção, reforma e melhoria habitacional de interesse social. Essas normas são essenciais para o Pará, porque nem toda solução será unidade nova: muitas famílias precisam de reforma segura, urbanização, saneamento, drenagem e título regular.

No saneamento, a Lei nº 14.026/2020 atualizou o marco legal e estabeleceu metas nacionais de universalização. No Pará, a MRAE criada pela Lei Complementar Estadual nº 171/2023 permite coordenação regionalizada dos serviços de água e esgoto. Habitação, cidade e saneamento devem caminhar juntos: a obra de casa precisa saber quando a rede chega, e a rede precisa saber onde as famílias moram.

## 4 OBJETIVO CENTRAL E PRINCÍPIOS DO PROGRAMA

### 4.1 Objetivo central

Instituir uma política estadual permanente para mapear, planejar, financiar e executar ações integradas de habitação, saneamento, infraestrutura urbana, regularização fundiária e redução de risco nos 144 municípios do Pará, em cooperação com municípios, Governo Federal, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e demais órgãos públicos e privados responsáveis por serviços essenciais.

### 4.2 Princípios

- Mapa antes da obra: decisão baseada em diagnóstico georreferenciado, não em palpite político.
- Casa com cidade: produção habitacional sempre vinculada a infraestrutura, saneamento e equipamentos públicos.
- Prevenção de risco: retirar famílias de áreas de alto risco e reduzir vulnerabilidade climática antes que a tragédia cobre a conta.
- Federalismo ativo: Estado coordenando, municípios executando responsabilidades locais e União financiando programas estratégicos.
- Amazônia como referência: tipologias e soluções adaptadas à realidade ribeirinha, insular, rural, urbana e periurbana do Pará.
- Transparência radical: painel público com metas, contratos, obras, entregas, indicadores e justificativa de prioridades.
- Continuidade: carteira permanente de projetos para contratar todo ano, mesmo quando mudar governo ou secretário.

### 4.3 Diretriz política

O programa assume uma diretriz simples: o Estado não pode esperar o problema explodir para aparecer com caminhão, lona e nota oficial. Deve chegar antes com planejamento, projeto, saneamento, habitação e presença institucional. É mais barato prevenir do que remendar, e é mais digno governar do que reagir.

## 5 ARQUITETURA DO PROGRAMA: MAPA 144, PACTO FEDERATIVO E CARTEIRA DE OBRAS

A arquitetura do programa tem três engrenagens. A primeira é o Mapa 144, que produz o diagnóstico estadual. A segunda é o Pacto Federativo da Moradia e Cidade, que define responsabilidades entre Estado, municípios, União, Caixa e demais agentes. A terceira é a Carteira Estadual de Obras e Projetos, que transforma diagnóstico em contratação, execução e entrega.

### 5.1 Mapa 144: diagnóstico integral de todos os municípios

O Mapa 144 será o cadastro territorial integrado das necessidades de moradia e cidade no Pará. Ele deverá cruzar bases nacionais e estaduais com levantamento de campo, validação municipal e escuta comunitária. O resultado será um retrato público do déficit por município, bairro, comunidade e tipo de intervenção necessária.

Camada do Mapa 144	O que deve levantar	Produto para gestão
Habitação	Déficit quantitativo, coabitação, aluguel excessivo, domicílios improvisados, precariedade construtiva, necessidade de reforma e acessibilidade.	Plano territorial de atendimento habitacional e carteira de unidades, lotes, melhorias e reassentamentos.
Infraestrutura urbana	Água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação, coleta de resíduos, conectividade, transporte e equipamentos públicos.	Mapa de bairros incompletos e prioridades de infraestrutura por território.
Risco e clima	Áreas alagáveis, erosão, encostas, margens de rios, palafitas críticas, histórico de desastres, vulnerabilidade climática.	Plano de redução de risco, contenção, drenagem, urbanização ou reassentamento.
Fundiário e urbano	Situação da posse, áreas públicas, vazios urbanos, ZEIS, glebas aptas, ocupações consolidadas e passivos jurídicos.	Banco estadual de terras, matriz de regularização e seleção de áreas aptas para projetos.
Socioeconômica	CadÚnico, renda, famílias chefiadas por mulheres, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, crianças e juventude.	Crterios de priorização social e desenho de modalidades de atendimento.
Projetos e capacidade local	Planos diretores, PLHIS, PMSB, projetos existentes, licenças, obras paradas, capacidade técnica municipal.	Plano de apoio técnico por município e fila de projetos a estruturar.

### 5.2 Pacto Federativo da Moradia e Cidade

Cada município deverá aderir ao programa por termo de cooperação. O termo não será peça decorativa: definirá contrapartidas, prazos, dados obrigatórios, responsabilidades de manutenção e compromissos para habilitação em programas federais.

Ator	Responsabilidade principal
Governo do Estado	Coordenar o programa, criar a metodologia, operar a plataforma, financiar contrapartidas estratégicas, estruturar projetos, apoiar regularização, articular secretarias e priorizar obras.
Municípios	Fornecer cadastro local, indicar áreas, atualizar instrumentos urbanísticos, agilizar licenciamento, apoiar levantamento de campo, manter infraestrutura local e alimentar o painel de dados.
Ministério das Cidades	Viabilizar enquadramento em MCMV, FNHIS, PAC, saneamento, periferias, mobilidade, urbanização e demais linhas federais.
Caixa Econômica Federal	Analisar propostas, operar contratações, financiar, acompanhar desembolsos e orientar a preparação documental dos projetos.
MRAE/Regulação/Saneamento	Compatibilizar intervenções habitacionais com planejamento de água e esgoto, contratos, metas de universalização e investimentos regionais.
Comunidades e controle social	Validar diagnóstico, acompanhar prioridades, fiscalizar entregas e informar problemas de manutenção pós-obra.

### 5.3 Carteira Estadual de Obras e Projetos

O Mapa 144 deverá gerar uma carteira única de projetos, organizada por modalidade, maturidade e fonte de financiamento. A carteira será dividida em:

- Projetos prontos para contratar: terreno, titularidade, licença, projeto básico/executivo, orçamento e enquadramento federal.
- Projetos em estruturação rápida: áreas definidas e pré-projeto, com pendências documentais ou complementares.
- Projetos estruturantes: urbanização complexa, reassentamentos, drenagem, saneamento e regularização de grande porte.
- Ações de resposta prioritária: risco alto, insalubridade grave, melhoria habitacional urgente e obras de prevenção de desastre.

O objetivo é evitar o erro clássico: quando abre edital federal, o Estado corre atrás de papel. O Pará precisa chegar na largada com projeto pronto. Quem chega com projeto pronto bebe água; quem chega com promessa fica na fila.

## 6 EIXOS PROGRAMÁTICOS

Eixo	Descrição	Entregas principais
Eixo 1 - Mapa 144 e inteligência territorial	Diagnóstico georreferenciado das necessidades habitacionais, urbanas, sanitárias e fundiárias dos 144 municípios.	Plataforma pública, ranking técnico de prioridades, atlas estadual, banco de dados municipal e relatórios regionais.
Eixo 2 - Produção habitacional contínua	Contratação anual de unidades, lotes urbanizados, requalificação de imóveis, MCMV urbano, MCMV rural e modalidades adequadas à Amazônia.	Unidades contratadas e entregues por ano, com infraestrutura e serviços no entorno.
Eixo 3 - Urbanização de assentamentos precários	Intervenções em baixadas, palafitas críticas, periferias, áreas consolidadas e bairros sem infraestrutura.	Água, esgoto, drenagem, ruas, iluminação, contenção, equipamentos e regularização.
Eixo 4 - Melhoria habitacional e assistência técnica	Reforma segura, banheiro, cobertura, ventilação, instalações, acessibilidade e assistência técnica gratuita.	Programa estadual de ATHIS, mutirões de melhoria e reforma com controle técnico.
Eixo 5 - Regularização fundiária e banco de terras	Reurb-S, titulação, ZEIS, aquisição/cessão de áreas e indução de vazios urbanos para habitação social.	Títulos, matrículas, áreas aptas, cadastro fundiário e segurança jurídica.
Eixo 6 - Saneamento, drenagem e resiliência climática	Integração com MRAE, PRSB, contratos, metas do marco do saneamento, drenagem urbana e prevenção de risco.	Planejamento integrado de saneamento-habitação, obras de drenagem e reassentamento de áreas de alto risco.
Eixo 7 - Estado presente no bairro	Pós-ocupação, equipamentos públicos, assistência social, cultura, esporte, saúde, educação e segurança territorial.	Bairros completos com serviços e manutenção, não conjuntos abandonados.

### 6.1 Eixo 1 - Mapa 144 e inteligência territorial

O Estado criará uma sala de situação permanente com dados da Fundação João Pinheiro, IBGE, CadÚnico, SINISA/SNIS, Defesa Civil, cartórios, prefeituras, bases ambientais, MRAE, Caixa, concessionárias e órgãos estaduais. A função é enxergar onde o déficit está, qual intervenção resolve e quanto custa.

O diagnóstico será atualizado anualmente. A primeira rodada deve cobrir todos os municípios no primeiro ano de governo; depois, cada município terá atualização ordinária e revisão quando houver desastre, grande obra, crescimento acelerado ou mudança relevante de demanda habitacional.

### 6.2 Eixo 2 - Produção habitacional contínua

A produção habitacional será anual, previsível e conectada às linhas federais. O Estado deve montar propostas para MCMV-FAR, MCMV Rural, MCMV Entidades, FGTS, contrapartidas estaduais e outras fontes. A prioridade será a população de menor renda, famílias em risco, mulheres chefes de família, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e famílias em áreas afetadas por obras públicas ou desastres.

O padrão de entrega deve ser bairro completo. Cada empreendimento precisa nascer com plano de infraestrutura e serviços: água, esgoto, drenagem, energia, iluminação, mobilidade, coleta de resíduos, internet, escola, saúde, assistência social e áreas de convivência. Casa isolada em vazio distante não é política social; é mudança de endereço com boleto de transporte.

### 6.3 Eixo 3 - Urbanização de assentamentos precários

Muitas famílias já vivem em territórios consolidados. Nesses casos, a solução mais inteligente é urbanizar, sanear, regularizar e reduzir risco, mantendo vínculos comunitários e acesso a trabalho e serviços. Reassentamento deve ser usado quando o risco for alto, incontornável ou quando a obra pública exigir remoção com alternativa digna.

- Urbanização com redes de água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação e acessibilidade.
- Requalificação de palafitas e baixadas quando tecnicamente possível, com segurança e saneamento.
- Reassentamento próximo ao território de origem sempre que viável.
- Plano de pós-obra para limpeza, manutenção, segurança, equipamentos públicos e gestão comunitária.

### 6.4 Eixo 4 - Melhoria habitacional e assistência técnica

Nem toda família precisa de unidade nova. Muitas precisam de banheiro, telhado, instalação elétrica segura, acessibilidade, ventilação, piso, ampliação correta ou regularização da obra. A assistência técnica pública e gratuita, prevista na Lei nº 11.888/2008, deve virar programa estadual de escala, com arquitetos, engenheiros, universidades, entidades, prefeituras e equipes regionais.

Esse eixo é decisivo porque gera impacto rápido. Reforma bem feita evita acidente, melhora saúde, reduz gasto com doença e dá dignidade sem esperar anos por um conjunto habitacional.

### 6.5 Eixo 5 - Regularização fundiária e banco de terras

A regularização fundiária deve ser tratada como política urbana, não apenas entrega de papel. O programa deve identificar áreas consolidadas aptas à Reurb-S, criar banco estadual de terras, apoiar municípios na criação ou atualização de ZEIS e priorizar terrenos bem localizados para habitação social.

O banco de terras deverá reunir áreas públicas estaduais, municipais e federais, imóveis subutilizados, glebas passíveis de aquisição, áreas de contrapartida e vazios urbanos estratégicos. A meta é reduzir o custo da terra e evitar que a moradia popular seja empurrada para longe de emprego e serviço.

### 6.6 Eixo 6 - Saneamento, drenagem e resiliência climática

O Pará já possui estrutura de regionalização do saneamento pela MRAE. O programa estadual de moradia deve funcionar como ponte entre habitação e saneamento: onde houver projeto habitacional, precisa haver solução de água, esgoto, drenagem e resíduos; onde houver expansão de rede, deve haver plano de regularização e urbanização dos territórios atendidos.

A integração com o marco do saneamento exige planejamento claro até 2033. O programa habitacional deve ter metas compatíveis com esse prazo, especialmente em municípios e bairros onde a ausência de saneamento é causa direta de doença, gasto público e degradação ambiental.

### 6.7 Eixo 7 - Estado presente no bairro

A entrega não termina na chave. O Estado precisa acompanhar pós-ocupação, equipamentos públicos, assistência social, segurança, juventude, cultura, esporte, saúde, educação e manutenção urbana. Bairro sem Estado vira território de abandono; e abandono sempre encontra dono.

Cada território atendido deverá ter plano de pós-ocupação de pelo menos Consolidação, com articulação entre governo estadual, prefeitura, moradores, concessionárias e serviços públicos.

## 7 MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA POLÍTICA

O programa deve ser instalado por decreto nos primeiros dias de governo e operado por uma Unidade Gestora do Programa (UGP) dentro da secretaria estadual responsável pela habitação, com poder de articulação intersetorial. A UGP deverá coordenar dados, convênios, projetos, contratos, prazos e painel público.

### 7.1 Ações prioritárias iniciais: organizar a máquina

Prazo	Ações-chave	Entregas
<b>Organização institucional</b>	Instituir o programa por decreto; criar UGP; formar comitê intersetorial; abrir sala de situação; definir metodologia do Mapa 144.	Decreto publicado; governança definida; plano de trabalho inicial; calendário de adesão municipal.
<b>Pactuação federativa</b>	Convocar os 144 municípios; assinar termos de adesão; consolidar bases de dados; definir indicadores; pactuar cooperação com Ministério das Cidades, Caixa e MRAE.	Termo-padrão; data room estadual; matriz de responsabilidades; agenda federativa.
<b>Carteira inicial</b>	Selecionar territórios-piloto por critérios técnicos; iniciar levantamentos de campo; identificar projetos prontos; lançar painel público versão 1.	Primeira lista de prioridades; carteira inicial de projetos; painel no ar; planejamento regional.

### 7.2 Ano 1: mapear tudo e contratar o que estiver pronto

- Concluir diagnóstico preliminar dos 144 municípios.
- Publicar Atlas Estadual de Moradia e Infraestrutura Urbana por Região de Integração.

- Formalizar carteira estadual de projetos com classificação de maturidade.
- Protocolar propostas nos ciclos do MCMV, PAC, FNHIS, FGTS e demais fontes.
- Lançar programa estadual de ATHIS e melhoria habitacional em territórios prioritários.
- Iniciar Reurb-S em áreas-piloto e criar banco estadual de terras.
- Compatibilizar planejamento habitacional com o planejamento de saneamento e drenagem.

### 7.3 Anos 2 a 4: escalar obras, urbanização e entregas

- Contratar anualmente unidades habitacionais, melhorias, urbanização e regularização, com metas por região.
- Executar obras integradas em territórios com alto déficit, risco e ausência de saneamento.
- Priorizar reassentamento de famílias em risco alto, com solução próxima e infraestrutura completa.
- Ampliar a carteira de projetos executivos para evitar interrupção de contratações.
- Publicar relatórios trimestrais de execução física e financeira.
- Revisar prioridades anualmente, com base em dados e controle social.

### 7.4 Agenda estratégica de longo prazo: 2027-2036

Período	Foco estratégico	Resultado esperado
2027	Implantação do programa, Mapa 144, pactuação municipal, projetos prontos e primeiras contratações.	Estado com diagnóstico, plataforma, governança e carteira inicial de obras.
2028-2030	Escala de produção habitacional, melhoria, urbanização, Reurb e obras integradas nos territórios prioritários.	Redução mensurável do déficit, aumento de projetos contratados e avanço nos bairros incompletos.
2031-2033	Alinhamento forte às metas do Marco do Saneamento, com habitação integrada à universalização de água e esgoto.	Mais territórios saneados, urbanizados e regularizados, com foco em municípios e bairros atrasados.
2034-2036	Ataque ao déficit residual, manutenção, revisão da política e consolidação do sistema permanente.	Programa transformado em rotina de Estado, com atualização anual e carteira contínua.

## 8 FINANCIAMENTO E INSTRUMENTOS

Financiamento não pode depender de uma fonte só. O programa deve combinar orçamento estadual, contrapartidas municipais, recursos federais, fundos habitacionais, operações com FGTS, linhas da Caixa, Novo PAC, FNHIS/SNHIS, MCMV e instrumentos urbanísticos. A boa política é aquela que chega ao edital com projeto, licença e contrapartida prontas.

### 8.1 Matriz de fontes

Fonte/instrumento	Uso prioritário
Orçamento estadual (PPA, LDO, LOA)	Contrapartidas, projetos executivos, ATHIS, regularização, banco de terras, obras complementares e fortalecimento institucional.
Ministério das Cidades / MCMV	Produção de unidades urbanas, rurais, entidades, FAR, FDS, FGTS e modalidades compatíveis com renda e território.
Caixa Econômica Federal	Operação financeira, análise de propostas, financiamento, acompanhamento de contratação e desembolso.
FNHIS/SNHIS	Habitação de interesse social, urbanização e fortalecimento da política local de habitação.
Novo PAC e programas federais urbanos	Saneamento, urbanização, drenagem, contenção, mobilidade, equipamentos e obras estruturantes.
Municípios	Terrenos, cadastro, licenças, isenções, manutenção, apoio técnico local e execução compartilhada.
Instrumentos urbanísticos	ZEIS, direito de preempção, outorga, operações urbanas, parcelamento/edificação compulsórios e indução de vazios urbanos.
Contratos e regulação de saneamento	Compatibilização de metas, investimentos, obras de rede e atendimento aos territórios habitacionais prioritários.

### 8.2 Banco de projetos: o seguro contra a perda de recursos

O Estado deve financiar projeto executivo mesmo antes da obra. Projeto é barato perto do custo de perder edital federal por falta de documento. A carteira estadual deve ter projetos em diferentes níveis de maturidade, com lista pública de pendências: titularidade, licenciamento, orçamento, sondagem, drenagem, rede de água e esgoto, acesso viário e equipamentos.

### 8.3 Contrapartidas inteligentes

A contrapartida estadual não deve ser pulverizada. Deve funcionar como alavanca para destravar recursos maiores. Prioridade para terrenos bem localizados, projetos executivos, infraestrutura complementar, regularização e intervenções que aumentem a pontuação dos projetos junto ao Ministério das Cidades e à Caixa.

## 9 GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A governança precisa ser enxuta, mas com autoridade. O programa deve ter coordenação estadual, comitê intersetorial e núcleos regionais. A secretaria responsável pela habitação não pode executar sozinha uma política que depende de saneamento, planejamento, obras, assistência social, meio ambiente, defesa civil, regularização, saúde, educação e segurança.

Instância	Composição	Função
Unidade Gestora do Programa (UGP)	Secretaria estadual responsável pela habitação, com equipe técnica de planejamento, engenharia, urbanismo, dados, jurídico e finanças.	Operar o programa, gerir carteira, prazos, convênios, painel público e articulação com Caixa/Ministério.
Comitê Intersectorial Estadual	Habitação, Cidades/Obras, Planejamento, Fazenda, Saneamento, Meio Ambiente, Defesa Civil, Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança, Regularização.	Tomar decisões integradas, eliminar travas e alinhar obras com políticas públicas.
Núcleos Regionais	Equipes por Região de Integração, com apoio de prefeituras e órgãos locais.	Realizar diagnóstico, acompanhar obras, validar dados e apoiar municípios.
Fórum Estado-Municípios	Prefeituras, consórcios, associações municipalistas, MRAE e órgãos federais.	Pactuar metas, resolver gargalos e avaliar resultados.
Controle social	Conselhos, comunidades, entidades, universidades, movimentos de moradia e órgãos de controle.	Acompanhar prioridades, fiscalizar entregas e validar relatórios territoriais.

### 9.1 Regra de ouro: prioridade técnica, não lista de gabinete

O programa deve publicar a metodologia de priorização. A decisão política continua existindo, mas precisa respeitar critérios públicos. O cidadão deve saber por que um bairro entrou antes de outro, por que uma obra foi contratada, qual fonte paga e qual entrega será feita.

A proposta de pontuação pode considerar: risco de vida, déficit habitacional, ausência de saneamento, vulnerabilidade social, impacto territorial, viabilidade técnica, disponibilidade de área e prontidão do projeto. Viabilidade acelera; necessidade define prioridade.

## 10 INDICADORES, METAS E PAINEL PÚBLICO

Programa bom é programa mensurável. O painel público deve mostrar o que foi mapeado, contratado, iniciado, entregue, pago e mantido. O objetivo é simples: impedir que obra vire segredo de gabinete e que promessa vire fumaça.

Dimensão	Indicadores mínimos
Mapeamento	Municípios aderidos; municípios mapeados; comunidades cadastradas; áreas de risco identificadas; relatórios regionais publicados.
Habitação	Unidades contratadas, iniciadas e entregues; famílias reassentadas; lotes urbanizados; unidades rurais; unidades adaptadas.
Melhoria habitacional	Domicílios reformados; banheiros construídos; ligações elétricas regularizadas; obras com assistência técnica; famílias atendidas por ATHIS.
Urbanização	Assentamentos urbanizados; ruas drenadas/pavimentadas; iluminação implantada; equipamentos entregues; áreas de convivência.
Saneamento	Domicílios com água; domicílios com coleta/tratamento de esgoto; soluções descentralizadas; avanço por município e território.
Fundiário	Títulos entregues; áreas regularizadas; ZEIS criadas/atualizadas; áreas incorporadas ao banco de terras.
Risco e resiliência	Famílias retiradas de risco alto; obras de contenção/drenagem; áreas de risco mitigadas; ocorrências reduzidas.
Gestão	Projetos executivos concluídos; recursos captados; contratos ativos; execução financeira; tempo médio de aprovação na Caixa.

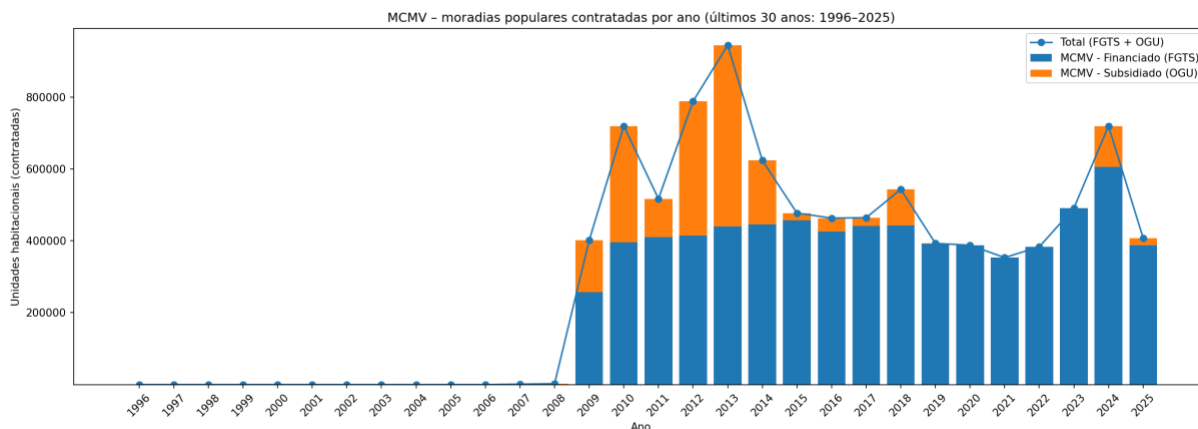
### 10.1 Metas de processo para o primeiro ciclo

- 100% dos municípios convidados e orientados nos primeiros 60 dias.
- 100% dos municípios com termo de adesão disponível e metodologia padronizada nos primeiros Etapa inicial.
- 100% dos municípios mapeados em diagnóstico preliminar até o final do primeiro ano.
- Carteira estadual de projetos publicada e atualizada trimestralmente.
- Plano decenal de habitação, saneamento e cidade completo publicado no primeiro ano.
- Painel público com atualização trimestral de obras, recursos, contratos e indicadores.

As metas quantitativas de unidades, melhorias, reassentamentos e urbanizações devem ser fixadas após o Mapa 144, para não prometer número no escuro. O compromisso inicial é criar o sistema que permita contratar e entregar com escala. Depois do mapa, cada meta anual deve ser objetiva, regionalizada e orçamentária.

## 11 EVIDÊNCIAS E LEITURA POLÍTICA

A série histórica de contratações habitacionais mostra que política pública de moradia não pode ser onda. Quando há previsibilidade, o setor se organiza, os projetos avançam e as famílias são atendidas. Quando a política para, o déficit não pausa; ele aparece em aluguel caro, ocupação precária, risco, doença, violência e custo fiscal.



Fontes: MCID (bases de dados MCMV), FGTS sintético: data\_referencia 11/07/2025; OGU empreendimentos: data\_referencia 2025-03-31. 2025 é parcial (principalmente OGU).

**Figura 1 - Moradias populares contratadas por ano no Brasil (1996-2025).** Fonte: Ministério das Cidades, bases MCMV; elaboração do documento original (2025).

A leitura para o Pará é clara: a secretaria estadual responsável pela habitação precisa operar como máquina permanente de planejamento e contratação. O Estado não pode esperar edital abrir para descobrir que não tem projeto, terreno ou licença.

A evidência internacional também reforça a lógica preventiva: investimentos em saneamento, drenagem, infraestrutura e resiliência reduzem custos de saúde, perdas econômicas e gasto emergencial. A boa obra não é só a que aparece; é a que evita que o problema volte.

## 12 MENSAGENS-CHAVE PARA CAMPANHA E GESTÃO

### 12.1 Frases-força

- Casa sem cidade não é solução: é problema novo com telhado.
- O Pará precisa de mapa, projeto e planejamento. Sem isso, é improviso caro.
- Moradia digna é água, esgoto, drenagem, luz, escola, saúde e segurança no mesmo bairro.
- Vamos mapear os 144 municípios e transformar necessidade em obra.
- O dinheiro federal existe para quem chega com projeto pronto. O Pará vai chegar pronto.
- É mais barato prevenir enchente, doença e risco do que remendar tragédia depois.
- Programa de moradia não pode começar e parar. Tem que contratar todo ano.

### 12.2 Roteiro-base de comunicação

“O Pará tem um desafio gigante: moradia, saneamento e infraestrutura urbana. Hoje muita gente vive sem casa adequada, sem esgoto, sem drenagem, em bairro que o Estado só visita quando vira problema. Isso vai mudar. Nós vamos criar o Mapa 144: um levantamento de todos os municípios, bairro por bairro, comunidade por comunidade, para saber onde falta casa, onde falta saneamento, onde há risco e onde a obra precisa começar.”

“Com esse mapa, vamos pactuar com prefeituras, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal uma carteira de projetos. O Estado vai organizar terrenos, projetos, licenças, regularização, contrapartidas e prioridades. Não vamos fazer casa jogada longe de tudo. Vamos fazer cidade completa: água, esgoto, drenagem, luz, escola, saúde e segurança.”

“O objetivo é governar com planejamento. Porque no Pará, cada família merece morar com dignidade, e cada município precisa saber quando sua demanda entra no planejamento. Menos improviso, mais obra. Menos promessa, mais entrega.”

## 13 CONCLUSÃO

O Pará precisa de uma política estadual de habitação com cabeça de Estado, mão de obra e pé no território. O caminho proposto é objetivo: mapear os 144 municípios, pactuar responsabilidades, montar carteira de projetos, captar recursos, integrar saneamento e infraestrutura, executar obras e publicar resultados.

A secretaria responsável pela habitação deve ser o centro de comando desse processo, mas não pode atuar sozinha. Moradia digna depende de cidade completa. Cidade completa depende de saneamento, drenagem, regularização, equipamentos públicos, mobilidade, segurança e manutenção. É uma política de convergência.

O programa não promete milagre. Promete método. E método, em governo, é o que separa obra entregue de discurso bonito. A escolha é clara: continuar pagando caro pelo improviso ou organizar o Pará para prevenir, planejar e entregar dignidade em escala.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PARÁ. Divisão do Estado em Regiões de Integração auxilia no planejamento de ações governamentais. Belém: Agência Pará, 2022. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.
- BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre regularização fundiária rural e urbana. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.
- BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Déficit habitacional no Brasil recua pelo 2º ano consecutivo e atinge o menor patamar da história. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério das Cidades. MCMV-FAR 2025. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CAIXA inicia operação das novas condições do Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Caixa Notícias, 2026. Disponível em: <https://caixanoticias.caixa.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 2025. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pará: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- O LIBERAL. Pará registra queda de 8,6% no déficit habitacional, aponta levantamento da FJP. Belém: O Liberal, 2025. Disponível em: <https://www.oliberal.com/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- PARÁ. Lei Complementar nº 171, de 21 de dezembro de 2023. Institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança. Belém: Governo do Estado do Pará, 2023.
- PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado. Legislação da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará. Belém: PGE/PA, 2026. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

## APÊNDICE A - ROTEIRO PADRÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

O roteiro abaixo serve como checklist mínimo para que cada município seja mapeado de forma comparável. A secretaria estadual poderá detalhar formulários, geocodificação, responsáveis e prazos por ato administrativo.

Bloco	Perguntas mínimas
1. Cadastro habitacional	Quantas famílias estão cadastradas? Quais se enquadram no CadÚnico? Qual renda, composição familiar, idosos, PCD, crianças, chefia feminina e situação de aluguel?
2. Déficit quantitativo	Há coabitação forçada? Domicílios improvisados? Famílias em aluguel excessivo? Famílias sem moradia permanente?
3. Inadequação habitacional	Quais casas precisam de banheiro, cobertura, piso, ventilação, acessibilidade, instalação elétrica/hidráulica, ampliação ou reforma estrutural?
4. Assentamentos precários	Quais bairros/comunidades têm ocupação informal, palafitas, baixadas, vielas sem acesso, ausência de rede, iluminação ou coleta regular?
5. Risco e clima	Há área sujeita a alagamento, erosão, deslizamento, solapamento de margem, incêndio, insalubridade grave ou isolamento em desastre?
6. Saneamento e drenagem	Qual cobertura de água, esgoto, soluções individuais, drenagem, resíduos e pontos críticos de alagamento? Qual planejamento da MRAE ou prestador?
7. Terra e regularização	Há áreas públicas aptas? Há ZEIS? Há imóveis subutilizados? Há pendência de matrícula? Quais áreas são regularizáveis por Reurb-S?
8. Equipamentos e serviços	Há escola, creche, UBS, CRAS, transporte, praça, esporte, cultura, internet, segurança e iluminação próximos aos territórios prioritários?
9. Projetos existentes	O município possui projeto básico, executivo, orçamento, licenças, estudo ambiental, levantamento topográfico, sondagem e titularidade?
10. Manutenção	Quem manterá ruas, drenagem, iluminação, equipamentos, áreas verdes e redes locais depois da entrega? Qual orçamento municipal previsto?

Resultado obrigatório: cada município deverá receber uma ficha-síntese com diagnóstico, mapa, prioridades, fontes possíveis, pendências e planejamento de curto, médio e longo prazo.

# UMA AGENDA PARA O PARÁ AVANÇAR

Este documento reúne sete caminhos de modernização. Nenhum deles é isolado. Todos dependem de decisão, equipe técnica, pactuação com municípios, articulação com a União, financiamento, controle social e indicadores públicos.

**A proposta está aberta ao diálogo institucional e à construção conjunta. O Pará é grande demais para soluções pequenas.**



## Junior do Macre

Plano de trabalho parlamentar | Republicanos